

PLANO DE COGESTÃO DA PAISAGEM PROTEGIDA DA ARRIBA FÓSSIL DA COSTA DA CAPARICA 2025 - 2027



Almada, julho 2025

A Comissão de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do Artigo 12º do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, apresenta a proposta de Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.



Com o apoio:



FICHA TÉCNICA

Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (PPAFCC):

- Catarina Carvalho, Câmara Municipal de Sesimbra (CMS).
- César Monteiro, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.).
- Fátima Santos, Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa.
- Felipe Damaso de Oliveira, Técnico de Apoio à Cogestão da PPAFCC.
- Francisco Silva, Centro de Arqueologia de Almada.
- João Silva, Companhia Agrícola da Apostiça.
- José Carlos Ferreira, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCT).
- Mário Estevens, Câmara Municipal de Almada (CMA).
- Patrícia Pinto da Silva, Câmara Municipal de Almada (CMA).
- Pilar Miguel, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.).

Referência:

Comissão de Cogestão da Paisagem Protegida da PPAFCC (2025). Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica 2025-2027. *Comissão de Cogestão e Estrutura de Apoio à implementação do modelo de gestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.*

Aprovado pela Comissão de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica:

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Câmara Municipal	Inês de Medeiros - CM de Almada (preside) Francisco de Jesus – CM de Sesimbra (substitui)
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	Rui Pombo (efetivo) Ana Cristina Falcão (suplente)
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	José Alho (efetivo) Isabel Marques (suplente)
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa	José Carlos Ferreira (efetivo)
Representante da Organização Não Governamental de Ambiente e equiparadas	Francisco Silva – (efetivo) Carlos Marques da Silva (suplente)
ALA — Associação de Pesca Artesanal, Local e Costeira e de Apoio Social aos Pescadores	Ricardo Pinto (efetivo)
Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa	Fátima Santos (efetivo) Jorge Humberto Silva (suplente)
Representante da Companhia Agrícola da Apostiça, Lda.	Ivan Neto (efetivo) João Silva (suplente)

Índice

Índice de Gráficos.....	6
Índice de Figuras	7
Índice de Quadros	9
Índice de Tabelas.....	10
Índice de Acrónimos.....	11
1. ENQUADRAMENTO	12
1.1 Âmbito do Documento.....	12
1.2 Elaboração do Plano de Cogestão da PPAFCC.....	12
1.3 Responsáveis pela aprovação do Plano de Cogestão da PPAFCC	13
1.4 Âmbito territorial a que diz respeito.....	13
1.5 Horizonte temporal a que se reporta	15
2. MODELO DE COGESTÃO	16
2.1 Cogestão de Áreas Protegidas de âmbito nacional.....	16
2.1.1 Pedido de adesão ao Modelo de Cogestão da PPAFCC.....	16
2.1.2 Assinatura do protocolo de colaboração técnico financeira.....	16
2.1.3 Contratação do Técnico de apoio à Cogestão	17
2.2 Plano de Cogestão da PPAFCC (PC)	17
2.3 Comissão de Cogestão (CC).....	17
2.4 Conselho Estratégico (CE)	18
2.5 Missão, Visão e Valores.....	19
2.6 Compromissos estratégicos	20
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA	21
3.1 Geologia	23
3.2 Tectónica	23
3.3 Geomorfologia	24
3.4 Solos	25
3.5 Hidrogeologia	25
3.6 Clima	25
3.7 Habitats	26
3.8 Flora	27
3.9 Fauna.....	30
3.10 Unidades de Paisagem	32
3.10.1 Terras da Costa.....	33
3.10.2 Arriba Fóssil e Orla Costeira.....	34
3.10.3 Pinhais da Charneca	35
3.11 Ocupação do solo	36
3.12 Atividades tradicionais na PPAFCC.....	37
3.13 Arqueologia	39
3.14 Portas de entrada e Infraestruturas de lazer e visitação	40
3.14.1 Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM)	41
3.14.2 Centro Municipal de Turismo de Cacilhas.....	43
3.14.3 Posto de Turismo da Costa da Caparica	43

3.14.4 Convento dos Capuchos.....	44
3.14.5 Bateria da Raposa	44
3.14.6 Agroparque das Terras da Costa e do Mar.....	45
3.14.7 Centro de Interpretação da Praia da Rainha.....	46
3.14.8 Presídio da Trafaria	46
3.14.9 Centro de Atividades Ambientais e Desportivas.....	47
3.14.10 Posto de Turismo de Sesimbra.....	48
3.14.11 Castelo de Sesimbra	48
3.14.12 Percursos Pedestres Interpretativos	49
3.14.12.1 Percurso Interpretativo Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM).....	49
3.14.12.2 Percursos Interpretativos Arriba e Oceano.....	49
3.14.12.3 Percursos Interpretativos Grande Rota/Caminho do Atlântico GR11 E9.....	52
3.14.13. Parques de merendas	53
4. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO	57
4.1 Resultados da Análise SWOT.....	57
4.1.1 Eixo COMUNICAÇÃO	58
4.1.2 Eixo SENSIBILIZAÇÃO	62
4.1.3 Eixo VALORIZAÇÃO	67
4.1.4 Eixo CONSERVAÇÃO	73
5. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	82
5.1 Inquérito de auscultação de atores chave e cidadãos	82
5.1.1 Atores chave	83
5.1.2 Resultado do inquérito de auscultação dos atores chave e cidadãos	83
5.3.1 Conclusões do Inquérito de auscultação de atores chave e cidadãos.....	97
6. CONSULTA PÚBLICA	98
7. MEDIDAS E AÇÕES DO PLANO DE COGESTÃO DA PPPAFCC	99
7.1 Objetivos estratégicos.....	99
7.2 Ações prioritárias do PC da PPAFCC.....	100
7.3 Eixo 1: Comunicação	102
7.3.1 Fichas de ações do Eixo Comunicação	104
7.4 Eixo 2: Sensibilização.....	107
7.4.1 Fichas de ações Eixo Sensibilização	109
7.5 Eixo 3: Valorização	113
7.5.1 Fichas de ações Eixo Valorização.....	118
7.6 Eixo 4: Articulação Institucional para a Conservação da Natureza, Restauro Ecológico e Resiliência do Território	126
7.6.1 Fichas de ações do Eixo Articulação Institucional para a Conservação da Natureza, Restauro Ecológico e Resiliência do Território	132
8 FINANCIAMENTO	144
9 MONITORIZAÇÃO	145
9.1 Indicadores de realização - Portaria n.º 67/2021, de 17 de março.....	145
9.2 Indicadores de realização - Portaria n.º 67/2021, de 17 de março.....	149
10 PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO	153
10.1 Publicitação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida	153
10.2 Divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida	153
BIBLIOGRAFIA.....	154

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Ocupação do solo na PPAFCC. Fonte: Carta de Ocupação do Solo Conjuntural DGT, 2023.	37
Gráfico 2: Responde ao inquérito como Ator chave ou cidadão.	83
Gráfico 3: Qual grupo de ator chave representa?	84
Gráfico 4: Conhece a PPAFCC?	85
Gráfico 5: Sabe o motivo da PPAFCC ser uma área protegida?	85
Gráfico 6: Qual ou quais motivos que estiveram na base da criação da PPAFCC?	85
Gráfico 7: Sabe da existência do Plano de Ordenamento da PPAFCC?	86
Gráfico 8: A atividade exercida pela entidade que representa ocorre dentro da área ou depende de alguma forma da PPAFCC? (no caso de estar na qualidade de cidadão responda se a sua atividade profissional ocorre dentro da área protegida).	86
Gráfico 9: Sabe a quem compete a gestão da PPAFCC?	87
Gráfico 10: Selecione a(s) entidade(s) que considera que são responsáveis pela gestão da PPAFCC?	87
Gráfico 11: Já visitou a PPAFCC?	87
Gráfico 12: Conhece o Centro de Interpretação da Mata dos Medos?	88
Gráfico 13: Qual a sua avaliação sobre Centro de Interpretação da Mata dos Medos?	88
Gráfico 14: Conhece os percursos interpretativos da PPAFCC?	90
Gráfico 15: Qual a sua avaliação sobre os percursos interpretativos da PPAFCC?	90
Gráfico 16: Conhece os passadiços da PPAFCC?	91
Gráfico 17: Qual a sua avaliação sobre os passadiços da PPAFCC?	91
Gráfico 18: Conhece os miradouros da PPAFCC?	92
Gráfico 19: Qual a sua avaliação sobre os miradouros da PPAFCC?	92
Gráfico 20: Conhece os parques de merendas da PPAFCC?	93
Gráfico 21: Qual a sua opinião sobre os parques de merendas da PPAFCC?	93
Gráfico 22: Conhece a sinalética (painéis informativos, placas de orientação, etc.) que existem na PPAFCC?	93
Gráfico 23: Considera suficiente a sinalética (painéis e placas informativos, de orientação, etc.)? ...	94
Gráfico 24: Considera que o estacionamento automóvel para o uso dos equipamentos da PPAFCC é adequado?	94
Gráfico 25: Reconhece a importância da PPAFCC?	94
Gráfico 26: Recebe ou já recebeu alguma informação sobre a PPAFCC?	95
Gráfico 27: Através de que canal? (e-mail, redes sociais, rádio, televisão, etc.)	95
Gráfico 28: Considera a divulgação sobre a PPAFCC suficiente?	96
Gráfico 29: Considera a divulgação sobre a PPAFCC eficiente?	96
Gráfico 30: Quais são os meios de comunicação que considera mais importantes para receber informações sobre a PPAFCC?	96

Índice de Figuras

Figura 1: Localização da PPAFCC (em amarelo). Fonte: Google Earth.....	13
Figura 2: ZEC Fernão Ferro – Lagoa de Albufeira (verde) e ZEC Arrábida Espichel (azul). Fonte: ICNF IP.....	14
Figura 3: ZPE Lagoa Pequena (verde) e ZEP Cabo Espichel (Azul no oceano). Fonte: ICNF, I.P.. IP.....	14
Figura 4: Mapa de localização da PPAFC. Fonte: CAOP, 2022.	22
Figura 5: Lagoa de Albufeira. Fonte: CMS.....	24
Figura 6: Comunidades de Vegetação: Correspondência com a Diretiva Habitats. Fonte: ICNF, I.P. (2007).....	27
Figura 7: Juniperus turbinata e Ulex australis Fonte: Arquivo de imagens da CMA.....	28
Figura 8: Armeria rouyana e Jonopsidium acaule. Fonte: flora-on.pt	29
Figura 9: Euphorbia transtagana e Thymus carnosus. Fonte: flora-on.pt	29
Figura 10: Coelho-bravo (Oryctolagus cuniculus) e Ouriço-cacheiro (Erinaceus europaeus). Fotos: Pedro Sarmiento e Felipe Oliveira.	30
Figura 11: Pica-pau-malhado-grande (Dendrocopos major) Foto: Luis Quinta	31
Figura 12: Relá – Comum (Hyla arbórea) e Cobra – Rateira (Malpolon monspessulanus) Fotos: Ricardo Guerreiro.	31
Figura 13: Lagartixa-de-dedos-denteados (Acanthodactylus erythrurus) Foto: Ricardo Guerreiro	32
Figura 14: Mapa de Unidades de Paisagem da PPAFCC Lagoa de Albufeira e Áreas Adjacentes. Fonte: ICNF, I.P. (2007).	33
Figura 15: Terras da Costa. Fonte: CMA.	34
Figura 16: Arriba Fóssil e Orla Costeira. Foto: Ricardo Guerreiro.....	35
Figura 17: Reserva Botânica Mata Nacional do Medos. Foto Luis Quinta.....	35
Figura 18: Ocupação do solo na PPAFCC. Fonte: Carta de Ocupação do Solo Conjuntural DGT, 2023.	36
Figura 19: Arte - Xávega. Fonte CMA.....	38
Figura 20: Arte – Xávega. Fonte CMA.....	39
Figura 21: Portas de entrada da PPAFCC. Fonte: Google Earth.	41
Figura 22: Localização do CIMM. Google Earth (2024).	42
Figura 23: Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM). Foto: Pilar Miguel.....	42
Figura 24: Centro Municipal de Turismo de Cacilhas. Foto: CMA.	43
Figura 25: Posto de turismo da Costa da Caparica. Fonte: Junta de Freguesia da Costa da Caparica.....	44
Figura 26: Convento dos Capuchos. Foto: CMA.	44
Figura 27: Bateria da Raposa. Foto: Felipe Oliveira	45
Figura 28: Agroparque Terras da Costa e do Mar. Foto: CMA.....	46
Figura 29: Centro de Interpretação da Praia da Rainha. Foto: Felipe Oliveira	46
Figura 30: Presídio da Trafaria. Fonte: CMA.	47
Figura 31: Centro de Atividades Ambientais e Desportivas. Foto: CMS.	47
Figura 32: Posto de Turismo de Sesimbra (Museu Marítimo). Foto: CMS	48
Figura 33: Posto Visit Sesimbra no Castelo de Sesimbra. Foto:CMS	48
Figura 34: Percurso interpretativo do CIMM. Fonte: ICNF, I.P.	49
Figura 35: Percursos interpretativos da Arriba e Oceano. Fonte: ICNF, I.P.	50
Figura 36: Miradouro Raposa. Foto: Felipe Oliveira.	50
Figura 37: Placas dos percursos interpretativos. Foto: Felipe Oliveira.....	51
Figura 38: Miradouro Oceano. Foto: Felipe Oliveira	51
Figura 39: Miradouro Arriba. Foto: Felipe Oliveira.....	52
Figura 40: Sinalização da Grande Rota GR11 E9 na RBMM. Foto: Felipe Oliveira.	53
Figura 41: Parques de merendas. Fonte: ICNF, I.P.....	53
Figura 42: Parque de merendas do Zimbral. Foto: Pilar Miguel.	54
Figura 43: Parque de merendas da Casa da Chave. Foto: Pilar Miguel.	54
Figura 44: Parque de merendas da Fonte da Telha. Foto: Pilar Miguel.....	55
Figura 45: Parque de merendas do CIMM. Foto: Pilar Miguel.	55
Figura 46: Parque de merendas da Aroeira. Foto: Pilar Miguel.....	56
Figura 47: Parque de merendas do Cabo da Malha. Foto: César Monteiro.	56
Figura 48: Capa do inquérito para a recolha de contributos para o Plano de Cogestão da PPAFCC...82	



Figura 49: Qual o motivo da visita? (Nuvem de palavras).	87
Figura 50: O que considera que pode melhorar nos parques de merendas da PPAFCC? (Nuvem de Palavras).	93
Figura 51- Edital Nº 95/2025	98

Índice de Quadros

Quadro 1: Resultado da análise SWOT. Forças para a Comunicação.	58
Quadro 2: Resultado da análise SWOT. Fraquezas para a Comunicação.	59
Quadro 3: Resultado da análise SWOT. Ameaças à Comunicação.	59
Quadro 4: Resultado da análise SWOT. Oportunidades para a Comunicação.	60
Quadro 5: Resultado da análise SWOT. Objetivos resultantes da SWOT Comunicação.....	61
Quadro 6: Resultado da análise SWOT. Forças para o eixo Sensibilização.	62
Quadro 7: Resultado da análise SWOT. Fraquezas, eixo Sensibilização.	63
Quadro 8: Resultado da análise SWOT. Ameaças à Sensibilização.....	64
Quadro 9: Resultado da análise SWOT. Oportunidades para a Sensibilização.	65
Quadro 10: Resultado da análise SWOT. Objetivos resultantes da SWOT Sensibilização.	66
Quadro 11: Resultado da análise SWOT. Forças para a Valorização.	67
Quadro 12: Resultado da análise SWOT. Fraquezas para a Valorização.	69
Quadro 13: Resultado da análise SWOT. Ameaças à Valorização.	70
Quadro 14: Resultado da análise SWOT. Oportunidades para a Valorização.	71
Quadro 15: Resultado da análise SWOT. Objetivos resultantes da SWOT Valorização.....	72
Quadro 16: Resultado da análise SWOT. Forças, eixo Conservação da natureza.....	74
Quadro 17: Resultado da análise SWOT. Fraquezas para a Conservação.	75
Quadro 18: Resultado da análise SWOT. Ameaças à Conservação.	77
Quadro 19: Resultado da análise SWOT. Oportunidades para a Conservação.	78
Quadro 20: Resultado da análise SWOT. Objetivos, plano de Cogestão a partir do eixo Conservação da natureza.	79
Quadro 21: O que considera que pode melhorar no Centro de Interpretação da Mata dos Medos?	89
Quadro 22: O que considera que pode melhorar nos percursos interpretativos da PPAFCC?	90
Quadro 23: O que considera que pode melhorar nos passadiços da PPAFCC?	92
Quadro 24: Existe alguma outra ação que considera prioritária para a conservação, valorização e preservação da PPAFCC?	97

Índice de Tabelas

Tabela 1: Eixos estratégicos, Ações específicas e orçamento previsto para o Plano de Cogestão da PPAFCC.....	100
Tabela 2: Ações do Eixo 1 - Comunicação.....	102
Tabela 3: Ações do Eixo 2 – Sensibilização	107
Tabela 4: Ações do Eixo 3 - Valorização.....	113
Tabela 5: Ações do Eixo 4 - Conservação.....	126
Tabela 6- Indicadores de realização e metas a alcançar - Portaria n.º 67/2021	145
Tabela 7- Indicadores de realização Município de Almada	150

Índice de Acrónimos

- ALA** - Associação de Pesca Artesanal, Local e Costeira e de Apoio Social aos Pescadores
- AP**- Área Protegida
- CAA** - Companhia Agrícola da Apostiça, Lda.
- CC** – Comissão de Cogestão
- CE** – Conselho Estratégico
- CCDR** - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
- CMA**- Câmara Municipal de Almada
- CMS** – Câmara Municipal de Sesimbra
- COSc** – Carta de Ocupação de Solo Conjuntural
- DGT** – Direção-Geral do Território
- EA** – Estrutura de Apoio
- ENCNB 2030** - Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
- FA** – Fundo Ambiental
- FCT** - Fundação para a Ciência e Tecnologia
- FCT/UNL** – Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
- ICNF, I.P.**- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
- LVT** – Lisboa e Vale do Tejo
- ONGA**- Organização Não Governamental de Ambiente
- PC** – Plano de Cogestão
- POPPAFCC** – Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica
- PPAFCC** – Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica
- PRR** – Plano de Recuperação e Resiliência
- RJCNB**- Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
- RNAP**- Rede Nacional Áreas Protegidas
- RNBMMN**- Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos
- SMOS** – Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo
- SNNAC** – Sistema Nacional de Áreas Classificadas
- SWOT** – Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
- UE** – União Europeia

1. ENQUADRAMENTO

1.1 Âmbito do Documento

O Plano de Cogestão (PC) da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (PPAFCC) constitui o instrumento de gestão, consensualizado pela comissão de cogestão, que determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores.

O PC apresenta, também, um programa composto por medidas e ações concretas destinadas a concretizar a estratégia proposta, conforme estipulado na alínea a), n.º 1, artigo 12º do Decreto-Lei nº 116/2019, datado de 21 de agosto.

Neste sentido, foi elaborada a presente proposta de PC da PPAFCC, a fim de ser apresentada à Comissão de Cogestão para a devida aprovação.

A proposta de PC é fundamentada numa caracterização e diagnóstico prospetivo (análise SWOT), o qual identificou forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da área protegida. A análise contou com a contribuição de atores chave, representantes das entidades que compõem a Comissão de Cogestão (CC) e a Estrutura de Apoio (EA) à Comissão de Cogestão. O diagnóstico considerou as necessidades e as prioridades da PPAFCC em termos de valorização, comunicação, promoção, sensibilização e conservação dos recursos e valores naturais e culturais existentes.

A proposta de Plano de Cogestão da PPAFCC Integra um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia, assente em quatro eixos estratégicos:

Eixo 1 - Comunicação: medidas e ações para melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores;

Eixo 2 - Sensibilização: medidas e ações para sensibilização da população e visitantes;

Eixo 3 - Valorização: medidas e ações para a promoção e valorização do território da PPAFCC;

Eixo 4 - Conservação¹: medidas de conservação e monitorização do património natural e cultural.

1.2 Elaboração do Plano de Cogestão da PPAFCC

É da responsabilidade da Comissão de Cogestão da PPAFCC a elaboração do PC, conforme estipulado no artigo 8.º, alínea i), do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, na sua versão atual².

A CC é coadjuvada pela EA à CC, que de acordo com o artigo 10.º, n.º 1, do mesmo Decreto-Lei, é '...constituída pelos técnicos designados para o efeito por cada uma das entidades nela representadas e coordenada pelo responsável que o ICNF, I. P., designe para o efeito.' O Técnico de Apoio à Cogestão, tem como função a coordenação da estrutura de apoio, desempenhada em tempo integral.

¹ Articulação institucional para conservação da natureza, restauro ecológico e resiliência do território.

² <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/116-2019-124097546>

1.3 Responsáveis pela aprovação do Plano de Cogestão da PPAFCC

De acordo com a alínea i) do artigo 8.º, do Decreto-Lei 116/2019, de 21 de agosto, na sua versão atual, é responsabilidade da CC da PPAFCC aprovar o PC, após parecer favorável do Conselho Estratégico (CE) da PPAFCC.

Em 18 de março de 2025, a CC da PPAFCC aprovou o PC. Posteriormente, o PC foi a consulta pública, durante 22 dias úteis, entre 14 de abril de 2024 e 16 de maio de 2025.

Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, datado de 21 de agosto, o PC foi ratificado pelo CE, em 17 de julho de 2025. O processo de aprovação garante a validade e a conformidade do PC com os regulamentos e diretrizes aplicáveis à PPAFCC.

1.4 Âmbito territorial a que diz respeito

O PC da PPAFCC tem como âmbito territorial principalmente a área da PPAFCC definida pelo Decreto-Lei n.º 168/84, de 22 de maio. Estende-se ao longo da orla litoral, desde o aglomerado da Costa da Caparica até à Lagoa de Albufeira, com área de 1.599 hectares (Figura 1).

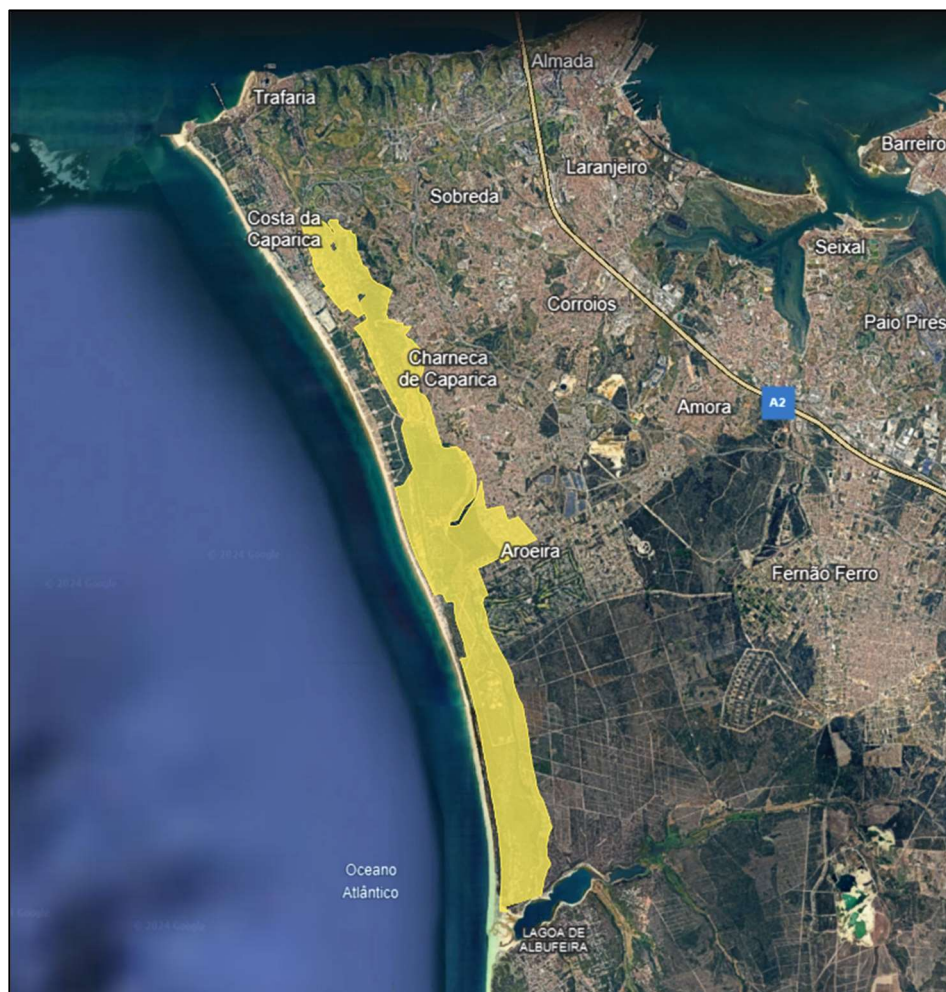


Figura 1: Localização da PPAFCC (em amarelo). Fonte: Google Earth.

Em contexto mais abrangente, o território da PPAFCC coincide numa faixa de 32ha com a área classificada ZEC Fernão Ferro-Lagoa de Albufeira (Figura 2) e na sua continuidade, com a ZPE Fernão Ferro-Lagoa de Albufeira, no sentido sul, tem continuidade com as áreas classificadas ZEC Arrábida-Espichel (Figura 2), ZPE Cabo Espichel (Figura 3) e pelo Parque Natural da Arrábida (Figura 3), contribuindo para a promoção dos valores e recursos naturais em presença, bem como, para a internacionalização do território.

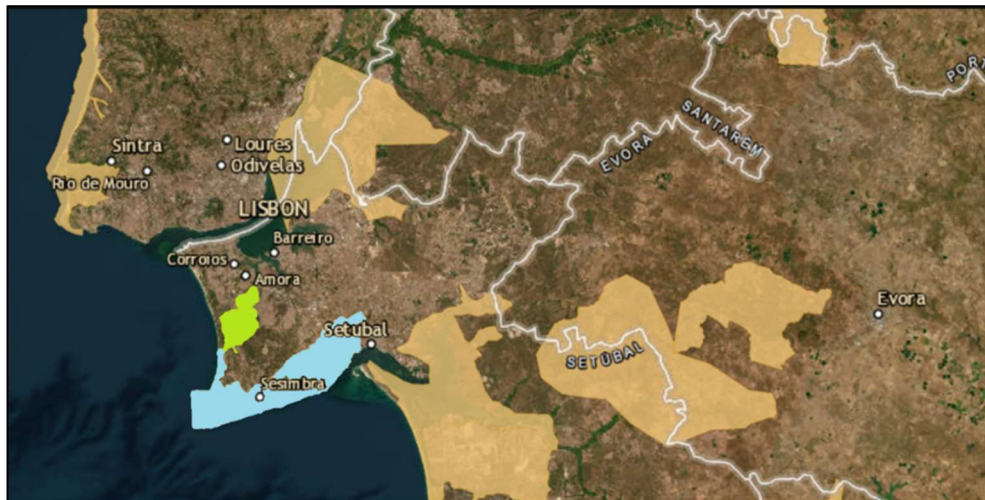


Figura 2: ZEC Fernão Ferro – Lagoa de Albufeira (verde) e ZEC Arrábida Espichel (azul). Fonte: ICNF IP.



Figura 3: ZPE Lagoa Pequena (verde) e ZEP Cabo Espichel (Azul no oceano). Fonte: ICNF, I.P.. IP

O documento base enquadrador da aplicação do Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto é a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto³: *Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais* - nomeadamente a alínea c) do Artigo 20.º - *Informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas*. O decreto-lei aplica-se à Rede Nacional de Áreas Protegidas e define o modelo de cogestão das áreas protegidas de âmbito nacional, o qual poderá ser adotado para as áreas protegidas de âmbito regional ou local sob proposta dos municípios que as integram (cf. art.º 4º nº 4), sem ser previsto qualquer procedimento particular.

³ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/50-2018-116068877>

Podem ainda ser consideradas zonas envolventes às áreas protegidas, circunscritas aos limites administrativos dos municípios que as integram. Ou seja, a sua aplicação, desde que fundamentada, pode extravasar os limites da própria área protegida. Neste contexto, podem, também, vir a ser integradas no modelo, áreas com outros estatutos de classificação (ex. Rede natura 2000, Sítios Ramsar, Reservas da Biosfera, Matas nacionais, entre outros).

O Sistema Nacional de Áreas Classificadas - SNAC, é constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas, pelas áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

O SNAC foi estruturado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008⁴, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015⁵, de 15 de outubro.

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário e tem por objetivo “contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu”. Compreende as áreas classificadas, integradas na área protegida ou envolventes à área protegida:

- ZPE - Zonas de Proteção Especial, estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats;
- ZEC - Zonas Especiais de Conservação, criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo de contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens considerados ameaçados no espaço da União Europeia.

Nestas áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

1.5 Horizonte temporal a que se reporta

O PC apresenta-se como um guia estratégico fundamental dentro da esfera da gestão colaborativa da área protegida, num horizonte temporal de três anos (2025-2027), correspondendo ao período mínimo de 3 anos estipulado no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

⁴ <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2008-34502775>

⁵ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/242-2015-70693924>

2. MODELO DE COGESTÃO

2.1 Cogestão de Áreas Protegidas de âmbito nacional

A cogestão de áreas protegidas de âmbito nacional que integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, datado de 21 de agosto, na sua versão atual, tem por base legal a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), em cumprimento da Lei n.º 50/2018, promulgada em 16 de agosto⁶, que estabelece a transferência de responsabilidades para as autoridades locais e entidades intermunicipais.

A prática da cogestão representa uma abordagem de gestão próxima, construída com base num modelo participativo e colaborativo, tendo como objetivos centrais valorizar a área protegida tendo por base as dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e contribuir para os objetivos de conservação da natureza, de proteção da biodiversidade e de restauro ecológico, e para a resiliência do território e gestão efetiva dos seus riscos naturais, reforçando a articulação institucional.

A cogestão de áreas protegidas tem como objetivos fundamentais a promoção, a sensibilização, a comunicação e a conservação da natureza, baseada nos princípios e nas normas legais e regulamentares que se aplicam às áreas protegidas, delineados no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e na ENCNB 2030. Neste contexto, a Câmara Municipal de Almada (CMA) e a Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) oficializaram, junto ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I.P.), a solicitação de adesão ao modelo de Cogestão da PPAFCC.

2.1.1 Pedido de adesão ao Modelo de Cogestão da PPAFCC

Nos dias 7 e 24 outubro de 2022 os municípios de Almada e Sesimbra formalizaram junto do ICNF, I.P., a adesão ao modelo de cogestão, conforme estipulado no n.º 2, do artigo 4, do Decreto-Lei n.º 116/2019, datado de 21 de agosto. De acordo com as disposições da alínea a) dos n.ºs 1 e 2, do artigo 7º, do mencionado decreto-lei, foi nomeado Presidente da Comissão da Cogestão da PPAFCC a Presidente da Câmara Municipal de Almada, sendo substituído pelo Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra no seu impedimento ou ausência.

2.1.2 Assinatura do protocolo de colaboração técnico financeira

No 31 de maio de 2023, foi assinado o protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Município Almada, o Fundo Ambiental e o ICNF, I.P., I.P. até 31 de dezembro de 2024. Este protocolo tem por objetivo garantir o apoio técnico e operacional dedicado em exclusividade à promoção, desenvolvimento e execução do Modelo de Cogestão da PPAFCC, previsto no Decreto-Lei nº116/2019, de 21 de agosto, designadamente a realização das atividades previstas no Anexo III.

⁶ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/50-2018-116068877>

2.1.3 Contratação do Técnico de apoio à Cogestão

A 14 de agosto de 2023, e ao abrigo do protocolo de colaboração técnica e financeira, foi contratado o técnico responsável pela dinamização e implementação do Modelo de Cogestão da PPAFCC até 31 de dezembro de 2024.

2.2 Plano de Cogestão da PPAFCC (PC)

O PC constitui um dos instrumentos de gestão das áreas protegidas em cogestão, o qual determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizem essa estratégia.

O Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (PPAFCC) representa o documento central para orientar a gestão estratégica deste território. Este plano é fundamental para promover a valorização desta área protegida, sensibilizar a comunidade local e os intervenientes regionais, além de melhorar a comunicação com diversos atores-chave, bem como atuar na conservação da natureza.

2.3 Comissão de Cogestão (CC)

A CC da PPAFCC participa na gestão da área protegida, através do exercício das funções de cogestão estabelecidas no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21/8, envolvendo a autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, os municípios presentes nos territórios da área protegida e quem, pelo conhecimento técnico-científico e saberes aplicados nessas áreas, possa contribuir para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território.

A CC tem por missão fomentar uma dinâmica colaborativa, voltada para a valorização da área protegida, promovendo a aproximação entre os cidadãos e as entidades relevantes, apoiando-se em procedimentos participativos e consensuais e visando a preservação dos recursos naturais e às necessidades da sociedade de forma mais eficaz.

Por Despacho n.º 79896/2023 do Secretário de Estado do Ensino Superior e do Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 150, de 3 de agosto de 2023, alterado pelo Despacho n.º 2971/2024⁷, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 57, de 20 de março de 2024, da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, foi determinada a composição da Comissão de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, composta pelos seguintes membros:

- a) O Presidente da Câmara Municipal Almada, que preside à comissão de cogestão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra;

⁷ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/2971-2024-856341958>

- b) O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pela Diretora do Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade de Lisboa e Vale do Tejo;
- c) Representante da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;
- d) Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- e) Representante da ALA — Associação de Pesca Artesanal, Local e Costeira e de Apoio Social aos Pescadores;
- f) Representante do Turismo de Portugal — Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa;
- g) Representante da Companhia Agrícola da Apostiça, Lda.
- h) Vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo com a área do Ambiente e da Conservação da Natureza, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Diretor da Unidade de Ambiente, Conservação da Natureza e Biodiversidade.

2.4 Conselho Estratégico (CE)

Os conselhos estratégicos, que funcionam junto de cada área protegida, mantêm a sua natureza consultiva, como estabelece o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, sendo responsáveis pela emissão dos pareceres obrigatórios não vinculativos previstos no regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto. No âmbito da cogestão são dotados de maior amplitude de ação, promovendo uma maior dinâmica e proatividade na abertura da área protegida ao exterior.

De acordo com o n.º 1, do Art.º 11, do Decreto-Lei n.º 116/201 de 21 de agosto, na sua versão atual, compete ao CE:

- a) Apreciar e emitir parecer prévio sobre o plano de cogestão da área protegida, incluindo os indicadores de realização propostos;
- b) Apreciar e emitir parecer sobre o plano anual de atividades e orçamento, bem como sobre o relatório de execução de atividades anual relativo à cogestão da área protegida;
- c) Apreciar quaisquer outros instrumentos ou assuntos relativos à cogestão da área protegida que lhe sejam submetidos pela comissão de cogestão;
- d) Apoiar a comissão de cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida, bem como dos potenciais beneficiários;
- e) Identificar e analisar problemas que revelam natureza sistémica e que afetam a área protegida, propondo soluções e elaborando recomendações à comissão de cogestão;
- f) Apoiar a execução de medidas e ações do Plano de Cogestão da área protegida
- g) Apreciar e emitir parecer nos casos em que, pelo menos, 50 % dos municípios abrangidos

por uma área protegida de âmbito nacional proponham junto do ICNF, I.P., a adoção do plano.

O Conselho Estratégico de acordo com o Despacho n.º 6066/2015⁸, datado de 21 de maio, integra as seguintes entidades consideradas relevantes no contexto da área protegida:

- a) Um representante do ICNF, I. P.;
- b) Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- c) Um representante da Direção-Geral do Património Cultural;
- d) Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente;
- e) Um representante da Direção-Geral do Território;
- f) Um representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
- g) Um representante da Câmara Municipal de Almada;
- h) Um representante da Câmara Municipal de Sesimbra;
- i) Um representante das Juntas de Freguesia da área da PPAFCC;
- j) Um representante da Capitania do Porto de Lisboa;
- k) Um representante da Universidade Nova de Lisboa;
- l) Um representante do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa;
- m) Um representante das Associações de Produtores Florestais;
- n) Um representante das Associações de Agricultores;
- o) Um representante da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa;
- p) Um representante dos Operadores de Turismo de Natureza;
- q) Um representante das Associações de Desenvolvimento local/regional;
- r) Um representante das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área da PPAFCC;
- s) Até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

2.5 Missão, Visão e Valores⁹

Com o objetivo de definir as diretrizes estratégicas para o Modelo de Cogestão do PPAFCC para o período compreendido entre 2025 e 2027, o PC da PPAFCC articula-se com o programa especial, consubstancia um compromisso entre as entidades envolvidas na sua execução e obedece às seguintes orientações:

Missão: Criar, desenvolver e consolidar um modelo de gestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (PPAFCC) que promova a participação e o envolvimento ativo dos agentes territoriais, para a construção do conhecimento, valorização, promoção, informação, comunicação e sensibilização deste património natural e cultural.

Visão: Realizar a implementação do Plano de Cogestão definido para a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica no período estabelecido no plano. Ser reconhecida local, nacional e internacionalmente como referência na criação, gestão colaborativa e participativa de proximidade.

⁸ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/6066-2015-67397572>

⁹ Aprovado em sessão da Comissão de Cogestão no dia 23 de outubro de 2023.

Comprovar a cogestão da Área Protegida como um exemplo de sucesso de trabalho em rede, de ativação de base social e de inovação, envolvendo ativamente as comunidades locais e os principais agentes e parceiros estratégicos para a sustentabilidade do património natural e cultural.

Valores: Cooperação, a partilha de conhecimento, o compromisso, a transparência e a comunicação e diálogo.

2.6 Compromissos estratégicos¹⁰

Os compromissos estratégicos do PC da PPAFCC estabelecem uma direção clara e orientada para a conservação da natureza, proteção da biodiversidade e restauro ecológico, promoção da resiliência do território e gestão de riscos naturais, valorização e promoção do território, sensibilização e capacitação das populações locais e melhoria da comunicação da área protegida. Estes compromissos ajudam a comunicar de maneira transparente as intenções do PC da área protegida para todas as partes interessadas. A definição de compromissos estratégicos serve também para enquadrar um programa de medidas e ações a concretizar, com vista a alcançar os objetivos maiores da conservação da natureza, desenvolvimento sustentável, sensibilização para a valorização e proteção do património natural, bem como a articulação com a paisagem cultural, refletindo a ação humana na origem e manutenção deste território desde a Costa da Caparica até à Lagoa de Albufeira.

1. Contribuir para a conservação e proteção da natureza e da biodiversidade e geodiversidade, restauro ecológico e adaptação às alterações climáticas na PPAFCC:

O plano de cogestão da PPAFCC assume o compromisso de contribuir para a conservação e proteção do património natural da área protegida, incluindo biodiversidade e geodiversidade, designadamente da Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos e da Arriba Fóssil; o restauro de habitats naturais degradados com especial enfoque na problemática das espécies exóticas invasoras; resolução da ocupação de áreas de génese ilegal; e a adaptação às alterações climáticas, nomeadamente a redução de riscos de incêndios, tecnológicos e naturais, bem como da perturbação dos ecossistemas.

2. Promover a Literacia e Capacitação ambiental e climática através de plano de Comunicação, Formação e Sensibilização Ambiental da PPAFCC:

O plano de cogestão da PPAFCC assume o compromisso de aumentar a compreensão e a apreciação do património natural da área protegida, bem como alertar e sensibilizar para as ameaças da emergência climática, através da promoção da comunicação e sensibilização ambiental, de acordo com o respetivo plano de ação e fomentando o uso de práticas e tecnologias inovadoras.

3. Promover o desenvolvimento sustentável em todo o território da PPAFCC:

O plano de cogestão da PPAFCC assume o compromisso de articular os objetivos de

¹⁰ Aprovado em sessão da Comissão de Cogestão no dia 22 de novembro de 2023.

conservação da natureza com o desenvolvimento económico, assente numa economia circular, no empreendedorismo verde/azul que promova a descarbonização, através de práticas sustentáveis e inclusivas no território da área protegida, tais como o turismo de natureza, a silvicultura, a agricultura e a pesca sustentáveis, e a mobilidade suave.

4. Promover estudos de investigação científica e monitorização do património natural e cultural:

O plano de gestão da PPAFCC assume o compromisso de fomentar a recolha de dados científicos e promover estudos de investigação científica, com vista a monitorizar a conservação do património natural e cultural e a eficácia das medidas de gestão, bem como comunicar ao público geral, em linguagem acessível, a informação gerada por esses estudos.

5. Promover parcerias e cooperação institucional:

O plano de gestão da PPAFCC assume o compromisso de estabelecer parcerias e promover mecanismos de colaboração com atores-chave, tais como entidades governamentais; associações; comunidades locais; universidades; setor do turismo; órgãos de comunicação social; no seu conjunto relevantes como potenciais fontes de financiamento ou como parceiros para a boa gestão da área protegida.

Assume ainda o compromisso de colaborar e promover o desenvolvimento de instrumentos de gestão territorial alinhados e compatíveis com os objetivos da gestão da PPAFCC, constituindo a Comissão de Gestão um órgão essencial de consulta, de coordenação e articulação institucional.

6. Contribuir para o desenvolvimento da agricultura sustentável na PPAFCC:

O plano de gestão da PPAFCC assume o compromisso de promover a agricultura como um eixo de desenvolvimento deste território, com enfoque nas Terras da Costa, com base num modelo de gestão agrícola sustentável, que concilie a produção alimentar com o recreio e a salvaguarda dos valores naturais e culturais, e reforce a segurança alimentar numa perspetiva de economia circular.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA¹¹

A PPAFCC abrange uma área de 1.599 hectares, com altitudes que variam entre o nível do mar e 114 metros. Localiza-se nos municípios de Almada e Sesimbra, tendo sido criada em 22 de maio de 1984, conforme o Decreto-Lei n.º 168/84 (*Figura 4*).

¹¹ Plano de Ordenamento da PPAFCC.



Figura 4: Mapa de localização da PPAFCC. Fonte: CAOP¹², 2022.

A classificação da PPAFCC resulta do reconhecimento do seu valor geológico, paisagístico e geomorfológico. O elemento central da paisagem é a arriba fóssil, composta por estratos de rochas sedimentares, como arenitos e argilas, que contêm fósseis de origem flúvio-marinha. Destaca-se, igualmente, a secular Mata Nacional dos Medos, classificada como Reserva Botânica pelo Decreto n.º 444/71, de 23 de outubro, devido à relevância do seu património florístico. Na PPAFCC encontram-se outras características notáveis, como dunas e praias, campos agrícolas, formando assim um mosaico paisagístico diversificado neste território protegido.

O Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (POPPAFCC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2008, de 24 de novembro, é atualmente o instrumento de gestão territorial aplicável a esta área protegida. Este plano possui natureza jurídica de regulamento administrativo, devendo os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, assim como os programas e projetos, tanto de iniciativa pública como privada, que se desenvolvam na sua área de intervenção, conformar-se com as suas diretrizes.

¹² Carta Administrativa Oficial de Portugal.

3.1 Geologia

No que diz respeito aos aspetos geológicos, mais especificamente à litoestratigrafia, a PPAFCC apresenta formações com idades que abrangem desde o Serravaliano (Miocénico médio – aproximadamente 13 a 11 milhões de anos) até ao Holocénico (aproximadamente 11 mil anos). Essas formações, da base para o topo da arriba, recebem as seguintes denominações:

- Formação das Argilas de Xabregas do Miocénico médio (Serravaliano, com uma idade estimada de 13 a 11 milhões de anos);
- Formações dos Calcários de Marvila e dos Grés de Grilos indiferenciadas do Miocénico médio a Superior (Serravaliano a Tortoniano inferior, com uma idade aproximada de 11 a 7 milhões de anos);
- Areolas de Braço de Prata, Areolas de Cabo Ruivo e Depósitos de Ribeira da Lage, do Miocénico superior (Tortoniano, com uma idade estimada de 11 a 7 milhões de anos);
- Formação de Santa Marta do Pliocénico (com uma idade aproximada de 5 a 2 milhões de anos);
- Conglomerado de Belverde do Plistocénico (com uma idade que varia de 2 milhões a 11 mil anos aproximadamente);
- Dunas antigas e areias eólicas indiferenciadas, dunas, Areias de praia, depósitos de vertente e aluviões e/ou aterros do Holocénico (com uma idade aproximada de 11 mil anos).

3.2 Tectónica

No âmbito da análise tectónica da região, a PPAFCC localiza-se na Península de Setúbal, integrando a Bacia Cenozóica do Tejo-Sado, uma das quatro grandes unidades morfoestruturais da Península Ibérica.

A PPAFCC encontra-se numa zona geológica denominada Sinclinal de Albufeira, delimitada a norte pelo Anticlinal de Lisboa e a Sul pelo Anticlinal da Arrábida. Embora não sejam frequentes, registam-se algumas falhas geológicas na zona norte, próxima da localidade de Capuchos, adjacente à estrada IC20. Estas fraturas assemelham-se a fissuras na crosta terrestre e estendem-se nas direções nordeste-sudoeste e noroeste-sudeste, afetando estratos rochosos que incluem Argilas de Xabregas, Calcários de Marvila e Grés de Grilos indiscriminadamente.

Pode-se inferir que este sistema de falhas possa estar relacionado com uma falha maior que se estende pela região da Vala da Enxurrada em direção à Trafaria.

Na área da Fonte da Telha, observam-se fissuras nas camadas rochosas que se formaram recentemente. Algumas destas fraturas ocorreram também após a deposição da formação "Conglomerado de Belverde".

3.3 Geomorfologia

No que diz respeito à Geomorfologia, a PPAFCC exhibe as seguintes unidades:

- A Planície litoral: esta é composta pela praia, pelo cordão dunar e pelas dunas interiores;
- A Arriba Fóssil: apresenta um perfil íngreme e está sujeita à erosão eólica e pluvial, ocasionando deslizamentos a norte da área e ravinas entre a Fonte da Telha e a Lagoa de Albufeira;
- A Plataforma litoral: situada no topo da Arriba Fóssil e coberta principalmente por dunas.

O principal atrativo da paisagem protegida é a Arriba Fóssil, atualmente em constante erosão devida a fatores naturais (chuva, vento) e antropogénicos (pisoteio, trilhas de ciclistas, etc.), que alteram gradualmente a sua forma. Considera-se uma arriba fóssil quando não mantém contacto direto com o mar, ou seja, quando deixa de ser moldada pela abrasão marinha. No caso da Arriba Fóssil na PPAFCC, esse fenómeno é recente, indicando que antes do sismo de 1755, a arriba estava em contacto direto com a praia, limitando assim a linha costeira. Em consequência do terramoto de 1 de novembro de 1755, ocorreu o recuo do mar, deixando a área onde hoje se encontra a Costa da Caparica acima do nível das águas.

Como limite sul da PPAFCC, encontra-se ainda a Lagoa de Albufeira (Figura 5). Trata-se de uma laguna costeira formada por dois corpos lagunares, a Lagoa Grande e a Lagoa Pequena, interligados por um canal estreito e pouco profundo. A profundidade máxima na Lagoa Grande é de aproximadamente 15 m, enquanto na Lagoa Pequena é de cerca de 2 m; o canal que une as duas lagoas possui uma profundidade de aproximadamente 1,5 m.



Figura 5: Lagoa de Albufeira. Fonte: CMS

3.4 Solos

Os solos identificados na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica (PPAFCC) são de formação recente, pouco evoluídos e caracterizados pela ausência de horizontes claramente definidos, sendo designados como solos incipientes. Dentro desta ordem, destacam-se os Litossolos, Regossolos, Aluviosolos Modernos e Solos de Baixas (Coluviosolos), cada um apresentando as seguintes características:

- Litossolos: derivam de rochas consolidadas e geralmente possuem uma espessura inferior a 10 cm;
- Regossolos: formados por materiais não consolidados, como areias, geralmente com grande espessura (dunas estão incluídas nesta categoria);
- Aluviosolos Modernos: solos não hidromórficos, constituídos por depósitos estratificados de aluviões e suscetíveis a adições de sedimentos aluvionares;
- Solos de Baixas (Coluviosolos): localizados em vales, depressões ou na base das encostas.

Nos Aluviosolos e Solos de Baixas, a toalha freática não muito profunda tem oscilações ao longo do ano e apesar de não se verificar a estagnação da água, o solo está geralmente humedecido, o que influencia a vegetação associada.

3.5 Hidrogeologia

No contexto hidrogeológico, a PPAFCC está integrada no Sistema Aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda. Esta estrutura aquífera forma, em conjunto com os sistemas da Margem Direita e das Aluviões do Tejo, uma extensa unidade hidrogeológica cujo suporte é constituído pelos sedimentos que preenchem a bacia terminal do Tejo-Sado.

O aquífero é composto por diversas camadas porosas, geralmente confinadas ou semiconfinadas. São frequentes as variações laterais e verticais nas fácies litológicas, as quais são responsáveis por alterações significativas nas condições hidrogeológicas. A complexidade litológica resulta numa sequência alternada de camadas aquíferas, intercaladas por outras de permeabilidade baixa ou muito baixa (aquítardos e aquíclusos), em alguns locais com predomínio de uma ou outra classe de formações hidrogeológicas.

Os estudos realizados durante a elaboração do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil, revelaram que o aquífero freático na formação dunar, nas áreas observadas, apresenta cotas variando entre 5 e 7,89 metros, com um gradiente suave de 0,27% de Sul para Norte. Na zona Sul, as cotas da superfície freática oscilam entre 10,3 e 4,45 metros, com direção de fluxo em direção à Lagoa de Albufeira, ou seja, de Sul para Norte.

3.6 Clima

A região apresenta características de clima mediterrânico, com um período de estiagem quente e seco, com forte influência do oceano Atlântico. Do ponto de vista climático, a PPAFCC está situada numa zona de transição, com características que variam em função do relevo e da exposição. A península de Setúbal, embora não diretamente, serve como uma área aberta às massas de ar marítimas.

Trata-se de uma região onde as áreas mais baixas frequentemente são cobertas por nevoeiros e neblinas, apresentando também um índice de humidade mais elevado e temperaturas máximas e mínimas mais suaves. A temperatura média anual na região é de aproximadamente 14°C, influenciada pela geografia, o oceano Atlântico, a Serra da Arrábida e o estuário do rio Tejo. A proximidade do oceano contribui para suavizar as variações térmicas ao longo da região litoral.

A precipitação média anual é cerca de 681 mm, caracterizando o clima como moderadamente chuvoso. Os maiores valores de precipitação total ocorrem no inverno, com picos em dezembro e janeiro (203 mm). A proximidade do mar também influencia a humidade relativa, mantendo-a sempre acima de 68%, mesmo durante os meses de verão.

A evaporação total anual é de aproximadamente 1.056 mm, com uma variação mensal inversa à variação da precipitação, ou seja, os valores mais altos de evaporação ocorrem no verão. Segundo o sistema de Thornthwaite, o clima da região é considerado pouco húmido, do tipo mesotérmico, com um grande défice de água no verão e eficiência térmica nula ou pequena na estação quente.

3.7 Habitats

Na PPAFCC foram identificadas 17 comunidades organizadas em 20 habitats naturais (Diretiva Habitats) (Figura 6), seis dos quais prioritários.¹³ A representatividade de habitats prioritários é maior no grupo de comunidades dos Bosques e Florestas Naturais, (onde se identificaram três habitats prioritários), nos Habitats Terrestres de Influência Marítima (onde se identificaram dois habitats prioritários) e nos Matos e matagais higrofilicos (onde foi identificado um habitat prioritário).

As espécies prioritárias da Diretiva Habitats - *Armeria rouyana* e a *Euphorbia transtagana* - são as espécies da flora mais importantes da área.

As comunidades vegetais de maior valor correspondem aos sistemas dunares, medos e paleodunas, devido aos habitats associados às formações arbustivas mais desenvolvidas. A presença de pinhais sobre dunas e de zimbrais, com espécies endémicas conferem as características mais valorativas.

¹³ INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (2007) Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica - Relatório – Pós Discussão Pública.

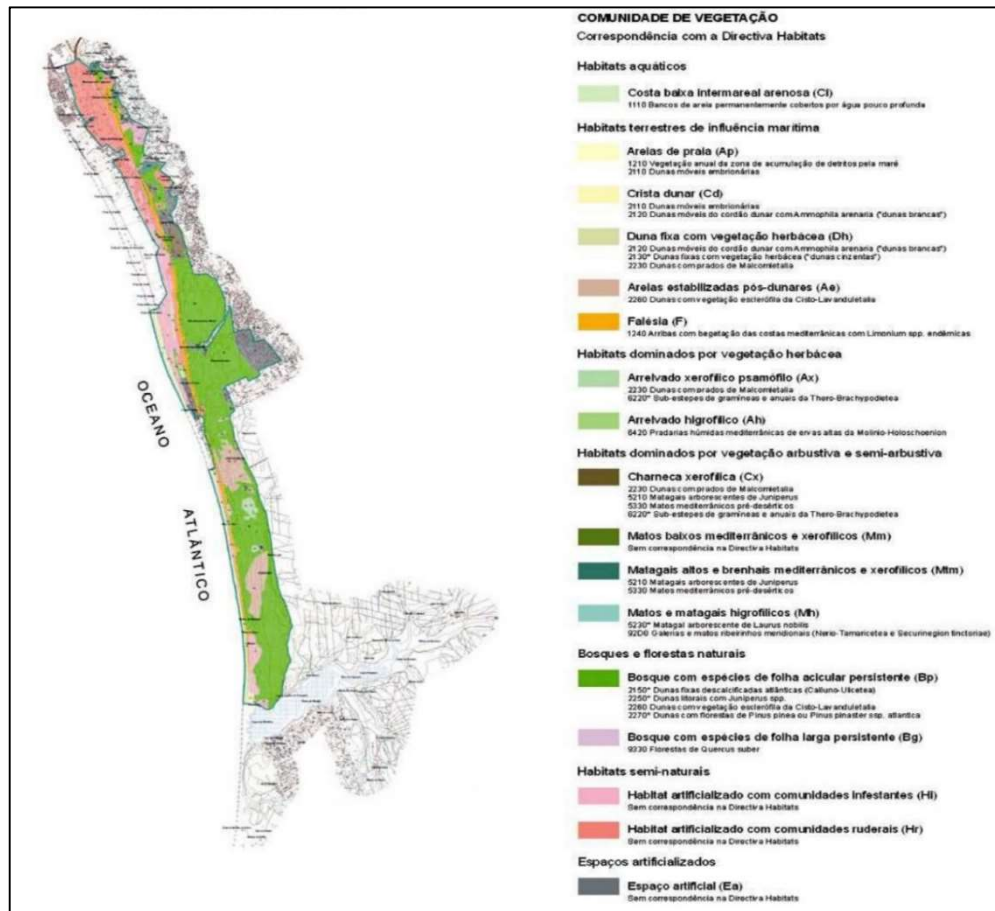


Figura 6: Comunidades de Vegetação: Correspondência com a Diretiva Habitats. Fonte: ICNF, I.P. (2007).

3.8 Flora

Na PPAFCC, foram identificadas 450 espécies de plantas pertencentes a 75 famílias¹⁴. Esta diversidade florística reflete-se numa vegetação tipicamente mediterrânica, caracterizada por espécies adaptadas às condições xerofíticas das dunas do Superdistrito Sadense e do setor Ribatagano-Sadense. Predominam principalmente endemismos paleomediterrânicos, incluindo caméfitos e nanofanerófitos dunares e paleodunares, como *Juniperus navicularis* e *Ulex australis* (Figura 7).

¹⁴ INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (2007) Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica - Relatório – Pós Discussão Pública.



Figura 7: *Juniperus turbinata* e *Ulex australis* Fonte: Arquivo de imagens da CMA

Destacam-se as espécies associadas aos cordões dunares, aos matos das dunas estabilizadas e às paleodunas. A ocupação florestal das areias dunares e a sua antiguidade contribuem para que vastas extensões sejam designadas como habitats prioritários para conservação, conforme a Diretiva Habitats¹⁵.

Por outro lado, a vegetação palustre, que se encontra associada à Lagoa de Albufeira fora da área protegida, no limite sul, e ao sistema hidrológico adjacente, geralmente apresenta um valor de conservação baixo, sendo frequentemente afetada por atividades humanas, o que resulta em formações de flora empobrecidas e pouco desenvolvidas. No entanto, ainda subsistem vestígios de vegetação ripícola de elevado valor ecológico.

Entre as espécies florísticas de maior relevância para conservação estão endemismos como ouriço-das-dunas (*Centaurea spaerocephala* subsp. *polyacantha*), camarinha (*Corema album*), piorro (*Juniperus navicularis*), tojo-gatunho (*Stauracanthus genistoides*), tojo (*Ulex australis* subsp. *welwitschianus*), e endemismos listados nos anexos II e IV da Diretiva Habitats como arméria-do-sado (*Armeria rouyana*), leiteira-do-sudoeste (*Euphorbia transtagana*), herniária (*Herniaria maritima*), cocleárea-menor (*Jonopsidium acaule*), tomilho-do-mato (*Thymus capitellatus*) e tomilho-das-praias (*Thymus carnosus*), espécie listada apenas no anexo IV) (Figura 8 e Figura 9).

¹⁵ <https://www.icnf.pt/conservacao/redenatura2000/diretivahabitats>



Figura 8: *Armeria rouyana* e *Jonopsidium acaule*. Fonte: flora-on.pt



Figura 9: *Euphorbia transtagana* e *Thymus carnosus*. Fonte: flora-on.pt

A área florestal da Mata dos Medos, localizada no topo da arriba, foi estabelecida por ordem do rei D. João V com a finalidade de conter o avanço das areias das dunas, ou "medos" (pronuncia-se médos), sobre os terrenos agrícolas do interior. Predominantemente composta por pinheiro-mansinho (*Pinus pinea*) no estrato arbóreo, também possui alguns exemplares de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e de pinheiro-de-alepo (*Pinus halepensis*), conhecido como pinheiro-egoísta devido às pinhas que permanecem presas aos ramos.

O estrato arbustivo é diversificado, destacando-se a sabina-das-praias (*Juniperus turbinata*), o carrasco (*Quercus coccifera*), a aroeira (*Pistacia lentiscus*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), o espinheiro-preto (*Rhamnus lycioides* subsp. *oleoides*) e a murta (*Myrtus communis*). Num estrato mais baixo, são frequentes o rosmaninho (*Lavandula luisieri*) e cistáceas como o sanganho-mouro (*Cistus salvifolius*) e a roselha-pequena (*Cistus crispus*).

A sul da Mata dos Medos, encontram-se os Medos de Albufeira, uma área dunar cujo estrato arbóreo é dominado pelo pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*). O estrato arbustivo inclui espécies como a sabina-da-praia (*Juniperus turbinata*) e a camarinha (*Corema album*).

No sistema dunar frontal, a vegetação é dominada pelo estorno (*Ammophyla arenaria*), juntamente com outras espécies típicas de dunas, como o feno-das-areias (*Elymus farctus*), o cardo-rolador ou cardo-marítimo (*Eryngium maritimum*), o cordeiro-da-praia (*Othantus maritimus*) e o cravo-das-areias (*Armeria pungens*).

Neste território o sistema dunar litoral inclui algumas espécies exóticas do género *Acacia*, como a acácia-de-espigas (*A. longifolia* e *A. cyanophila*) e a acácia-virilda (*A. retinodes*), plantadas no passado com o objetivo de estabilizar as dunas ou o chorão-das-areias (*Carpobrotus edulis*) que tem comportamento invasor.

3.9 Fauna¹⁶

Apesar das dimensões relativamente pequenas da área, foram identificadas 179 espécies de fauna terrestre na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, incluindo: 119 de aves; 31 de mamíferos; 17 de répteis; e 12 de anfíbios¹⁷.

Entre os mamíferos, encontram-se espécies comuns como o coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), o ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*) (Figura 10), a fuinha (*Martes foina*), o rato-do-campo (*Apodemus sylvaticus*) e a raposa (*Vulpes vulpes*), além de espécies mais raras como o morcego-rabudo (*Tadarida teniotis*).



Figura 10: Coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) e Ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*). Fotos: Pedro Sarmento e Felipe Oliveira.

Em relação às aves, é possível observar rapinas diurnas como a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*) e o peneireiro-comum (*Falco tinnunculus*), bem como rapinas noturnas como o mocho-galego (*Athene noctua*) e a coruja-do-mato (*Strix aluco*). Outras aves presentes incluem a rola-comum (*Streptopelia turtur*), o pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopos major*) (Figura 11), a gralha-preta (*Corvus corone*) e diversas espécies de passeriformes.

¹⁶

<https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/paisagensprotegidas/paisagemprotegidaaarribafossildacostadacaparica>

¹⁷ Plano de Ordenamento da PPAFCC.



Figura 11: Pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopos major*) Foto: Luis Quinta

A herpetofauna (anfíbios e répteis) também está bem representada. Entre os anfíbios, destacam-se a salamandra-de-costelas-salientes (*Pleurodeles waltl*), o sapo-corredor (*Bufo calamita*), o sapo-de-unha-negra (*Pelobates cultripes*) e a rela-comum (*Hyla arborea*) (Figura 12).



Figura 12: Rela – Comum (*Hyla arborea*) e Cobra – Rateira (*Malpolon monspessulanus*) Fotos: Ricardo Guerreiro.

Quanto aos répteis, adaptados às condições de aridez, são frequentes a lagartixa-do-mato-ibérica (*Psammotriton algirus*), o sardão (*Lacerta lepida*), a cobra-cega (*Blanus cinereus*) e a cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*) (Figura 12).

Entre as 10 espécies com maior valor ecológico¹⁸, encontram-se 7 aves, 2 répteis e 1 anfíbio. Este grupo inclui a víbora-cornuda (*Vipera latastei*), a lagartixa-de-dedos-denteados (*Acanthodactylus erythrurus*) (Figura 13), a rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*), o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), o andorinhão-real (*Apus melba*), o noitibó-de-nuca-vermelha (*Caprimulgus ruficollis*), o noitibó-cinzento (*Caprimulgus europaeus*), a gaivota-de-audouin (*Larus audouinii*) e o garajau-comum (*Sterna hirundo*).

¹⁸

<https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/paisagensprotegidas/paisagemprotegidaaarribafossildacostadacaparica>



Figura 13: Lagartixa-de-dedos-denteados (*Acanthodactylus erythrurus*) Foto: Ricardo Guerreiro

3.10 Unidades de Paisagem

A PPAFCC apresenta uma paisagem diversificada e profundamente influenciada pela intervenção humana ao longo dos tempos. Esta diversidade resulta das características naturais e da resposta dos recursos ao processo de transformação secular.

Atualmente, a paisagem apresenta variados estados de conservação, considerando o equilíbrio entre componentes ambientais e humanas. Segundo o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, Lagoa de Albufeira e Áreas adjacentes, na PPAFCC foram identificadas as seguintes unidades de paisagem (Figura 14):

- Terras da Costa;
- Arriba Fóssil e Orla Costeira;
- Pinhais da Charneca;



Figura 14: Mapa de Unidades de Paisagem da PPAFCC Lagoa de Albufeira e Áreas Adjacentes. Fonte: ICNF, I.P. (2007).

3.10.1 Terras da Costa

Caracterizada pelo uso atual do solo, distinto da área envolvente, desempenha um papel preponderante no modo de vida da população local. Localiza-se na planície litoral, entre o cordão dunar, atualmente ocupado pelo aglomerado urbano da Costa de Caparica, e a Arriba Fóssil. As origens dos habitantes das Terras da Costa estão ligadas à necessidade de garantir a subsistência em terrenos agrícolas, além da pesca, transformando o extenso juncal que anteriormente existia neste território. Achados arqueológicos na plataforma litoral indicam que os primeiros assentamentos humanos nesta área remontam aos períodos Paleolítico, Neolítico e Calcolítico. Contudo, a fixação permanente de

populações na planície litoral só ocorreu no final do século XVIII, com a criação da Costa de Caparica, onde pescadores vindos de Ílhavo e Algarve se estabeleceram e, para compensar a sazonalidade da pesca, dedicaram-se à agricultura nas férteis Terras da Costa (Figura 15).



Figura 15: Terras da Costa. Fonte: CMA.

3.10.2 Arriba Fóssil e Orla Costeira

Esta unidade é definida pela sua estrutura composta por faixas estreitas que, juntas, formam uma unidade homogénea. Assente sobre um substrato arenoso (areias de praia, dunas ou depósitos de vertente), inclui a linha de praia, seguida pelo cordão dunar, uma área de planície correspondente às dunas interiores e, finalmente, a arriba. Na planície podem-se encontrar diversos tipos de ocupação desde mata de acácias, área social (edificado sobretudo de génese ilegal) ou zona de matos. A variação de usos verifica-se consoante a largura desta área de planície (na zona mais larga, e também a mais próxima do principal aglomerado urbano, instalou-se a área de produção agrícola anteriormente referida). Como elemento estruturante desta unidade de paisagem surge a Arriba, pois é ela que delimita e confere carácter a toda esta área, tornando a paisagem identificável e distinta no contexto do litoral de Portugal continental. Ao longo deste troço de costa a Arriba passa de fóssil a arriba viva, a partir da Fonte da Telha, onde se verifica uma contínua interação com a praia e a erosão marinha.

As belas formas de erosão, características geológicas e extensão fazem desta arriba um exemplo único no país. Geologicamente, esta arriba é formada por uma sucessão de estratos sub-horizontais de rochas sedimentares com conteúdo fóssilífero e origem fluviomarinha, constituindo um interessante testemunho de épocas passadas (Figura 16).



Figura 16: Arriba Fóssil e Orla Costeira. Foto: Ricardo Guerreiro.

3.10.3 Pinhais da Charneca

Destaca-se pelo coberto vegetal predominante, uma extensa mancha de pinhal sobre solos arenosos (dunas ou Conglomerados de Belverde) ligeiramente ondulados, localizados na plataforma superior da arriba. Esta área arbórea tem sido gradualmente reduzida pela construção de moradias dispersas. Dentro desta unidade destaca-se uma área de elevado valor florístico e paisagístico, a Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos (Figura 17), uma zona de pinhal manso com vários estratos bem definidos, classificada como Reserva Botânica pelo Decreto nº 444/71, de 23 de outubro.

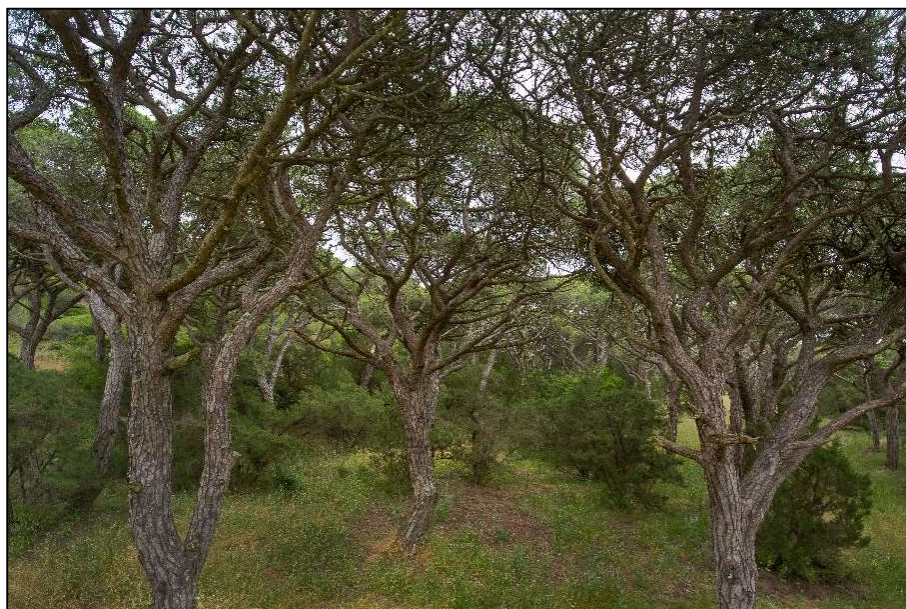


Figura 17: Reserva Botânica Mata Nacional do Medos. Foto Luis Quinta.

3.11 Ocupação do solo

A ocupação do solo da PPAFCC (Figura 18) foi determinada com base na Carta de Ocupação de Solo Conjuntural (COSc). O COSc é um produto do Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS), desenvolvido pela Direção-Geral do Território (DGT), com o objetivo de produzir, de forma contínua, informação cartográfica sobre o uso e ocupação do solo¹⁹.

A partir do levantamento da DGT, foram identificadas 11 classes de ocupação do solo na área da PPAFCC: artificializado; culturas anuais de outono/inverno; culturas anuais de primavera/verão; eucalipto; matos; outras áreas agrícolas; outras folhosas; pinheiro bravo; pinheiro manso; superfície sem vegetação e vegetação herbácea espontânea.

A análise de dados (Gráfico 1) indica que 23,13% da área da PPAFCC é solo ocupado pela classe Pinheiro Manso. Na sequência, a classe Matos, com 19,78% do total, é a segunda maior área da PPAFCC, seguida das áreas de Pinheiro Bravo 19,34%, vegetação herbácea espontânea 12,62% e eucalipto 2,14%.

Áreas sem a presença de vegetação ocorrem em 8,07 % da PPAFCC. Áreas agrícolas com culturas anuais de outono/inverno ocupam 6,05%, outras áreas agrícolas 1,77%, culturas anuais de primavera/verão 1,38%. Outras folhosas 0,79%. As artificializadas totalizam 4,93%.

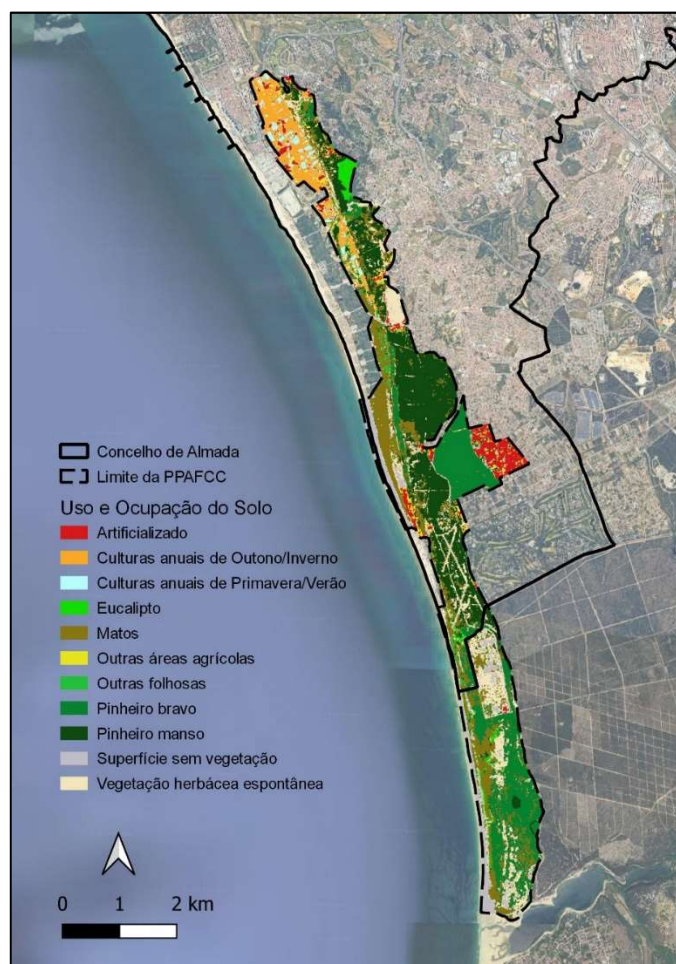


Figura 18: Ocupação do solo na PPAFCC. Fonte: Carta de Ocupação do Solo Conjuntural DGT, 2023.

¹⁹ <https://smos.dgterritorio.gov.pt/vi-smos>

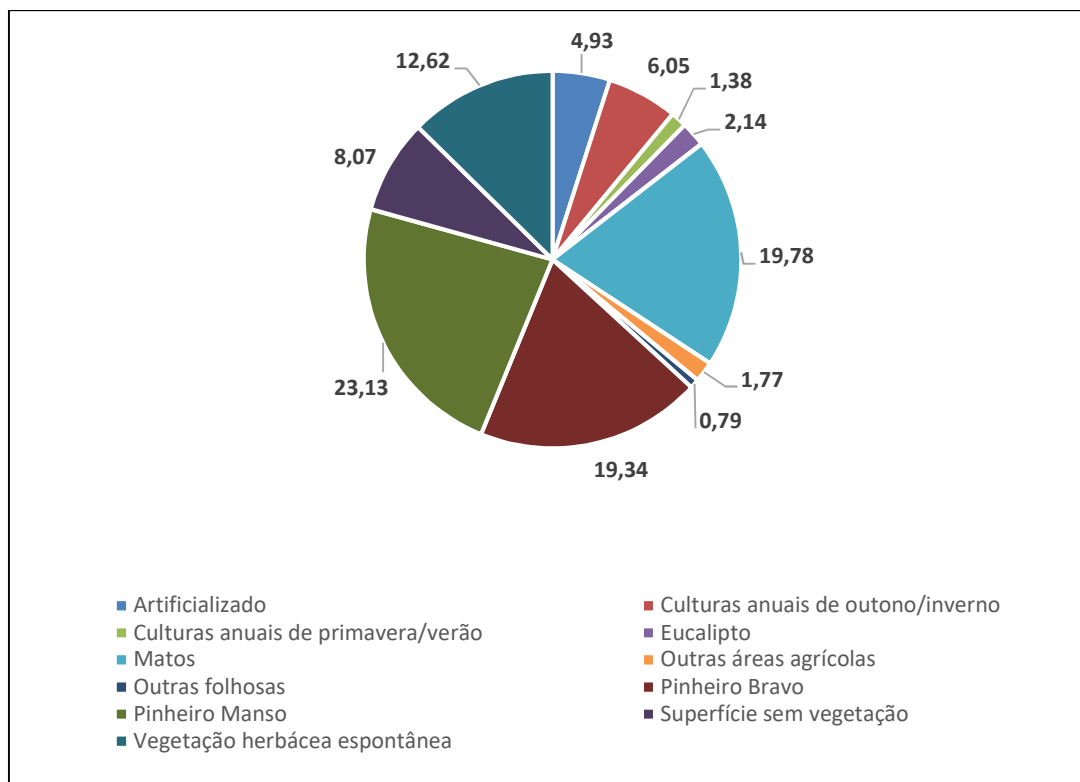


Gráfico 1: Ocupação do solo na PPAFCC. Fonte: Carta de Ocupação do Solo Conjuntural DGT, 2023.

3.12 Atividades tradicionais na PPAFCC

As atividades tradicionais mais representativas na área da PPAFCC são a pesca e a agricultura.

A pesca constituiu desde a pré-história um recurso explorado pelas populações do concelho de Almada, sendo uma atividade económica comprovada pela descoberta de fábricas de preparados de peixe destinados à exportação desde a época da presença romana (século II).

Durante a Idade Média e Moderna encontram-se referências documentais ao peixe e à regulamentação da pesca no concelho de Almada. A Trafaria foi, desde o século XVI, o primeiro local de assentamento de pescadores na proximidade da frente atlântica, sendo que só a partir do século XVIII ocorre o povoamento da frente atlântica por comunidades piscatórias migrantes do Algarve e da Beira Litoral que trouxeram consigo a Arte-Xávega²⁰, dando origem à povoação da Costa da Caparica. A povoação da Fonte da Telha, a sul da Costa, surge no início do século XX, formada por um grupo de pescadores da Costa de Caparica, que estabeleceram um novo assentamento tirando partido da existência de água no local.

Na atualidade, as artes de pesca praticadas por pescadores profissionais do concelho de Almada são para além da Arte-Xávega o Palangre, a Rede de Tresmalho, Rede de um Pano, pesca ao polvo com Piteira, Covos e Púcaras.

Entre as diversas artes de pesca praticadas no concelho de Almada que mantêm as características tradicionais, a Arte-Xávega está na origem do povoamento da frente atlântica do concelho de Almada, pois encontram-se reunidas as condições naturais para a prática deste tipo de pesca.

²⁰ <https://www.cm-almada.pt/viver/cultura/arte-xavega>

Nomeadamente, grandes extensões de areia sem obstáculos, quer na praia quer nos fundos marinhos, que possibilitam a manobra das embarcações, de fundo chato, bem como das redes em terra e no mar.

A Arte-Xávega é uma técnica de pesca tradicional praticada pelos pescadores da Costa da Caparica como uma rede de cerco envolvente que é lançada no mar e depois puxada para terra. A rede opera a meia-água, tocando o fundo apenas quando se aproxima da praia (Figura 19 e Figura 20).

Entre as espécies mais capturadas estão cavala, carapau e sardinha, com robalo e lula sendo também significativos. Essa atividade é sazonal, predominando de março a outubro, embora algumas companhias a pratiquem durante todo o ano. Fora da temporada principal, os pescadores utilizam armadilhas, redes de tresmalho, redes de emalhar ou palangres, utilizando as mesmas embarcações da Arte-xávega.

Esta técnica de pesca, praticada também em outras regiões do país, foi trazida para a Costa da Caparica por comunidades piscatórias de Ílhavo e Olhão. Adaptando-se às praias e ao mar da Costa da Caparica, a Arte-Xávega adquiriu características específicas que a distinguem de práticas semelhantes utilizadas em outras regiões do país.

Reconhecida como técnica ancestral, a Arte-xávega foi incluída em 2017 no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (INPCI_2017_002). Também é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 7/2000 de 30 de maio e pela Portaria 1102-F/2000 de 22 de novembro. Além disso, a Câmara Municipal de Almada encontra-se a desenvolver um projeto para criar um museu vivo dedicado à pesca na Costa da Caparica e Fonte da Telha.



Figura 19: Arte - Xávega. Fonte CMA



Figura 20: Arte – Xávega. Fonte CMA

Até finais do século XIX, a paisagem da frente atlântica do concelho de Almada era ocupada pela praia e uma faixa de terrenos alagadiços e pantanosos, denominados Juncal, impróprios para qualquer atividade agrícola. Em 1883 inicia-se a florestação do areal e a abertura de valas de drenagem entre a Trafaria e a Costa, com vista à secagem dos terrenos. Estas ações, com impacto ao nível da salubridade, visavam combater os surtos frequentes de febres palúdicas, transmitidas pelos mosquitos das zonas pantanosas, as quais, constituíam um dos mais graves problemas de saúde pública entre a população do concelho de Almada.

A drenagem dos pântanos e a florestação de uma faixa de terreno entre a Trafaria e a Costa transformaram de forma permanente a paisagem e criaram condições propícias ao arroteamento do areal. Para tal contribuíram, a par das condições climáticas favoráveis, a incorporação nas areias estéreis de grandes quantidades de subprodutos da atividade piscatória, entre os quais se destaca o “pilado”, espécie de caranguejo que em certas épocas abunda no mar da Costa, o qual era recolhido nas redes da Arte-Xávega e transportado para os terrenos agrícolas, onde era deixado a secar e posteriormente enterrado com a cava.

As mudanças adotadas no uso e exploração dos solos, até então estéreis e incultos, conduziram a alterações na malha social, favorecendo a instalação de famílias de agricultores oriundos de diversos pontos do interior do concelho de Almada e de outras regiões do país, que desenvolveram o cultivo de vinhas e de hortaliças.

Diferentemente do que acontece em outras regiões litorais portuguesas, agricultores e pescadores constituíram desde sempre comunidades diferenciadas, não sendo comum que os mesmos indivíduos se dediquem a ambas as atividades.

3.13 Arqueologia

Os principais sítios arqueológicos identificados na arriba fóssil ocorrem nas imediações do Convento dos Capuchos, com cronologias pré-históricas. Do período paleolítico inferior e médio (cerca de 900 mil anos antes da nossa era), foram recolhidos seixos talhados, bifaces, percutores, lascas,

raspadores e lâminas, nos sítios de Chibata dos Capuchos, Casalinho, Lira e Vila Nova da Caparica. Do paleolítico superior (cerca de 30 mil anos antes da nossa era), identificaram-se os sítios da Ponta do Cabedelo e Brielas. A Ponta do Cabedelo foi o primeiro sítio arqueológico identificado no atual concelho de Almada. Em 1945, quatro importantes investigadores, Afonso do Paço, Maxime Vaultier, Georges Zbyszewski e Henry Breuil, observaram a existência de vários seixos talhados pela mão humana.

Durante o período neolítico (5000 anos antes da nossa era) surgem os primeiros povoados e acampamentos. As comunidades que aqui viveram souberam aproveitar todo o potencial fértil destes terrenos, encontrando meios de subsistência, favoráveis ao cultivo e à pastorícia. É nesta época que a zona do Convento dos Capuchos começa a ser ocupada, encontrando-se aí diversas ferramentas em sílex e fragmentos de peças de cerâmica com decoração.

Muito próximo do convento, na zona onde hoje se localiza o Miradouro dos Capuchos, encontramos materiais e estruturas demonstrativos da presença das populações durante o Calcolítico (3000 anos antes da nossa era).

O Miradouro dos Capuchos foi o único sítio onde foram realizados trabalhos arqueológicos, pois a rápida erosão dos terrenos da falésia colocava em risco os vestígios. Estes foram realizados em 1988, pela equipa do Centro de Arqueologia de Almada, em conjunto com os técnicos do Museu Municipal de Almada.

As escavações foram feitas numa extensa área entre o limite da falésia e o muro do Miradouro, espaço que hoje já não existe, devido à rápida erosão dos terrenos. Nestes trabalhos identificou-se a existência de um acampamento ocupado até ao final do calcolítico, onde foram escavadas duas lareiras e recolhidas centenas de objetos demonstrativos das várias atividades praticadas pelos homens que ali habitavam durante o III milénio antes da nossa era: lâminas em sílex, cadinhos de fundição, escória de cobre, fragmentos de queijeiras e de peças em cerâmica ricamente decorada, que evidenciam práticas como a agricultura, a pastorícia, a produção de objetos em cobre e a manipulação dos subprodutos do leite, que se complementariam com a exploração dos recursos costeiros.

A partir da Idade do Bronze, e sobretudo durante a presença romana neste território, a ocupação vai recuar para zonas mais interiores, com melhores acessos e mais favoráveis à intensificação das práticas agro-pastoris, como é o caso dos terrenos argilosos da área do Monte de Caparica.

3.14 Portas de entrada e Infraestruturas de lazer e visitação

As portas de entrada de uma área protegida desempenham um papel crucial na gestão e valorização do território, sendo pontos focais que introduzem os utilizadores à importância e singularidade da região. No caso da PPAFCC, estas portas de entrada são mais do que meros acessos físicos, são portais simbólicos que conectam as pessoas com a área protegida, despertando curiosidade e promovendo uma compreensão mais profunda dos valores naturais, históricos e culturais que ali se preservam.

A escolha das portas de entrada para a PPAFCC (Figura 21) tem em vista não apenas a

proximidade geográfica, mas também a capacidade de chamar a atenção e atrair utilizadores para a área protegida. Importa destacar que estas portas de entrada não precisam necessariamente estar localizadas dentro dos limites da PPAFCC. Podem situar-se em locais de grande afluxo de pessoas ou em pontos de interesse cultural e histórico nas proximidades, funcionando como âncoras que atraem os visitantes para o interior da área protegida. Para a PPAFCC esse Plano de Cogestão considera nessa fase de diagnóstico 12 portas de entrada, sendo essas: Centro Municipal de Turismo de Cacilhas; Presídio da Trafaria; Posto de Turismo da Costa da Caparica; Agroparque das Terras da Costa e do Mar; Convento dos Capuchos; Centro de Interpretação da Praia da Rainha; 6ª Bateria da Raposa; Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIIM); Centro de Atividades Ambientais e Desportivas; Posto de Turismo de Sesimbra; Centro de Interpretação do Castelo de Sesimbra.

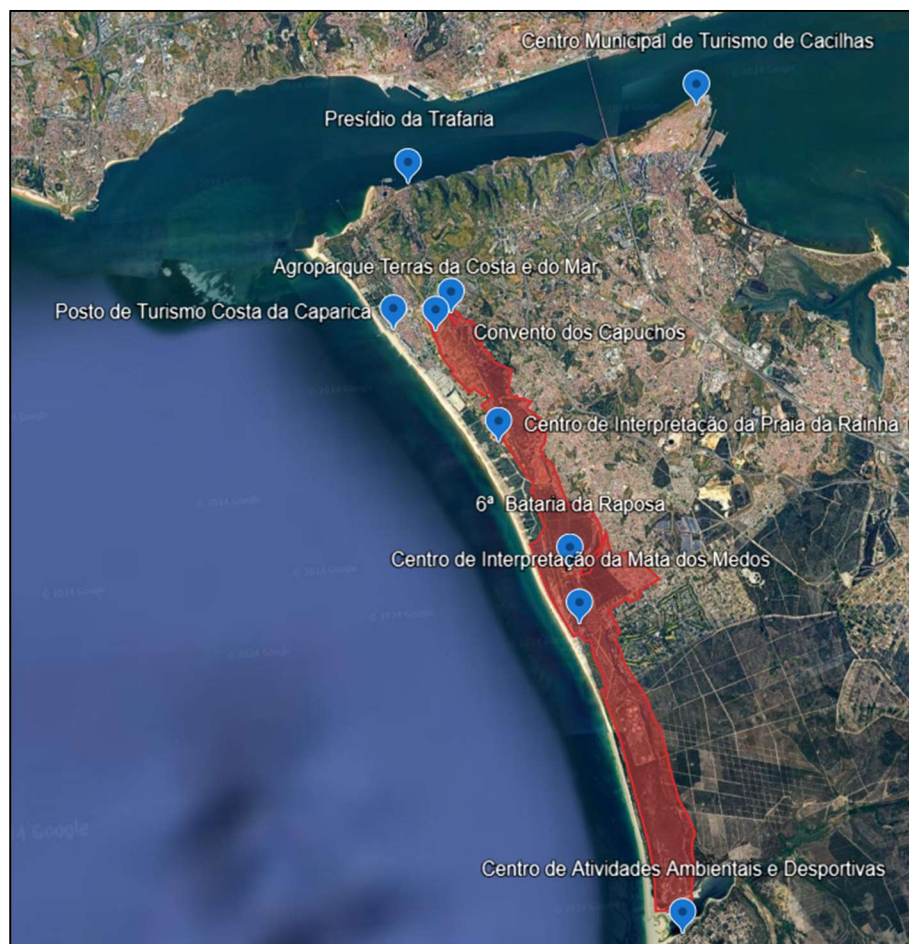


Figura 21: Portas de entrada da PPAFCC. Fonte: Google Earth.

3.14.1 Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIIM)

O Centro de Interpretação da Mata dos Medos, CIIM, localizado na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos (Figura 22), Fonte da Telha, é uma porta de entrada da PPAFCC, dotada em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais e culturais presentes no território.

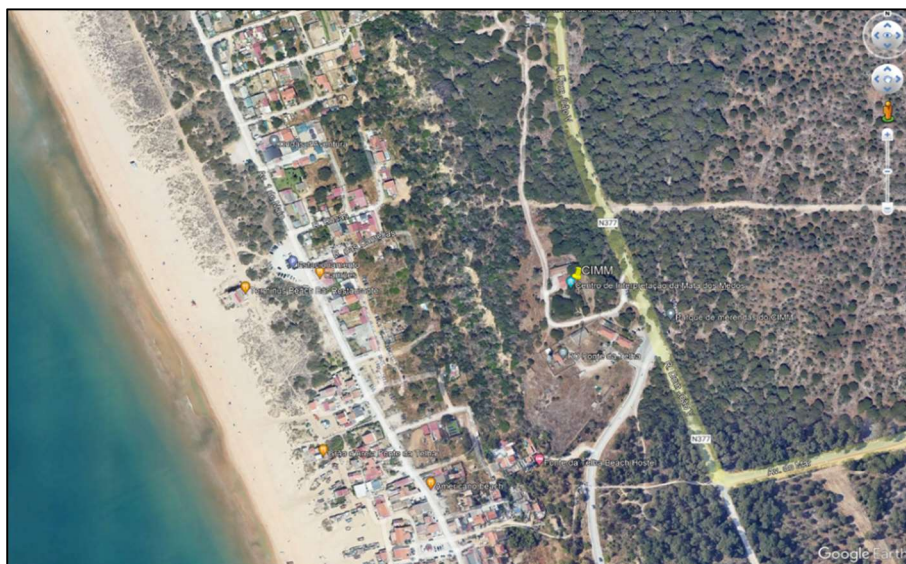


Figura 22: Localização do CIMM. Google Earth (2024).

Espaço de receção ao visitante e ponto de partida para descobrir o património natural e cultural da PPAFCC (Figura 23). Desenvolve ações/atividades de educação e sensibilização ambiental e disponibiliza visitas guiadas de carácter lúdico/pedagógico.



Figura 23: Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM). Foto: Pilar Miguel

Tem por propósito contribuir para a promoção da literacia e capacitação ambiental e climática assumindo, desta forma, o compromisso de aumentar a compreensão e a apreciação do património natural da área protegida, bem como, de alertar e sensibilizar para as ameaças da emergência climática, através da promoção, da comunicação e da educação/sensibilização ambiental. O CIMM dispõe de três espaços distintos:

No hall funciona a Loja da Natureza onde estão expostas para venda publicações/merchandising do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, entre as quais, as referentes a esta área protegida; comporta um espaço de exposição temática: geologia e botânica, com elementos fósseis e de flora alusivos à arriba fóssil e à Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos, respetivamente.

O auditório comporta uma exposição permanente sobre a PPAFCC, tem capacidade para receber vinte e cinco pessoas, está equipado de meios audiovisuais que permitem desenvolver ações educativas de sensibilização ambiental, assim como dar resposta a um atendimento personalizado.

O terceiro espaço (atualmente espaço administrativo) está destinado a dar continuidade às visitas guiadas, sendo um espaço aberto à criatividade dos alunos e/ou visitantes. É o espaço dedicado às exposições itinerantes, (atualmente espaço administrativo da PPAFCC).

A área envolvente do CIMM, o chamado jardim do CIMM, encontra-se arborizada com pinheiros mansos, complementados com diversas espécies arbustivas características da mata. Alguns troncos formam um apêndice de anfiteatro criativo. Está equipado com duas mesas e bancos de merendas.

3.14.2 Centro Municipal de Turismo de Cacilhas

O Centro Municipal de Turismo de Cacilhas (Figura 24) desempenhará um papel crucial como porta de entrada para a PPAFCC devido à sua localização estratégica e função informativa. Situado em Cacilhas (fora da PPAFCC), um ponto de chegada para turistas que transitam de Lisboa para Almada, o centro oferecerá aos visitantes informações sobre os valores naturais, culturais e recreativos da região. Este equipamento deverá não apenas fornecer orientações sobre acessos e atividades na PPAFCC, mas também disponibilizar materiais que promovam os atrativos únicos da área protegida, como trilhas interpretativas e eventos educativos.



Figura 24: Centro Municipal de Turismo de Cacilhas. Foto: CMA.

3.14.3 Posto de Turismo da Costa da Caparica

O Posto de Turismo da Costa da Caparica (Figura 25) tem o potencial de atuar como uma das portas de entrada para a PPAFCC. Localizado fora da área protegida, mas em uma zona muito movimentada durante o verão, a Costa da Caparica, o posto recebe um grande número de turistas. Essa localização estratégica permitirá que os visitantes sejam informados não apenas sobre os pontos turísticos locais, mas também sobre a PPAFCC, facilitando seu acesso e promovendo um maior conhecimento dos valores naturais e culturais que ela abriga.



Figura 25: Posto de turismo da Costa da Caparica. Fonte: Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

3.14.4 Convento dos Capuchos

O Convento dos Capuchos (Figura 26), construído no século XVI em 1558, é um antigo mosteiro da Ordem de São Francisco. Do seu miradouro, pode-se apreciar a vista panorâmica da frente atlântica do concelho, bem como das paisagens costeiras de Lisboa, Estoril e Cascais. Atualmente, o espaço transformou-se num centro cultural, dedicado à música às artes plásticas.

É proposto que o Convento dos Capuchos seja uma das portas de entrada para a PPAFCC, graças à sua localização dentro da área protegida e à sua relevância histórica e cultural. Situado em um ponto elevado com vistas panorâmicas da costa, o convento não apenas atrai visitantes interessados em sua arquitetura e história, mas também serve como um ponto de partida para a exploração das riquezas naturais e culturais que a PPAFCC oferece.



Figura 26: Convento dos Capuchos. Foto: CMA.

3.14.5 Bateria da Raposa

O Regimento de Artilharia de Costa (RAC) foi estabelecido pelas Forças Armadas Portuguesas após a Segunda Guerra. Aproveitando a arquitetura militar do Campo Entrincheirado de Lisboa (CEL), as construções do RAC decorreram entre 1944 e 1958, estando plenamente operacionais em 1958. A

maioria destas instalações, desconhecidas pela generalidade dos portugueses, foi abandonada e desartilhada em 1998. A Bateria da Raposa (Figura 27) é uma exceção ao destino da maior parte das antigas baterias do extinto Regimento de Artilharia de Costa (RAC).

Atualmente é previsto que a Bateria da Raposa acolha os sapadores florestais, o Serviço Municipal de Proteção Civil, o Centro Municipal de Gestão Integrada de Ocorrências, a Polícia Municipal, instalações do ICNF, I.P. e um núcleo museológico. Dessa forma, pode-se utilizar a estrutura já existente também como centro de receção de visitantes com informações e materiais sobre a PPAFCC.



Figura 27: Bateria da Raposa. Foto: Felipe Oliveira

3.14.6 Agroparque das Terras da Costa e do Mar

O Agroparque das Terras da Costa e do Mar (Figura 28) é uma iniciativa da CMA no âmbito do PRR OIL2- Costa da Caparica, em colaboração com diversas entidades. O projeto visa qualificar as Terras da Costa promovendo uma agricultura mais sustentável e valorizando os agricultores locais. A criação do Agroparque das Terras da Costa e do Mar pretende fortalecer os mercados locais, facilitando a conexão entre produtores e consumidores através de "circuitos curtos". Além disso, o projeto pretende promover os produtos do mar da Costa da Caparica.

Uma das ações previstas no projeto do Agroparque Terras da Costa e do Mar é a construção de um eco-edifício, que pretende ser um novo centro multifuncional que permitirá servir de apoio aos agricultores e pescadores locais, para a dinamização da marca “Terras da Costa e Mar” e de suporte à incubadora, com salas de trabalho e de reuniões, espaços para mostras de produtos e possibilidade de ponto de receção de visitantes da PPAFCC.



Figura 28: Agroparque Terras da Costa e do Mar. Foto: CMA.

3.14.7 Centro de Interpretação da Praia da Rainha

Este antigo edifício que foi a instalação da sede da PPAFCC pretende-se ser a base de um centro operacional e de interpretação, pelo que poderá constituir uma porta de entrada da PPAFCC. O edifício (Figura 29) está atualmente devoluto que sofreu um incêndio recentemente em agosto de 2024, tendo ficado destruído.



Figura 29: Centro de Interpretação da Praia da Rainha. Foto: Felipe Oliveira

3.14.8 Presídio da Trafaria

O Presídio da Trafaria (Figura 30), conhecido também como o Antigo Presídio da Trafaria, é um complexo edificado entre 1908 e 1909 para servir como Presídio Militar, função que exerceu até ao final da década de 1970. Hoje um centro cultural e turístico em frente a estação fluvial da Trafaria que pelo seu interesse histórico e cultural pode ser uma porta de entrada da PPAFCC se incluir um ponto de informação.



Figura 30: Presídio da Trafaria. Fonte: CMA.

3.14.9 Centro de Atividades Ambientais e Desportivas

Formado por estruturas instaladas pelo ICNF, I.P. na década de 90, para apoio aos viveiristas e a pescadores que usufruíam da Lagoa Pequena. Com a reorganização e requalificação das margens da Lagoa, a CMS instalou novas casas de apoio aos mariscadores e transformou as construções já existentes no Centro de Atividades Ambientais e Desportivas (Figura 31).

É assim preservada uma das imagens de marca da Lagoa de Albufeira nas últimas décadas e criado um equipamento de apoio a atividades relacionadas com a divulgação e preservação ambiental.

O Centro de Atividades Ambientais e Desportivas pretende ser um polo de dinamização de atividades de desporto e lazer em estreita ligação com o Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena.



Figura 31: Centro de Atividades Ambientais e Desportivas. Foto: CMS.

3.14.10 Posto de Turismo de Sesimbra

O Posto de Turismo de Sesimbra (Figura 32) desempenhará um papel crucial como porta de entrada para a PPAFCC devido à sua localização estratégica e função informativa. Situado em na Fortaleza de Santiago (fora da PPAFCC) o posto oferecerá aos visitantes informações sobre os valores naturais, culturais e recreativos da região. Este equipamento deverá não apenas fornecer orientações sobre acessos e atividades na PPAFCC, mas também disponibilizar materiais que promovam os atrativos únicos da área protegida, como trilhas interpretativas e eventos educativos.



Figura 32: Posto de Turismo de Sesimbra (Museu Marítimo). Foto: CMS

3.14.11 Castelo de Sesimbra

O Castelo de Sesimbra (Figura 33) é uma das mais emblemáticas fortalezas medievais da região. De origem islâmica (século IX), foi reconquistado por D. Afonso Henriques em 1165, tendo desempenhado um papel estratégico na defesa da costa durante séculos. Como porta de entrada da PPAFCC, o Castelo de Sesimbra será um espaço de divulgação dos valores naturais e culturais da área protegida, bem como ponto de informação e distribuição de materiais informativos.



Figura 33: Posto Visit Sesimbra no Castelo de Sesimbra. Foto: CMS

3.14.12 Percursos Pedestres Interpretativos

3.14.12.1 Percurso Interpretativo Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM)

O Percurso Interpretativo do Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM), está dividido em 3 caminhos, que permitem conhecer diferentes aspetos da Mata dos Medos (Figura 34):



Figura 34: Percurso interpretativo do CIMM. Fonte: ICNF, I.P.

Caminho do Museu das Árvores: Observação da flora e da fauna, a contemplação da estética do lugar, as árvores e os seus contornos, os cheiros e os aromas, os sons, as texturas e as brisas frescas são marcas deste caminho;

Caminho das Artes: a areia e a beleza de alguma da flora mais característica da Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos como a perpétua das areias, o morrião perene e a joinha das areias. Do topo da arriba fóssil, contempla-se o mar e o perfil imponente da arriba fóssil;

Caminho do Altinho do Mar: no Parque de Merendas da Fonte da Telha o encontro é com o mar – contempla-se e disfruta-se da paisagem a partir da plataforma que dá início ao passadiço. O passadiço prolonga-se até ao CIMM, apreciam-se os aromas das plantas aromáticas, numa combinação de perpétua-das-areias, rosmaninho, camarinha, tomilho e assembleia-das-areias.

O percurso tem início no CIMM e é considerado de dificuldade fácil. O piso é de areia e passadiços, com extensão de 2,2 km e duração aproximada de 2h.

3.14.12.2 Percursos Interpretativos Arriba e Oceano

Situados no extremo norte da Reserva Botânica da Mata dos Medos, estes dois percursos, em boa parte realizados em passadiços sobrelevados, permitem apreciar a zona de mata e as vistas a partir da arriba fóssil:

Percurso interpretativo Arriba (Figura 35) através do qual pode apreciar a vegetação da Mata

Nacional dos Medos, classificada como Reserva Botânica, desde 1971. Localiza-se sobre a arriba e zona adjacente, em dunas recentes com cerca de 2000 anos. Apresenta valor florístico e paisagístico excecional, destacando-se o pinheiro manso, alguns exemplares centenários e o zimbro. Na vista panorâmica do topo da arriba, Miradouro Raposa (Figura 36), pode contemplar e apreciar o seu perfil geológico e geomorfológico, os vários extratos que a constituem, bem como as formas do seu recorte, talhadas pelos agentes naturais. Destaca-se a paisagem com a serra de Sintra a Norte, o oceano Atlântico e as praias.



Figura 35: Percursos interpretativos da Arriba e Oceano. Fonte: ICNF, I.P.

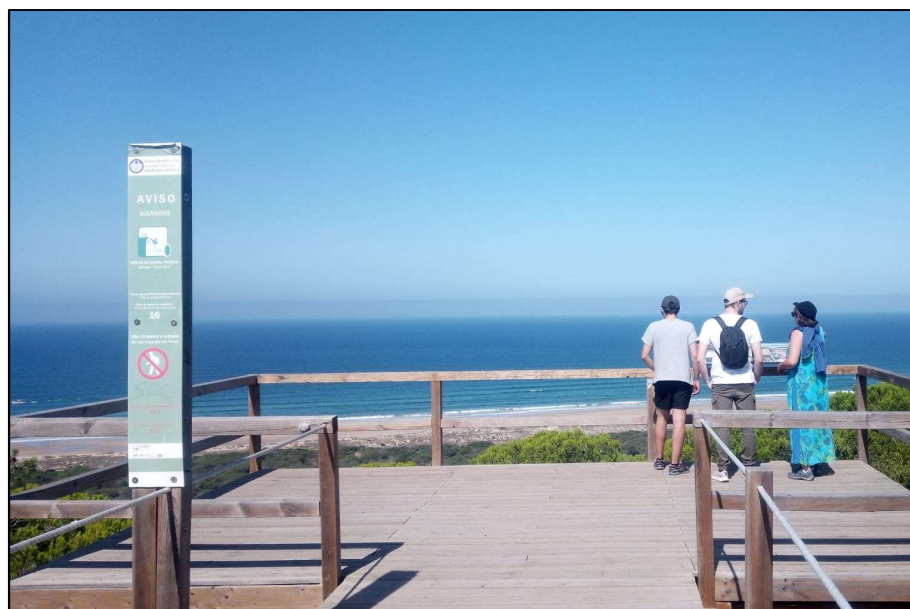


Figura 36: Miradouro Raposa. Foto: Felipe Oliveira.

Percurso interpretativo Oceano (Figura 35) em direção a Sul, pelo qual pode observar-se, além da vegetação referida, que o povoamento de pinheiro-manso é mais jovem, verificando-se, também, aumento de exemplares de medronheiro. É o encontro com as plantas aromáticas, abunda a murta e o tomilho.



Figura 37: Placas dos percursos interpretativos. Foto: Felipe Oliveira

Na vista panorâmica dos miradouros Oceano (Figura 38) e Arriba (Figura 39) a paisagem compreendida entre o Cabo Espichel a sul e a Serra de Sintra a norte enquadra o oceano Atlântico.

Os percursos são considerados de dificuldade fácil e são realizados em passadiços em madeira, possibilitando a utilização a utentes com mobilidade reduzida, com extensão de 3,1km. Tem duração média de 1h30minutos e tem início no Parque de merendas do Zimbral.

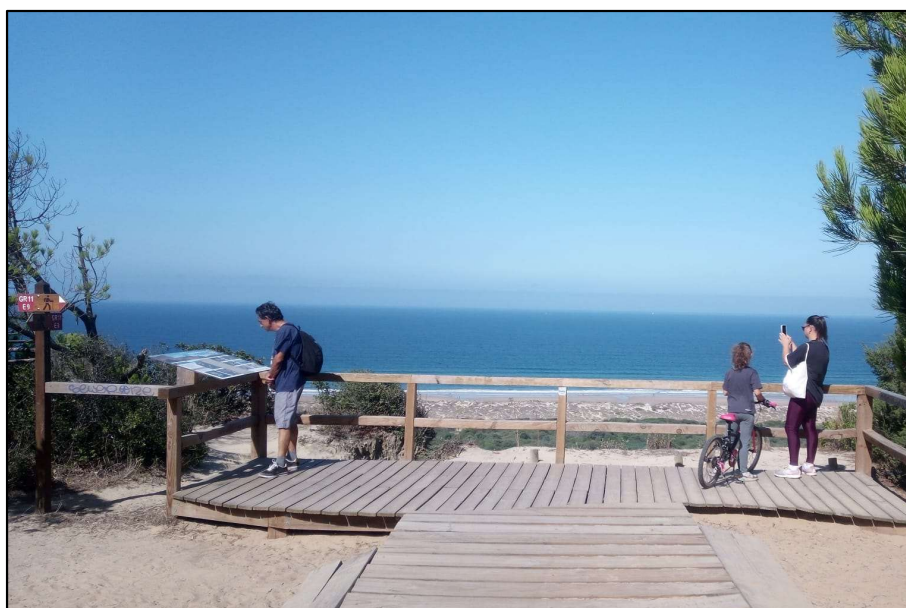


Figura 38: Miradouro Oceano. Foto: Felipe Oliveira



Figura 39: Miradouro Arriba. Foto: Felipe Oliveira.

3.14.12.3 Percursos Interpretativos Grande Rota/Caminho do Atlântico GR11 E9

A GR11-E9 “Grande Rota/Caminho do Atlântico” (Figura 40) é um percurso pedestre, transeuropeu, com partida em São Petersburgo (Rússia) que prossegue ao longo da costa, e contorna os territórios do continente europeu banhados pelo Oceano Atlântico. Em Portugal, estende-se desde a costa norte, em Valença até sul, ao cabo de S. Vicente.

Dentro da PPAFCC é um percurso linear ao longo da frente atlântica do concelho de Almada e que liga duas vilas ribeirinhas banhadas pelo rio Tejo (Porto Brandão e Trafaria), a norte, à PPAFCC e à Reserva Botânica da Mata dos Medos, a sul, atravessando diferentes paisagens.

A continuidade desta estrutura potênci a visitação sustentável da área Protegida servindo também como efeito multiplicador em diversas áreas da economia local. Atualmente a grande rota está marcada no Parque Natural da Arrábida, em Sesimbra, Palmela e Setúbal e pretende-se que tenha uma continuidade atravessando a AP até ao cabo Espichel local onde esta já se encontra marcada passando na Lagoa de Albufeira onde existirá uma porta de entrada. Na sua generalidade, este troço desde a base de munições da Nato até ao Cabo Espichel encontra-se em Rede Natura 2000.



Figura 40: Sinalização da Grande Rota GR11 E9 na RBMM. Foto: Felipe Oliveira.

3.14.13. Parques de merendas

A Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos dispõe de 6 parques de merendas (Figura 41). Estão equipados com mesas e bancos de merendas, painéis informativos e moloks²¹. Os parques possuem delimitação, com vedação em madeira, para área de estacionamento de viaturas.

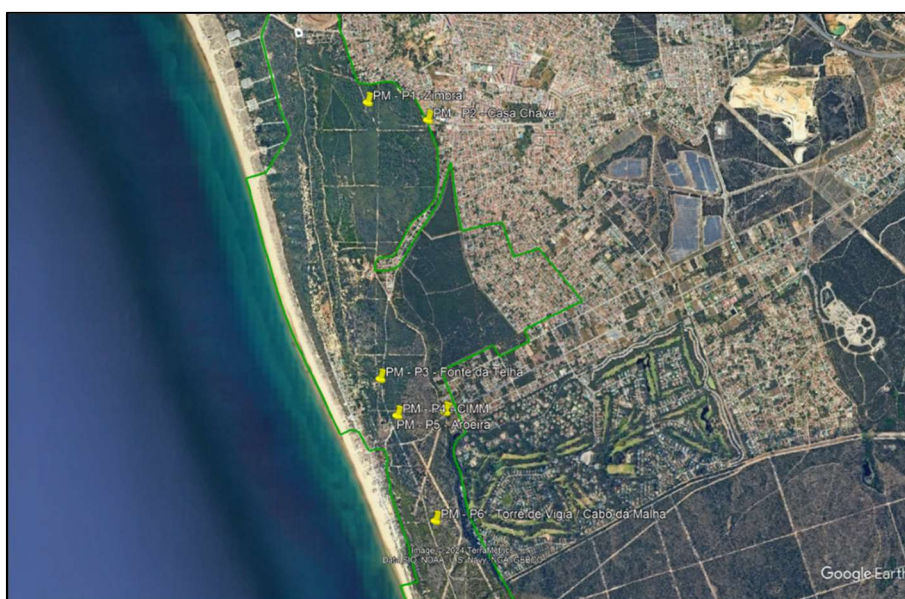


Figura 41: Parques de merendas. Fonte: ICNF, I.P.

De Norte para Sul, são os seguintes:

- Parque de merendas do Zimbral (Figura 42). Equipado com 8 mesas de merenda, 1 painel informativo e Molok.

²¹ Molok é um modelo de contentor enterrado de coleta de resíduos.



Figura 42: Parque de merendas do Zimbral. Foto: Pilar Miguel.

- Parque de merendas da Casa Chave (Figura 43), equipado com 7 mesas de merenda, 1 placar informativo e Molok.



Figura 43: Parque de merendas da Casa da Chave. Foto: Pilar Miguel.

- Parque de merendas da Fonte da Telha (Figura 44), equipada com 15 mesas de merendas, 1 placar informativo e Molok.



Figura 44: Parque de merendas da Fonte da Telha. Foto: Pilar Miguel.

- Parque de merendas do CIMM (Figura 45). Equipado com 17 mesas e 1 placar informativo.



Figura 45: Parque de merendas do CIMM. Foto: Pilar Miguel.

- Parque de merendas da Aroeira (Figura 46). Equipado com 6 mesas, 1 placar informativo e Molok.



Figura 46: Parque de merendas da Aroeira. Foto: Pilar Miguel.

- Parque de merendas do Cabo da Malha (Figura 47). Equipada com 6 mesas, 1 placar informativo e recipiente de recolha de lixo.



Figura 47: Parque de merendas do Cabo da Malha. Foto: César Monteiro.

4. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO

4.1 Resultados da Análise SWOT

A análise SWOT foi realizada com o objetivo de identificar as forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças, que alimentaram a construção dos objetivos estratégicos e sequencialmente um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia.

É importante o aproveitamento desta ferramenta no sentido de mitigar as fraquezas e as ameaças capitalizando as forças e as oportunidades em estratégias específicas que resultem em ações concretas no PC da PPAFCC.

- **Forças:** aspetos positivos internos da PPAFCC, como riqueza natural e biodiversidade, valor histórico e cultural, atratividade turística, etc. Pontos fortes que colocam a área protegida numa posição favorável de conservação e desenvolvimento sustentável.
- **Fraquezas:** limitações internas, como falta de recursos financeiros e humanos para uma gestão eficaz, degradação ambiental, falta de infraestruturas adequadas para utilizadores, entre outros. Identificar fraquezas torna-se indispensável para uma eficácia na gestão e no planeamento de projetos.
- **Oportunidades:** fatores externos que devem ser aproveitados para o benefício da PPAFCC, uma vez que têm um impacto positivo na área protegida, não tendo o controlo sobre os fatores externos, contudo podendo usufruir deles, como seja o aumento da literacia ambiental, do turismo sustentável, de possíveis financiamentos para programas de conservação e colaborações/parcerias com instituições científico/educativas.
- **Ameaças:** fatores externos que colocam em risco a integridade da área protegida, como por exemplo o aumento da urbanização e da pressão imobiliária, as alterações climáticas, a poluição, ou a inexistência de rede de parceiros.

A análise SWOT permitiu obter-se uma visão micro e macro da realidade atual, das necessidades e das perspetivas futuras da PPAFCC. A informação obtida na análise SWOT tornou-se fundamental para, juntamente com a informação recolhida nos inquéritos e reuniões setoriais, serem definidos os objetivos estratégicos, de forma a maximização de pontos fortes, a mitigação das fraquezas, o aproveitamento das oportunidades e a minimização das ameaças, que são depois concretizados por ações do PC da PPAFCC, de forma a contribuir para a conservação, preservação e valorização da PPAFCC. Foram realizadas análises SWOT com diferentes entidades e grupos que tem suas atividades relacionadas com a PPAFCC.

Os resultados da análise SWOT foram categorizados de acordo com os eixos propostos no PC: Comunicação, Sensibilização, Valorização e Conservação²².

²² Articulação Institucional para a Conservação da Natureza, Restauro Ecológico e Resiliência do Território

4.1.1 Eixo COMUNICAÇÃO

Forças para a Comunicação

Valores naturais e culturais de elevada relevância.
Proximidade da PPAFCC em relação a Lisboa.
Existência de sinalética informativa de comunicação na PPAFCC.
Existência de Websites do ICNF, I.P. e dos municípios.
Existência do Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM).

Quadro 1: Resultado da análise SWOT. Forças para a Comunicação.

No que diz respeito ao eixo Comunicação, a análise SWOT permitiu identificar forças significativas, de influência positiva, para a estratégia de comunicação da PPAFCC. Um ponto forte relaciona-se com o valor dos recursos naturais e culturais existentes na PPAFCC, que, aliado à sua proximidade geográfica com Lisboa, confere um grau de atratividade influente junto dos interlocutores e utilizadores, o que poderá indicar um significativo aumento de utilizadores. Na perspetiva da conservação da natureza poderá identificar uma ameaça por se colocar em causa a capacidade de carga suportada na área protegida.

Haverá a necessidade de atender ao princípio da identificação - por força do qual deve ser promovido o conhecimento dos valores naturais que integram o património natural - e o princípio da proteção - de acordo com o qual importa desenvolver uma efetiva salvaguarda dos valores mais significativos do património natural.

A sinalética da PPAFCC compreende um conjunto de painéis e estruturas que assinalam a aproximação, os pontos de paragem, os locais específicos de temática interpretativa e o acompanhamento em percursos pedestres interpretativos e limites da área protegida. Tem por objetivo comunicar informação relativa à conservação da natureza e biodiversidade, informar e sensibilizar sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruto do território.

Os websites ICNF, I.P., Câmara Municipal de Almada e Câmara Municipal de Sesimbra constituem outro dos pontos fortes. A representatividade online amplia o alcance da mensagem da área protegida e facilita o acesso à informação relativa à conservação da natureza e biodiversidade ao público em geral.

Um elemento adicional que se destaca na análise SWOT é o CIMM, localizado na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos. O CIMM desempenha um papel crucial na oferta de recursos educativos e informativos. Espaço de receção ao visitante e ponto de partida para descobrir o património natural e cultural da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Desenvolve ações e atividades de educação e sensibilização ambiental e disponibiliza visitas guiadas de carácter pedagógico/lúdico.

Fraquezas para a Comunicação

Não continuidade na investigação.
Carência de materiais de comunicação atualizados.
Baixa de presença nas redes sociais.

Ausência de fontes de financiamento para pesquisa.
Ausência de parcerias com instituições de ensino e investigação.
Inexistência de uma rede funcional de parceiros.

Quadro 2: Resultado da análise SWOT. Fraquezas para a Comunicação.

Relativamente aos pontos fracos do eixo Comunicação, foi identificada a ausência de continuidade de estudos e monitorização nas mais diversas áreas, como fauna, flora, geologia, etc., essenciais na elaboração de materiais de comunicação atualizados.

Adicionalmente, esta situação reflete-se numa escassez de materiais de divulgação e comunicação atualizados, tal como brochuras e livros sobre os valores naturais e culturais da PPAFCC. Estas “fraquezas” estão relacionadas diretamente com a escassez de financiamento destinado à investigação e monitorização, estando muitas vezes suportada em estudos de mestrado e doutoramento.

A carência de parcerias estabelecidas com instituições de ensino/investigação foi apontada como uma fraqueza relevante, pois as parcerias são vitais para a realização de estudos e investigação de qualidade, o que contribuiria para uma comunicação mais eficaz e fundamentada.

Outro ponto fraco do eixo comunicação relaciona-se com as redes sociais que ajudam a ampliar o acesso à informação. Torna-se urgente o incremento de informação nestas plataformas para a ampliação de conexões, diversidade de públicos e o aumento da capacidade de divulgação e promoção da PPAFCC.

A inexistência de uma rede funcional de parceiros da PPAFCC foi identificada como uma fraqueza a ponderar, pois permitiria aumentar a capacidade de implementação de projetos, disseminação da informação e o cumprimento dos objetivos propostos pelas entidades.

Ameaças à Comunicação

Divulgação de informações desatualizadas ou incorretas por entidades terceiras.
Dinâmica intrínseca das redes sociais que restringe a disseminação da informação.
Limitada recetividade do público-alvo a produtos de comunicação, seja em termos de formato ou conteúdo.

Quadro 3: Resultado da análise SWOT. Ameaças à Comunicação.

No que diz respeito às ameaças identificadas, a possibilidade de outras entidades disponibilizarem informações desatualizadas e/ou incorretas ao público constitui um risco significativo que resulta na disseminação de contra informação. Esta situação pode comprometer a credibilidade e a confiança nas informações veiculadas pela PPAFCC ao público.

O funcionamento e a dinâmica exigentes das redes sociais, tanto em termos de rotina como do formato das publicações, representam uma ameaça relevante. A inconsistência ou inadequação no uso deste tipo de plataformas pode afetar negativamente a visibilidade e o envolvimento da PPAFCC online. Dada a importância crescente das redes sociais na comunicação contemporânea, uma gestão deficiente pode resultar numa perda significativa de alcance e interação com o público.

A pouca recetividade do público-alvo a produtos de comunicação, independentemente da forma ou do conteúdo, é, igualmente, uma preocupação. Em diversas situações os visitantes

apreendem apenas conteúdos diretos e óbvios e a falta de interesse em conhecer um pouco mais dificulta a transmissão convincente da informação e limita o impacto das suas iniciativas e campanhas. Deve haver diversificação de fontes e níveis de profundidade dos conteúdos em diversos formatos.

Oportunidades para a Comunicação

Crescente interesse das pessoas pela Natureza.
Interesse turístico na PPAFCC e território adjacente como destino de natureza e desporto.
Existência de recursos humanos qualificados na Câmara Municipal de Almada e da Câmara Municipal de Sesimbra e outras entidades relacionadas com a gestão da PPAFCC.
Potencial envolvimento de empresas que atualmente possuem departamentos ou áreas dedicadas à responsabilidade ambiental.
Presença do Centro de Arqueologia de Almada.
Existência de material audiovisual sobre o património natural de Almada e Sesimbra e de profissionais de audiovisual com qualificação e experiência na produção audiovisual de conteúdos de natureza.

Quadro 4: Resultado da análise SWOT. Oportunidades para a Comunicação.

Salienta-se que analisar de perto o cenário externo, representado por atores-chave, interlocutores e utilizadores, podem influenciar tanto positiva (oportunidade) quanto negativamente (ameaça) a estratégia de planeamento e de gestão da PPAFCC. Contudo, foram apuradas oportunidades em benefício da PPAFCC em diversos âmbitos. A crescente tendência de interesse, por parte das pessoas, pelo tema natureza, os aumentos da literacia ambiental, da valorização dos recursos naturais, oferecem uma base promissora nas estratégias a integrar no plano de comunicação da área protegida. Esta tendência pode ser aproveitada na mensagem passada nas ações e atividades de educação e de sensibilização ambiental da PPAFCC, contribuindo, assim, para a definição de medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores.

O turismo é considerado uma oportunidade para a promoção da PPAFCC, devendo o plano de comunicação da PPAFCC contemplar este tipo de público. É indispensável desenvolver uma estratégia de marketing e uma estratégia de comunicação digital que dinamize a relação turista-destino (área protegida), numa atualização constante e de fácil acesso, são pontos essenciais para uma comunicação com retorno positivo na conservação, preservação e valorização da PPAFCC.

Considera-se uma oportunidade a partilha de trabalho e experiência, em distintas funções e áreas, entre as entidades e interlocutores envolvidos (instituições locais e centrais, ONGAS, associações, etc.) Estabelecer parcerias estratégicas com os interlocutores contribui e sustenta a promoção de atividades económicas desenvolvidas na área protegida que sejam compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença.

A presença do Centro de Arqueologia de Almada proporciona uma oportunidade única para integrar a história e a arqueologia na narrativa da PPAFCC. Colaborações com este centro podem resultar no desenvolvimento de programas educativos e em projetos que destacam a conexão entre o património cultural e natural da região, enriquecendo a experiência dos utilizadores e residentes.

Verifica-se uma oportunidade no trabalho de profissionais de audiovisual com experiência na criação de conteúdos visuais, produção de documentários e materiais didáticos, apelativos, de

interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais da PPAFCC.

Objetivos resultantes da SWOT Comunicação

Assegurar a regularidade e continuidade de estudos.
Criação e desenvolvimento de projetos em parceria com empresas.
Expansão da sinalética.
Criação de uma rede funcional de parceiros da PPAFCC.
Comunicação eficaz da agenda anual de atividades, eventos e iniciativas de educação e sensibilização ambiental.
Promoção da PPAFCC: Parceria com transportes públicos com o objetivo de divulgar a PPAFCC através de painéis, monitores interiores de informação ao público e nas paragens e estações.
Incrementar a rede de percursos interpretativos e de percursos autónomos.
Disponibilização de um banco digital que permita consolidar informações, documentários e materiais audiovisuais relacionados com a PPAFCC.
Elaboração de Plano de Comunicação PPAFCC

Quadro 5: Resultado da análise SWOT. Objetivos resultantes da SWOT Comunicação.

A análise SWOT permitiu identificar objetivos no eixo da comunicação, que visam a valorização e a promoção da área protegida:

Assegurar a regularidade e a continuidade da investigação que permita a atualização da informação de base, essencial à elaboração de materiais de comunicação atualizados. Destaca-se a criação de projetos em parceria com empresas, com o intuito de reduzir os impactos ambientais e/ou apoiar a divulgação da área protegida nos seus materiais de marketing.

Um objetivo importante relaciona-se com alargamento da sinalética com informação atualizada e em locais estratégicos da PPAFCC. Este objetivo inclui a utilização de links para mais informações em sites específicos como Natural.pt, PPAFCC, Cogestão, além de QR Codes e presença nas redes sociais, entre outras formas de comunicação.

A criação de uma rede funcional de parceiros da PPAFCC também foi destacada enquanto objetivo prioritário, visando fortalecer a colaboração e a partilha de recursos entre as entidades envolvidas.

A comunicação da agenda anual de atividades, incluindo educação ambiental, visitas guiadas, encontros, entre outros eventos, através do site e das redes sociais, bem como nas agendas municipais de Almada e Sesimbra, é um objetivo que visa promover a participação e envolvimento da comunidade nas atividades propostas pela PPAFCC.

A articulação com os operadores de transportes públicos para divulgar a PPAFCC no monitor do interior dos autocarros e nas paragens visando a sinalética e os pontos de interesse em cada paragem, informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território.

A expansão da rede de percursos interpretativos, incluindo percursos autónomos. O acréscimo de informação nos percursos existentes, visa oferecer experiências enriquecedoras aos

utilizadores, promovendo a compreensão sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território.

A criação de um banco digital abrangente, contendo a oferta educativa, documentários, filmes, entre outros recursos, de forma a facilitar o acesso do público aos materiais educativos, promovendo a informação e a sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território.

O desenvolvimento de uma estratégia de comunicação, através dum Plano de comunicação, adaptada aos diversos públicos é um objetivo essencial que visa maximizar o impacto das mensagens transmitidas sobre a PPAFCC.

Os objetivos referidos no eixo comunicação, resultantes da análise SWOT, pretendem um plano robusto e multifacetado para a comunicação eficaz e envolvente sobre a PPAFCC.

4.1.2 Eixo SENSIBILIZAÇÃO

Forças para Sensibilização

Existência do Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM) em funcionamento.
Existência de oferta Educativa para os utilizadores (visitas guiadas; ações de voluntariado, ações de sensibilização nas escolas, etc.).
Existência de documentários e livros de fotografia dedicados à natureza da PPAFCC.
Existência de percursos interpretativos na área protegida.
Existência de Código de conduta e boas práticas dos visitantes em Áreas Protegidas do ICNF, I.P..
Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM).

Quadro 6: Resultado da análise SWOT. Forças para o eixo Sensibilização.

Na discussão sobre o Eixo Sensibilização, a análise SWOT identificou as seguintes forças:

O Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM), localizado na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos, em funcionamento e que deverá tornar-se uma Porta de entrada à área protegida tendo por finalidade assegurar e apoiar as ações e/ou atividades de interpretação, visitação e fruição.

Ao entendermos a educação ambiental como um processo continuado, presente aos níveis da educação formal e não formal, cuja finalidade está em promover uma mudança de atitude e de comportamentos, pode afirmar-se que a educação ambiental na PPAFCC tem tido, ao longo dos anos, este papel e é hoje uma realidade reconhecida pela comunidade em geral. Sendo que a Oferta Educativa para os utilizadores (visitas guiadas; ações de voluntariado, ações de sensibilização nas escolas...) é o resultado e um testemunho da importância que a educação ambiental tem vindo a desempenhar na PPAFCC.

A oferta educativa (visitas guiadas; ações de voluntariado, ações de sensibilização nas escolas, etc.) reforça a ligação entre a PPAFCC com a comunidade em geral e em particular com a comunidade escolar, dando incentivo à aproximação e ao envolvimento dos utilizadores/visitantes e à promoção e à mudança de atitudes ambientais para que adotem comportamentos a favor do ambiente e atuem, em consciência, colocando em prática competências para a ação.

A existência de documentários e livros de fotografia de natureza sobre a PPAFCC, de publicações/merchandising do ICNF, I.P. e da Câmara Municipal de Almada, recursos estes que contribuem para a literacia ambiental, numa sociedade mais informada, consciente e responsável.

A oferta de percursos interpretativos na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos, utilizados nas ações/atividades como sejam as visitas guiadas e as ações de voluntariado desenvolvidas pelo ICNF, I.P. e CCDR-LVT e pela Câmara Municipal de Almada, passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes;

A existência Código de conduta e boas práticas dos visitantes em Áreas Protegidas do ICNF, I.P. que se traduz num conjunto de normas de conduta essenciais não só para a segurança do utilizador, mas também para a conservação e desenvolvimento sustentável da área protegida, permitindo que todos possam usufruir do património natural, agora e no futuro de acordo com o conceito de “Não deixe mais que pegadas, não leve mais do que memórias e fotografias”.

Fraquezas para a Sensibilização

Ineficácia do Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM) enquanto Porta de entrada da PPAFCC.
Carência de profissionais especializados, nomeadamente técnicos em geologia, biologia e arqueologia, para acompanhar as visitas temáticas na PPAFCC.
Insuficiência de Recursos Humanos (RH) específicos na área de educação ambiental.
Insuficiência ou inexistência de sinalética de interpretação ambiental em percursos existentes.
A falta de seguro de risco para os participantes nas visitas guiadas organizadas pelo ICNF, I.P. na PPAFCC.
A dificuldade de monitorização e de manutenção rápida e contínua de equipamentos deteriorados ou vandalizados.
A inoperacionalidade do edifício na Praia da Rainha devido à sua degradação.
A insuficiência de equipas de vigilância e fiscalização.
O desconhecimento geral da existência do Código de conduta e boas práticas dos visitantes em Áreas Protegidas do ICNF, I.P..

Quadro 7: Resultado da análise SWOT. Fraquezas, eixo Sensibilização.

Relativamente às fraquezas do eixo de Sensibilização verificados na análise SWOT identifica-se a ineficácia do CIMM enquanto Porta de entrada da PPAFCC, sendo um ponto de entrada e informação desconhecido de grande parte dos visitantes e não está a cumprir plenamente a sua função de apoio, orientação e informação aos utilizadores.

Existe limitação de técnicos especializados em geologia, biologia e arqueologia para acompanhar visitas temáticas. Além disso, a carência de recursos humanos qualificados afetos a esta área protegida, nomeadamente educadores ambientais, limita a programação e dinamização de atividades educativas, representando uma deficiência adicional no eixo de sensibilização.

A insuficiência ou, em alguns casos, a inexistência de sinalética de interpretação ambiental em percursos ou caminhos da PPAFCC, como na Grande Rota GR 11 – E9, foi também destacada como uma fraqueza. A ausência de conteúdos interpretativos prejudica a experiência dos utilizadores e a valorização do património local.

Verificou-se que as visitas guiadas na PPAFCC, organizadas pelo ICNF, I.P. e CCDR-LVT não

dispõem de seguro de risco, o que compromete a segurança dos utilizadores.

A dificuldade de garantir a manutenção rápida e contínua de equipamentos deteriorados ou vandalizados foi outra fraqueza apontada, afetando negativamente a experiência dos utilizadores.

A inoperacionalidade do edifício da Praia da Rainha, devido à sua degradação, foi considerada uma fraqueza, dado que poderia ser utilizado para atividades educativas ou operacionais e laboratoriais, o que representa uma perda de potencial também na estratégia de sensibilização ambiental.

A insuficiência de equipas de vigilância e fiscalização foi identificada como uma importante debilidade, uma vez que a proliferação de práticas inadequadas por parte dos utilizadores e vandalismo, comprometendo os objetivos de conservação e a qualidade da experiência na área protegida.

Finalmente, o desconhecimento da existência do Código de conduta e boas práticas dos visitantes em Áreas Protegidas do ICNF, I.P. foi identificado como uma fraqueza. Esta falta de conhecimento pode resultar na manutenção, mesmo que involuntária, de comportamentos que contrariam os princípios de conservação, prejudicando os esforços de conservação e preservação da área protegida.

Ameaças à Sensibilização

A carência de transporte escolar para deslocações à AP
A falta de opções de transporte público incluindo o Comboio Transpraia desativado.
A insegurança associada à visitação da PPAFCC.

Quadro 8: Resultado da análise SWOT. Ameaças à Sensibilização.

Na análise das ameaças, identificaram-se alguns fatores no eixo da sensibilização que comprometem os valores e recursos naturais presentes na PPAFCC:

A falta de transporte das escolas para deslocação à PPAFCC é um entrave significativo. Esta limitação diminui o potencial de realização de visitas guiadas, privando os alunos do enriquecimento curricular e pessoal que proporciona visitar, conhecer e sentir a área protegida.

A escassez de opções de transporte público para a PPAFCC constitui uma ameaça adicional, por desmotivar potenciais utilizadores, especialmente aqueles que não possuem veículo particular. Esta barreira logística restringe o fluxo de pessoas e a inserção da PPAFCC no mapa de atividades de lazer, turismo ou formativas.

Também a desativação atual do Transpraia representa uma ameaça à acessibilidade e mobilidade na PPAFCC no eixo das praias.

O vandalismo sobre os painéis informativos e a sinalética constitui uma ameaça grave. A destruição ou danificação destes recursos impede o acesso à informação, dificultando a sensibilização aos utilizadores em relação aos valores naturais e culturais da área protegida.

As atividades ilícitas, a degradação da sinalética e manutenção dos equipamentos cria uma sensação de insegurança descrita como associada à visitação da PPAFCC. O receio pela segurança pessoal pode desencorajar os utilizadores, resultando numa menor participação nas ações e atividades. Este cenário limita a capacidade da PPAFCC de alcançar um público mais vasto e diversificado.

Oportunidades para a Sensibilização

Acentuada procura de visitas, atividades e projetos na PPAFCC por parte das escolas.
Fase positiva na procura de atividades de lazer e turismo associadas ao turismo de natureza
A existência de outros percursos e caminhos.
A disponibilidade de financiamentos provenientes de fontes como o Fundo Ambiental (FA) e a União Europeia (UE).

Quadro 9: Resultado da análise SWOT. Oportunidades para a Sensibilização.

A análise SWOT identificou oportunidades no eixo Sensibilização para a PPAFCC. Destaca-se a existência de acentuada procura de visitas guiadas e projetos em parceria por parte da comunidade escolar, o que reflete um interesse crescente e reconhecimento das áreas protegidas. A procura de visitas e projetos pode ser aproveitada para fortalecer a ligação entre a PPAFCC e a comunidade escolar, promovendo a interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais e culturais da área protegida.

A GR11 – E9 (Grande Rota Europeia E9) é um dos Trilhos Europeus que atravessa a Europa desde o Cabo de São Vicente, em Portugal, até São Petersburgo, na Rússia. De salientar que o Percurso Este, ao longo da frente atlântica do concelho de Almada, integrado na GR11 – E9, no itinerário principal Trafaria-Fonte da Telha atravessa a PPAFCC/RBMNM, o que constitui uma oportunidade significativa.

A valorização e promoção destas vias como percursos interpretativos pode diversificar as experiências oferecidas aos utilizadores e contribuir para promoção de atividades desenvolvidas em meio natural que potenciem o turismo de natureza e o desporto de natureza.

A disponibilidade de financiamentos provenientes do Fundo Ambiental (FA) e da União Europeia (UE) é uma oportunidade no sentido em que poderão promover o desenvolvimento de novos projetos, a implementação de campanhas de comunicação abrangentes e a melhoria das infraestruturas de educação ambiental, potenciando o impacto das ações de sensibilização e educação ambiental na região.

Objetivos resultantes da SWOT Sensibilização

Explorar a revitalização do plano de atividades a partir do Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM).
Analisar a possibilidade de contar com apoio técnico especializado para visitas guiadas temáticas.
Explorar oportunidades de parceria com Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA).
Fortalecer a visita autónoma a partir do CIMM.
Valorizar a interligação e conectividade na rede de percursos pedestres, cicláveis e equestres.
Criar um guia de atividades facilitadoras no CIMM.
Melhorar a sinalética nos percursos existentes e a criar.
Promover um calendário anual regular de atividades e visitas.
Promover a continuidade de visitas guiadas em parceria com a comunidade escolar.
Articular com o Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação a valorização da Grande Rota GR 11 – E9 incluindo no percurso conteúdos interpretativos e informativos sobre os recursos naturais e culturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território.
Alargar a visita às escolas localizadas fora dos limites da PPAFCC, com enfoque à Área Metropolitana de Lisboa (AML) e, em particular, a Sesimbra.
Explorar alternativas para a obtenção de seguro de risco para as ações/atividades de sensibilização desenvolvidas na PPAFCC.

Criar um conjunto articulado de portas de entrada diretas na PPAFCC, que inclua o CIMM, o Centro de Interpretação da Bateria da Raposa, o Centro de Interpretação da Praia da Rainha, O Convento dos Capuchos e o Centro de Interpretação do Agroparque das Terras da Costa.
Aumentar a equipa de vigilância e fiscalização.
Divulgar amplamente o Código de conduta e boas práticas dos visitantes em Áreas Protegidas do ICNF, I.P..

Quadro 10: Resultado da análise SWOT. Objetivos resultantes da SWOT Sensibilização.

Com base na análise SWOT – eixo Sensibilização, foram estabelecidos objetivos claros para reforçar a ligação entre a PPAFCC e a comunidade em geral. Importa definir as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores promovendo a compreensão e preservação dos seus valores naturais e culturais. Esses objetivos são:

Revitalizar o CIMM com um programa de atividades anual, com recursos humanos – técnicos especializados em diversas áreas de estudo, espaço de receção, visita e interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais do território envolvente.

Criar um conjunto articulado de portas de entrada diretas na PPAFCC, que inclui o CIMM, o Centro de Interpretação da Bateria da Raposa (programado), o Centro de Interpretação da Praia da Rainha (a reconstruir), o Convento dos Capuchos (a reforçar) e o Centro de Interpretação do Agroparque das Terras da Costa (programado), com temáticas dedicadas respetivamente às Florestas e Arriba Fóssil, Museologia militar, História, Património Cultural e Arqueológico, Sistemas dunares e Mar e Terras Agrícolas.

Disponibilizar apoio técnico de interlocutores como Organizações Não Governamentais Ambientais (ONGA) para desenvolvimento de visitas guiadas temáticas. Também implementar parcerias e definir medidas e ações com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores.

Reforçar a visita autónoma a partir do CIMM. Facilitar a visita dos utilizadores à área protegida a partir do CIMM, enquanto Porta de entrada, promove a autonomia da própria visita. Contudo, será necessário disponibilizar materiais informativos e interpretativos, garantindo, ao mesmo tempo, a valorização de rotas e percursos pedestres.

Outro objetivo é o de desenvolver um guia de atividades que promova a interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais para a dinamização de iniciativas educativas no CIMM. Este guia servirá de ferramenta para os utilizadores ‘educadores do ambiente’ que desenvolvem atividades na PPAFCC.

Também melhorar os conteúdos na sinalética de forma a valorizar os percursos pedestres existentes e previstos, garantindo que os utilizadores tenham acesso a informações claras e relevantes sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território.

Construir um calendário anual regular de atividades e visitas de forma a garantir uma presença contínua e sustentada da PPAFCC na agenda dos utilizadores, mantendo um interesse constante pela área protegida, da mesma forma que divulgar a oferta educativa à comunidade escolar, estratégia que promove a consciencialização, proporcionando experiências práticas e enriquecedoras aos alunos.

A articulação com o Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação e a valorização da Grande Rota GR 11 – E9 incluindo no percurso conteúdos interpretativos e informativos sobre os recursos naturais e culturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território. Bem como alargar a visita às escolas fora dos limites da PPAFCC, com enfoque à Área Metropolitana de Lisboa (AML) e, em particular, a Sesimbra.

Outro objetivo é encontrar alternativas para a obtenção de seguro de risco para as ações/atividades de sensibilização desenvolvidas na PPAFCC.

Também aumentar a vigilância e fiscalização através de formas de parceria e cooperação entre as entidades e fomentar a divulgação o Código de conduta e boas práticas dos visitantes em Áreas Protegidas do ICNF, I.P. para assegurar um comportamento responsável e sustentável na área protegida.

4.1.3 Eixo VALORIZAÇÃO

Forças para a Valorização

Presença de miradouros na área protegida.
Centro de Interpretação da Mata dos Medos (CIMM) na reserva botânica.
Existência da Bateria da Raposa.
Convento dos Capuchos
Infraestrutura na Praia da Rainha.
Existência de caminhos já estabelecidos.
Presença de parques de merendas equipados.
Património natural, geológico, arquitetónico e cultural, incluindo Moinho da Chibata nos Capuchos.

Quadro 11: Resultado da análise SWOT. Forças para a Valorização.

A análise SWOT revelou várias forças importantes relacionadas com o eixo de Valorização e Promoção da PPAFCC. Em primeiro lugar a existência de miradouros na área constitui uma força fundamental, proporcionando aos utilizadores vistas panorâmicas deslumbrantes da paisagem natural e cultural da PPAFCC. Na paisagem conjugam-se de forma inequívoca o património natural – os valores da geologia, das plantas e dos animais, e os sistemas que os integram (ecossistemas) e o património cultural das populações que habitam esta região – as construções, as estruturas de paisagem, a exploração da terra, mas também as suas crenças, as suas tradições, hábitos e modos de vida. A Convenção Europeia de Paisagem define “paisagem designa uma parte do território tal qual percebido pelas populações, cujo carácter resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e de suas inter-relações.

Os percursos pedestres interpretativos da PPAFCC (em vias rurais, terra ou em passadiços) facilitam o acesso a diversos pontos de interesse, permitindo aos utilizadores a descoberta e o usufruto pleno do território.

A presença da Bateria da Raposa situada na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos na Fonte da Telha foi o 6º reduto de defesa da costa marítima portuguesa, destinada a proteger a zona compreendida entre a foz do rio Tejo e a foz do rio Sado. Património militar que adiciona valor à PPAFCC, pela história que carrega tornando-se uma oportunidade única para explorar a história militar da área,

reforçando a ligação da região com o seu passado. A Bateria da Raposa é um testemunho importante do património histórico que enriquece a oferta turística.

Da mesma forma o Convento dos Capuchos está situado na PPAFCC e é um centro cultural e importante ponto turístico requalificado e muito frequentado que pode ser reforçado como porta de entrada e ponto de partida para percursos guiados e autónomos através de um robustecimento da sinalética e painéis informativos com eventual intervenção de valorização de percursos.

Paralelamente, os parques de merendas equipados com mesas e bancos, painéis de conteúdo temático e informativo são uma infraestrutura valiosa que potencia a visita e a permanência dos utilizadores na área protegida, proporcionando aos utilizadores momentos de lazer e comensalidade num contacto direto com a natureza.

O CIMM, situado na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos na Fonte da Telha, dotado em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais e culturais presentes no território, é um espaço de receção ao visitante e ponto de partida para descobrir o património natural e cultural da PPAFCC. Nessa infraestrutura, ou a partir dela desenvolvem-se ações e atividades de educação e sensibilização ambiental e visitas guiadas de carácter lúdico e pedagógico.

A infraestrutura de apoio na Praia da Rainha, situada na Mata Nacional das Dunas da Trafaria e Costa de Caparica representa uma força significativa. A sua reabilitação, por um lado, proporcionará a valorização do espaço edificado, do património cultural e seu entorno natural e por outro lado, constituirá um espaço de receção aos utilizadores e visitantes, de apoio na informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território, e como centro onde outras atividades operacionais podem estar sediadas, relacionadas com a conservação da natureza, do litoral e oceanos, manutenção e gestão da PPAFCC.

O Moinho da Chibata nos Capuchos é um ponto do património cultural que se destaca por ser um componente importante da rede de moinhos de Almada e esteve em funcionamento entre o século XVIII e o século XX. Enriquece a oferta turística da PPAFCC ao proporcionar uma ligação viva com a herança industrial da região e a atividade tradicional de processamento de cereais.

A riqueza e diversidade do património natural, geológico, arquitetónico e cultural da PPAFCC constitui uma base sólida para a valorização e promoção da área, proporcionando um conjunto robusto de recursos que atraem utilizadores e contribuem para a preservação da identidade regional.

Fraquezas para a Valorização

Falta de regulamentação e fiscalização insuficiente.
Deterioração de sinalética e cancelas, juntamente com a falta de manutenção de equipamentos.
Carência de informações claras sobre regras na visitação.
Atos de vandalismo.
Falta de locais adequados para a recolha de lixo.
Carência de opções de visitação em transportes públicos e outros meios de mobilidade sustentável e pressão rodoviária.
Acessibilidade limitada para meios suaves de locomoção, cadeiras de rodas e mobilidade reduzida.
Organização deficiente dos estacionamento.

Ausência de sinalética específica para a regulação e controlo da prática do caravanismo e da circulação de veículos todo-o-terreno e motas em áreas com níveis de proteção elevado e/ou total.
Distribuição inadequada de apiários.
Bateria da Raposa está isolada e interrompe a continuidade ecológica da PPAFCC.

Quadro 12: Resultado da análise SWOT. Fraquezas para a Valorização.

O eixo de Valorização e Promoção da PPAFCC enfrenta pontos fracos que afetam, significativamente, a sua gestão e a experiência com os utilizadores. A análise SWOT identificou que a visitação desregulada representa um desafio importante na gestão sustentável da área protegida, uma vez que pouco se sabe a cerca do tipo de utilizadores e atividades que decorrem na área protegida. As dificuldades de controlo e fiscalização intensificam o problema.

Também a ausência de sinalética adequada e a existência de cancelas partidas permitem a entrada e circulação de veículos não autorizados, colocando em risco a segurança dos utilizadores, bem como, a conservação dos recursos naturais, comprometendo a integridade e sustentabilidade da PPAFCC. A falta de manutenção de equipamentos, incluindo o CIMM, bem como a degradação do edifício da Praia da Rainha, contribui para uma deterioração das infraestruturas disponíveis. Essas condições podem desencorajar utilizadores e prejudicar a perceção geral da área protegida.

Outro ponto fraco é a ausência de informação clara sobre as regras de visitação, uma vez que a falta de orientação adequada pode levar a comportamentos inadequados que afetam a preservação dos valores naturais e culturais da PPAFCC.

O vandalismo, por sua vez, representa uma ameaça constante que compromete a integridade das infraestruturas e a qualidade da visita, evidenciando a necessidade de medidas eficazes para prevenir e combater esses atos.

A insuficiência de locais adequados para a recolha de lixo, tem um impacto negativo na gestão de resíduos na área protegida. A ausência de estruturas apropriadas para acondicionamento de lixo resulta em práticas inadequadas por parte dos utilizadores, com deposição de lixo em espaço natural e acumulação desregulada junto aos parques de merendas ou percursos e miradouros.

Em relação ao uso de transportes, o ponto fraco identificado é a existência de poucas opções e infraestruturas de mobilidade sustentável que agrava a dependência de veículos individuais, afetando negativamente a acessibilidade e estacionamento, aumenta o impacto do acesso rodoviário e pressão sobre os ecossistemas e a sustentabilidade da visitação. Também a acessibilidade reduzida para cadeiras de rodas e mobilidade reduzida, restringe o acesso inclusivo à PPAFCC. Esta limitação compromete a experiência de diferentes públicos e prejudica a diversidade e a participação.

Os estacionamento mal-organizados contribuem para uma experiência negativa dos utilizadores, afetando diretamente a gestão da área de visitação e a qualidade da experiência oferecida, bem como a falta de sinalética para a prática do caravanismo e outras atividades específicas, como veículos de todo-o-terreno e motas em áreas inadequadas, gera conflitos e ameaça a segurança dos utilizadores pedonais e cicláveis, além de comprometer a conservação dos valores naturais.

Ainda como fraquezas, os apiários mal distribuídos podem, igualmente, gerar conflitos com as áreas de visitação, comprometendo a segurança dos utilizadores e a interação com a fauna local.

Por fim a Bateria da Raposa, está fisicamente isolada das áreas adjacentes da Reserva Botânica, a norte e a sul, criando uma descontinuidade no corredor ecológico e dos percursos de visitação, comprometendo a compreensão integral da história local e a oferta educativa da área protegida.

Ameaças à Valorização

Dificuldade em contratação de funcionários públicos.
Desconhecimento sobre a área protegida, associado à falta de compreensão sobre a conduta e as boas práticas e usufruição do território.
Presença intensa e desregrada de animação turística na área protegida.
Estado avançado de degradação do moinho da Chibata nos Capuchos.
Património arqueológico na área dos Capuchos em área de erosão.
Degradação por comportamentos inadequados.
Dificuldade em contratação de funcionários públicos.

Quadro 13: Resultado da análise SWOT. Ameaças à Valorização.

A análise SWOT permitiu identificar ameaças relacionadas com o eixo de Valorização e promoção com impacto negativo na PPAFCC. O desconhecimento sobre a área protegida, associado à falta de compreensão sobre a conduta e as boas práticas e usufruto do território tem como consequência comportamentos inadequados por parte dos utilizadores, pondo em causa a sustentabilidade da PPAFCC. Destaca-se o problema das visitas noturnas à reserva botânica, cerimoniais, o lixo, os cães assilvestrados, entre outras.

Também são ameaças as atividades turísticas e desportivas desregradas que colocam em causa os regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais, causando perturbação e degradação de áreas sensíveis como a frente da arriba fóssil.

Também a desativação do Transpraia representa uma ameaça à acessibilidade e mobilidade na PPAFCC. A ausência de um meio de transporte público adequado pode limitar o acesso dos utilizadores, especialmente daqueles que dependem de transportes coletivos, afetando a visitação e a distribuição de utilizadores na área.

Por fim, foi percebido como ameaça a condição do Moinho da Chibata situado nos Capuchos, zona norte da PPAFCC. O moinho encontra-se em propriedade privada e em elevado estado de degradação, o que representa uma ameaça ao património cultural e à narrativa histórica da PPAFCC. A falta de intervenção leva à perda irrecuperável deste importante elemento cultural.

Na área dos Capuchos, existe um conjunto de património arqueológico em risco pela erosão antrópica e natural da arriba. Embora seja um processo natural, a degradação desses recursos arqueológicos pode comprometer a compreensão histórica da região e a sua capacidade de atrair utilizadores interessados na herança cultural.

Oportunidades para a Valorização

Interesse por parte da Câmara Municipal de Almada (CMA) em estabelecer um centro de interpretação e operacional na Praia da Rainha.
Projeto de ocupação da Bateria da Raposa por serviços operacionais GNR e CMA, incluindo projeto museológico.

Projeto de Agroparque das Terras da Costa cofinanciado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).
Interesse do ICNF, I.P. em equipar e apoiar percursos de visitação na área protegida.
Presença de empresas que atualmente possuem departamentos ou áreas de responsabilidade ambiental que se podem eventualmente envolver ou apoiar atividades na PPAFCC.
Existência de fundos de financiamento para a conservação e valorização de património, restauro, etc. como Fundo Ambiental (FA) e outros fundos da União Europeia (UE).
Interesse por parte da Câmara Municipal de Almada (CMA) em estabelecer um centro de interpretação e operacional na Praia da Rainha.
Projeto de ocupação da Bateria da Raposa por serviços operacionais GNR e CMA, incluindo projeto museológico.

Quadro 14: Resultado da análise SWOT. Oportunidades para a Valorização.

No contexto da análise SWOT, surgem oportunidades relacionadas com o eixo de Valorização / Promoção da PPAFCC com impacto significativo no desenvolvimento sustentável e na gestão da área protegida.

A proposta da Câmara Municipal de Almada (CMA) de estabelecer um centro operacional na Praia da Rainha representa uma oportunidade estratégica de melhoria da infraestrutura local e duma presença institucional marcante na área protegida. Esta iniciativa consagra uma visão e uma estratégia a seguir tendo por propósito a valorização e a promoção da área protegida.

Outra oportunidade é o interesse do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I.P.) em que seja realizada a manutenção dos percursos de visitação, pois contribui para uma visitação sustentável da área protegida. Também a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) garante o financiamento e o apoio para projetos de valorização na PPAFCC. Integrar iniciativas específicas em financiamento PRR contribui para promoção de atividades económicas desenvolvidas na área protegida que sejam compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença e para a sua internacionalização.

O Convento dos Capuchos, inserido na área da PPAFCC, impõe-se enquanto recurso patrimonial arquitetónico que deverá funcionar como uma Porta de entrada, colocando ao dispor dos utilizadores/visitantes a informação, interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais e culturais da PPAFCC.

A existência de departamentos ou áreas de responsabilidade ambiental em grandes empresas também representa uma oportunidade para estabelecer parcerias e colaborações. Estas entidades podem contribuir para a promoção e preservação da PPAFCC, alinhando seus interesses ambientais com os objetivos da área protegida. Além disso, a ocupação da Bateria da Raposa pela CMA, associada à articulação da conservação com usos paralelos, oferece a possibilidade de revitalizar este espaço histórico de forma integrada. Essa abordagem pode resultar em iniciativas que respeitem a conservação e ao mesmo tempo ofereçam atividades complementares para os utilizadores.

A disponibilidade de financiamentos provenientes do Fundo Ambiental (FA) e da União Europeia (UE) é outra oportunidade estratégica para promover projetos de valorização na PPAFCC. A captação desses recursos pode possibilitar melhorias significativas na infraestrutura e nas atividades de promoção da área protegida.

Objetivos resultantes da SWOT Valorização

Criar uma rede de Portas de entrada articuladas, valorizadas e com pontos de interesse em cada Porta de entrada.
Aumentar a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.
Conduzir um estudo e inquérito sobre a utilização dos transportes públicos.
Desenvolver uma rede ciclável até os vários pontos de entrada na área protegida.
Ordenar o estacionamento com materiais naturais e permeáveis e explorar áreas de estacionamento na periferia com acesso por transportes públicos.
Realizar estudos sobre a visitação e atividades que decorrem na PPAFCC.
Reforçar os Recursos Humanos (RH) de vigilantes de natureza e articular com outras forças de segurança a fiscalização de estacionamentos e atividades ilegais.
Promover a formação e capacitação para visitação do território de Guias Locais, Agentes de Turismo de Natureza e professores.
Realizar anualmente reuniões com operadores turísticos.
Estabelecer projetos em parceria com empresas para redução de impactos ambientais.
Promover e valorizar percursos existentes e criação de novas rotas ou ligação entre percursos interpretativos. Disponibilizar informação acerca do património cultural e natural e avaliar a necessidade de criação de pontos de paragem adicionais nas rotas existentes.
Valorizar a rede de moinhos de vento históricos no concelho de Almada.
Promover a manutenção de equipamentos, vedações e cancelas. Estabelecer um reforço na sinalética e informação, designadamente o código de conduta nas entradas e parques de estacionamento.
Implementar vedações e cancelas para interditar ou reduzir impacto em áreas específicas.
Ordenar a localização de apiários.

Quadro 15: Resultado da análise SWOT. Objetivos resultantes da SWOT Valorização.

No âmbito do eixo de Valorização foram delineados objetivos estratégicos com o propósito de impulsionar uma gestão sustentável e uma promoção eficaz da PPAFCC. Os objetivos englobam uma série diversificada de ações, desde a melhoria da sinalética até à criação de parcerias e iniciativas específicas.

A articulação entre as diversas Portas de entrada (CIMM, Praia da Rainha...) a serem criadas e a área protegida é essencial à promoção do sentido de pertença da comunidade em geral. Este objetivo implica a melhoria das condições do CIMM e promoção das suas funções, incluindo o aumento da acessibilidade de pessoas com mobilidade, a criação de um centro interpretativo e operacional na Praia da Rainha, enquanto Porta de entrada, que impõe a recuperação do edifício existente, revigorará a presença institucional na área. A concretização e dinamização da Bateria da Raposa, reforço do Convento dos Capuchos e criação do Centro de Interpretação do Agroparque das Terras da Costa. Estas portas serão apoiadas pela rede secundária de Portas, estabelecida nos Pontos de turismo de Almada e Sesimbra, Lagoa Pequena e Centro de Atividades Ambientais e Desportivas de Sesimbra.

O reforço da sinalética e da informação visa, sobretudo, o esclarecimento dos regimes de proteção e o Código de conduta e boas práticas dos visitantes em Áreas Protegidas.

A manutenção das cancelas de interdição e controlo de passagem é crucial para garantir a integridade da área em conformidade com as regras estabelecidas. Paralelamente, pretende-se aumentar o quadro de recursos humanos dedicados à vigilância da natureza, com o objetivo de realizar rotas mais frequentes e abrangentes. Este aumento não só facilitará a imposição das regras, como permitirá sensibilizar os utilizadores, abordando problemas específicos relacionados com a visitação e o uso.

A formação e capacitação são também aspetos essenciais de promoção à visitação

responsável. Neste sentido, a formação de guias locais, agentes de turismo de natureza e professores, bem como, a realização de reuniões e workshops anuais com operadoras turísticas. A criação de pontos de interesse estratégicos como portas de entrada da área protegida, equipados com toda a informação sobre fauna, flora, paisagem e percursos interpretativos de forma a permitir uma visita autónoma mais apelativa e sustentável.

Outra ação significativa é a articulação com forças de segurança para a fiscalização de estacionamento indevido e atividades ilegais, o que contribuirá para a melhoria da gestão e segurança na PPAFCC.

O estudo sobre visita, com o apoio de universidades, proporcionará uma compreensão mais aprofundada sobre o interesse, a pressão e os objetivos dos utilizadores.

Parcerias com empresas para reduzir impactos negativos na área protegida, no apoio a ações de limpeza são estratégias de envolvimento da comunidade na valorização do território.

A implementação de programas destinados a utilizadores frequentes que desempenhem um papel de vigilância e a procura de contrapartidas interessantes são oportunidades para envolver a comunidade na conservação, valorização e preservação da PPAFCC.

De forma a promover uma mobilidade sustentável, serão implementadas ações como a promoção da recolha seletiva e gestão de resíduos, a criação de uma rede ciclável, o incentivo ao uso de transportes públicos e o estudo sobre a sua utilização. O ordenamento do estacionamento automóvel com materiais naturais e permeáveis, a garantia de acessibilidade para mobilidade reduzida e a criação de vedações e cancelas para zonas específicas são estratégias para minimizar os impactos negativos.

Serão valorizados os percursos dos moinhos de vento, salientando a recuperação do Moinho da Chibata inserido na PPAFCC, com financiamentos que visem a sua recuperação. A valorização do Moinho como espaço de memória local oferece uma oportunidade única para preservar e promover a história da região e pode atrair utilizadores interessados na herança local, diversificando as experiências oferecidas na PPAFCC.

O ordenamento e organização dos apiários na área protegida é uma iniciativa específica destinada a preservar o património cultural e natural da PPAFCC. Ações que garantem uma gestão eficaz e sustentável da área protegida impondo o fomento de novas atividades e produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes e de promoção da marca Natural.pt.

4.1.4 Eixo CONSERVAÇÃO²³

Forças para a Conservação

Arriba Fóssil (Geosítio).
Diversidade de habitats e espécies prioritárias e a presença de endemismos, e elevada biodiversidade florística e faunística.
Localização estratégica da PPAFCC ao longo do grande corredor ecológico litoral que liga os

²³ Articulação Institucional para a Conservação da Natureza, Restauro Ecológico e Resiliência do Território.

estuários do Tejo e Sado.
Contiguidade com a Rede Natura 2000, incluindo ZEC Fernão Ferro-Lagoa e ZEC Arrábida-Espichel, o Parque Natural da Arrábida e propriedades com características florestais.
Presença de sinalética de informação preventiva acerca do risco de incêndio.
Diversidade de paisagens e habitats promotores da biodiversidade faunística.
Existência de vedações e passadiços de redução de impactos de visitantes.
Coexistência de um mosaico de terrenos agrícolas próximos a zonas florestais e outras áreas naturais, promotoras da biodiversidade.
Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos.
Existência de vedações e passadiços de redução de impactos de visitantes.

Quadro 16: Resultado da análise SWOT. Forças, eixo Conservação da natureza.

No âmbito do eixo de Conservação, a PPAFCC revela um conjunto de forças positivas relacionadas com os recursos e valores naturais existentes. Destaca-se o geosítio Arriba Fóssil que possui aspetos geológicos e geomorfológicos de grande interesse, não só do ponto de vista estritamente científico, como também pela sua beleza paisagística, que importa preservar e valorizar.

A Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos possui um grande interesse botânico, faunístico, paisagístico e histórico, que justifica a sua promoção e conservação. É uma área submetida a grande pressão de visitantes, na utilização de percursos pedestres, ações de educação ambiental e outras atividades de lazer.

Os habitats e espécies prioritárias para a conservação, incluindo os endemismos presentes na PPAFCC, constituem uma força de valor inestimável. Entre as 10 espécies de fauna que apresentaram valores ecológicos mais elevados, incluem-se 7 aves, 2 répteis e um anfíbio.

Complementar a esta força é o sistema dunar. As comunidades associadas aos valores de classe excecional correspondem aos sistemas dunares, medos e paleodunas, devido aos habitats associados às formações arbustivas mais desenvolvidas. A presença de pinhais sobre dunas e de zimbrais, com espécies endémicas conferem as características mais valorativas. O sistema dunar protege o ecossistema costeiro e oferece extensas praias naturais que enriquecem a experiência dos utilizadores e servem de habitats a diversas espécies.

A diversidade de paisagens e habitats na PPAFCC engloba terrenos agrícolas, florestas, matos, arribas e dunas e desempenha um papel vital na promoção da biodiversidade faunística. Este mosaico de ambientes proporciona condições ideais para a coexistência de diferentes espécies, reforçando a riqueza ecológica da área.

A localização estratégica da PPAFCC ao longo do grande corredor ecológico que liga o estuário do Tejo ao estuário do Sado é uma força significativa. Esta posição permite uma conectividade ecológica essencial entre diversos habitats, facilitando a circulação de espécies e aumentando a resiliência dos ecossistemas.

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário e tem por objetivo “contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu” que compreende áreas classificadas como Zona Especial de Conservação - ZEC, e as áreas classificadas como Zona de Proteção Especial – ZPE.

O território da PPAFCC é fortalecido pela integração de parte da área classificada ZEC/ZPE:

Fernão Ferro-Lagoa de Albufeira e na sua continuidade, para sul, pela ZEC Arrábida-Espichel, pela ZPE Cabo Espichel e pelo Parque Natural da Arrábida, contribuindo para a promoção dos valores e recursos naturais em presença, bem como, para a internacionalização do território.

A presença de sinalética de risco de incêndio e a implementação de vedações e de percursos interpretativos em passadiços são estratégias importantes para a gestão e prevenção de potenciais ameaças.

O mosaico de terrenos agrícolas situados próximos de zonas florestais e outras áreas naturais promove corredores ecológicos e zonas de alimentação para a avifauna, contribuindo para sua conservação, entendida como o conjunto das medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies da fauna e da flora.

Fraquezas para a Conservação

Insuficiente vigilância na área protegida.
Presença de espécies exóticas e invasoras.
Abandono de lixo e entulhos em espaço natural.
Perturbação humana em zonas de visitação.
Pisoteio de áreas sensíveis, como dunas e arriba fóssil.
Rituais religiosos noturnos com perturbação e depósito de lixo ou materiais incendiáveis.
Desconhecimento da capacidade de carga e de contabilização de utilizadores na PPAFCC.
Desconhecimento do impacto da atividade económica.
Existência de áreas com risco de incêndio elevado ou muito elevado.
Dificuldade de manutenção e reposição de estruturas vandalizadas.
Falta de estudos atualizados e monitorização da fauna, flora e geologia.
Insuficiente vigilância na área protegida.

Quadro 17: Resultado da análise SWOT. Fraquezas para a Conservação.

As fraquezas identificadas no eixo de conservação da natureza comprometem a eficácia das estratégias de conservação e gestão do património natural e cultural da PPAFCC, designadamente:

A insuficiência de operacionais verificada na vigilância à PPAFCC é uma das fraquezas apontadas. Lacuna que compromete a capacidade de proteção e de rápida intervenção em situações que representam ameaça à conservação da natureza.

A presença de espécies exóticas e invasoras constitui um desafio considerável. A gestão e controlo dessas espécies exigem ações ativas e contínuas para mitigar os impactos negativos na biodiversidade, que, sem intervenção, podem levar ao desequilíbrio ecológico.

O frequente abandono de lixo e entulhos na PPAFCC deve-se a comportamentos errados e interditos que colocam em causa a conservação da natureza, poluem as águas, o solo e o ar, afetam diretamente a qualidade de vida, tornam o ambiente sujo, propício a doenças e são um atentado à estética do lugar.

O pisoteio em áreas com níveis de proteção elevados, como dunas e a arriba fóssil é outra das fraquezas verificadas. A falta de respeito e/ou o desconhecimento podem resultar em danos irreversíveis nos ecossistemas.

Existência de áreas edificação em zonas de maior regime de proteção do Plano de

Ordenamento e identificadas como Áreas de Intervenção especial para a conservação da natureza e biodiversidade com o objetivo de aumentar ou recuperar o seu valor em termos de conservação da natureza e da biodiversidade.

As atividades interditas na RBMM, rituais religiosos, festas de aniversário, etc. potenciam lixo, risco de incêndio, insegurança nos utilizadores, pondo em causa a conservação, a preservação e a valorização da área protegida.

A falta de dados concretos e seguros de capacidade de carga, isto é, do número de utilizadores que o território da PPAFCC, sem impactos negativos sobre a conservação é uma fraqueza considerável na análise SWOT. A falta de contabilização de utilizadores dificulta a avaliação precisa do impacto humano na área e compromete a tomada de decisões adequadas e a implementação eficaz de medidas de conservação.

O desconhecimento sobre o impacto de atividades económicas diversas, onde se inclui a apicultura, apresenta-se como uma fraqueza significativa. Sem uma compreensão clara dos efeitos destas atividades na biodiversidade e nos ecossistemas, torna-se difícil implementar medidas adequadas de gestão.

A existência de áreas propensas a incêndio requer medidas de prevenção e combate eficazes de forma a reduzir a vulnerabilidade de incêndios na PPAFCC. Embora identificadas no Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e existindo um ponto de vigia e forte dedicação à prevenção, é uma das importantes ameaças à zona florestal, como foi comprovado pelo incêndio de Setembro de 2024.

A dificuldade de manutenção e a incapacidade de reposição de estruturas vandalizadas, como vedações e passadiços, representam uma fraqueza operacional. Estas estruturas são essenciais para ordenar a visitação e proteger áreas sensíveis.

A falta de estudos regulares e monitorização da fauna, flora e geologia representa uma lacuna crítica no conhecimento da PPAFCC. Sem dados precisos sobre biodiversidade, dinâmica populacional, ameaças, saúde e epidemiologia, a capacidade de implementar estratégias eficazes de conservação fica seriamente comprometida.

Ameaças à Conservação

Falta de investimento na conservação.
Remoção de terra e areias nas proximidades dos parques de estacionamento na reserva botânica.
Área turística de grande procura pode ter impactos significativos, incluindo a erosão antrópica da arriba
Atividades económicas como pesca e agricultura com impactos na biodiversidade e ecossistemas, incluindo o uso de fitofármacos e fertilizantes nas práticas agrícolas.
Incumprimento do código de conduta e boas práticas dos visitantes em Áreas Protegidas.
Circulação de veículos todo-o-terreno em áreas interditas.
Abandono de animais domésticos e o consequente assilvestramento (cães e gatos).
Prática de alimentar animais selvagens.
Introdução e/ou expansão de espécies exóticas e invasoras de fauna e flora.
Ocupação da Reserva Botânica por zonas ajardinadas da zona urbana limítrofe.
Insuficiente gestão e manutenção regular das áreas florestais.

Falta de investimento na conservação.
Remoção de terra e areias nas proximidades dos parques de estacionamento na reserva botânica.

Quadro 18: Resultado da análise SWOT. Ameaças à Conservação.

No âmbito da conservação da natureza, a análise SWOT revelou diversas ameaças que comprometem a eficácia das medidas de preservação e a integridade dos ecossistemas.

A falta de investimento na conservação surge como uma ameaça fundamental, dificultando a implementação de estratégias e iniciativas necessárias para garantir a sustentabilidade a longo prazo da PPAFCC. Sem recursos financeiros a gestão e manutenção das áreas florestais e o desenvolvimento de projetos de conservação e preservação tornam-se extremamente desafiadores.

As espécies invasoras têm sido responsáveis pela alteração dos ecossistemas e suas comunidades biológicas, causando a degradação de ecossistemas e comunidades ecológicas raras e ameaçadas e o aumento do risco de extinção de plantas e animais nativos. No caso de sistemas agrícolas altera a produtividade e causa declínio da produtividade agrícola. Constatando-se a sua existência na PPAFCC, é uma ameaça séria à conservação da natureza, com potenciais efeitos indesejáveis para a manutenção da biodiversidade.

O risco de incêndio é uma ameaça significativa. Os incêndios provocam perdas irreparáveis de habitat e biodiversidade, além de representar riscos para a segurança humana.

A elevada procura de atividades recreativas e turísticas, de forte expressão estival, exerce uma pressão adicional sobre os valores naturais e paisagísticos da PPAFCC, designadamente a erosão antrópica das arribas é outra questão preocupante, pois pode levar à degradação das formações geológicas características da do geosítio arriba fóssil. A ausência de medidas eficazes para controlar essa erosão pode resultar em perda de habitat e alterações prejudiciais no perfil costeiro.

As atividades económicas, pesca e agricultura, poderão constituir ameaças significativas quando praticadas de forma desordenada e incorreta do ponto de vista da conservação, entendida como o conjunto das medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies da fauna e da flora selvagens num estado favorável. A pesca de arrasto, o abandono de redes e o uso inadequado fitofármacos e fertilizantes nas práticas agrícolas são exemplos de práticas que podem ter impactos adversos tanto nos ecossistemas marinhos como terrestres.

Manifesta-se ainda crítica a remoção de terra e areias na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos (RBMNM), especialmente em áreas próximas aos parques de estacionamento. Prática interdita que representa uma ameaça direta à integridade da RBMNM, provocando impactos negativos significativos no ecossistema.

A expansão urbana para zonas naturais, ajardinando zonas adjacentes à RBMNM compromete a integridade do habitat natural, reduzindo a área disponível para a flora nativa e prejudicando a função ecológica da reserva.

Encontram-se situações de prática de alimentar os animais selvagens em alguns pontos da PPAFCC, atividade que alterar significativamente o comportamento e a saúde de populações das espécies em causa põe em causa o balanço do ecossistema.

O abandono de animais domésticos e o subsequente assilvestramento, particularmente de

cães e gatos, constituem uma ameaça grave à fauna nativa, perturbando os padrões naturais de predação e competição existentes.

Oportunidades para a Conservação

Financiamento do Fundo Ambiental.
Década do Restauro Ecológico.
Presença de departamentos ou áreas de responsabilidade ambiental em empresas.
Banco de Voluntariado da Câmara Municipal de Almada (CMA).
Disponibilidade de seguros pela CMA para atividades de voluntariado.
PRR – Agroparque das Terras da Costa e do Mar cofinanciado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e Camara Municipal de Almada.
Planos de Ordem Superior como o PROT, o POC, PGF, assim como estratégias como a EGCNB, Estratégia educação ambiental, apoiam medidas promotoras da conservação da natureza.

Quadro 19: Resultado da análise SWOT. Oportunidades para a Conservação.

As oportunidades identificadas através da análise SWOT, no que diz respeito ao eixo da Conservação da Natureza, destacam-se pela possibilidade que indiciam de fortalecer ações e atividades ligadas à conservação.

Existem algumas linhas de financiamento que representam uma oportunidade significativa para angariar recursos destinados a projetos de conservação, crucial na implementação de medidas e ações de valorização dos valores e recursos naturais, fornecendo o suporte financeiro necessário para a sua materialização. Destaca-se o Fundo Ambiental que financia entidades, atividades ou projetos para apoiar políticas ambientais e de ação climática para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, às energias de fontes renováveis e à eficiência energética, aos recursos hídricos, aos resíduos, à conservação da natureza e biodiversidade, ao bem-estar dos animais de companhia, à floresta e gestão florestal, ao ordenamento e gestão da paisagem.

É fundamental que todas as medidas de conservação estejam apoiadas por outros planos e estratégias, sendo importante que, designadamente os ecossistemas costeiros e a continuidade com outras áreas protegidas seja promovido no PROT, PGF, POC, ENCNB, Lei do Restauro Ecológico, como uma oportunidade estratégica para coordenar esforços na promoção da biodiversidade e conservação no fortalecimento do corredor ecológico litoral entre Tejo e Sado, reforçando a proteção e recuperação dos ecossistemas costeiros.

É particularmente relevante a recente Lei para o Restauro Ecológico pelo potencial crescimento do interesse e financiamento nesta temática. A Década do Restauro Ecológico é uma importante iniciativa internacional, que também se apresenta como uma plataforma ideal para direcionar esforços e recursos para práticas de conservação inovadoras, de forma a materializar as ações de recuperação e preservação na área protegida.

A PPAFCC integra um projeto co-financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), incorporando a conservação da natureza num quadro mais amplo de desenvolvimento sustentável. Ao ordenar os projetos de conservação com os objetivos do PRR, é possível aproveitar recursos adicionais e impulsionar os esforços de preservação e valorização. O Programa OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL 2 (OIL2) -Costa da Caparica “Agroparque das Terras da Costa e do Mar” promove a conversão das práticas

agrícolas para uma agricultura mais sustentável e menos poluidora, enquanto reforça a conectividade e valor ecológico do território na comunidade desfavorecida na Costa da Caparica.

A existência de departamentos ou áreas de responsabilidade ambiental das empresas e outras entidades oferece a oportunidade de estabelecer parcerias colaborativas, através das quais possam surgir potenciais fontes de financiamento, mecenato e parceiros para cada medida prevista no eixo conservação.

A comunidade local pode ser uma oportunidade no desenvolvimento de ações de conservação. Uma das ferramentas é o Banco de Voluntariado da CMA, plataforma que permite a mobilização da população para atividades de voluntariado pontual ou continuado onde podem ser desenvolvidas ações de conservação, como recolha de resíduos depositados em áreas naturais, monitorização da biodiversidade, controlo de invasoras e campanhas de sensibilização. Os seguros oferecidos pela CMA para as atividades de voluntariado garantem a segurança dos participantes e incentivam a adesão a projetos de conservação.

Objetivos resultantes da SWOT Conservação

Estabelecer parcerias e desenvolver projetos com empresas.
Reforçar a sensibilização, fiscalização e vigilância.
Procurar oportunidades de financiamento.
Realizar estudos periódicos de caracterização e monitorização dos habitats.
Efetuar estudos regulares de caracterização e monitorização da fauna.
Monitorizar e estudar a capacidade de carga na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos (RBMNM).
Promover programa de voluntariado ambiental.
Incentivar práticas de agricultura sustentável.
Continuar e implementar soluções de controlo e ordenamento de acessos e visitação em áreas interditas.
Desenvolver ações para a captura de animais domésticos assilvestrados (cães e gatos).
Realizar o restauro ecológico de habitats degradados e ameaçados.
Monitorização do parasitismo da vespa da acácia longifolia.
Monitorizar a evolução do coberto vegetal da RBMNM.
Monitorizar a população de morcegos na PPAFCC.
Avaliar e ordenar a atividade apícola na Área Protegida.
Estabelecer parcerias e desenvolver projetos com empresas.

Quadro 20: Resultado da análise SWOT. Objetivos, plano de Cogestão a partir do eixo Conservação da natureza.

Diversos objetivos estratégicos do eixo conservação foram delineados a partir da análise SWOT.

A procura ativa de oportunidades de financiamento é igualmente vital para a realização de ações de restauro ecológico. Identificar e beneficiar de fontes de financiamento, como o Fundo Ambiental e o Fundo Europeu para a Renaturalização, são passos fundamentais no sentido de contribuir ao nível da devida articulação entre entidades presentes na área protegida, para os objetivos de conservação da natureza, de proteção da biodiversidade e de restauro ecológico. Contribuir para a resiliência do território onde se insere a área protegida e para a gestão efetiva dos seus riscos naturais, reforçando a coordenação e a articulação institucional.

Estabelecer parcerias sólidas e criar projetos colaborativos com empresas e outras entidades

surge como uma prioridade fundamental. Tais iniciativas visam reduzir os impactos ambientais e proporcionar apoio financeiro a ações concretas de conservação. A colaboração com o setor privado pode trazer recursos adicionais e expertise especializada, ampliando, desta forma, os esforços de conservação e preservação.

O restauro ecológico de habitats, com foco especial na RBMNM e nas Áreas de Intervenção Específica identificadas no Plano de Ordenamento da PPAFCC, designadamente AIE do Acacial e eucaliptal, AIE da faixa de proteção à arriba, AIE de requalificação de espaços degradados, é um objetivo importante, que consubstancia a recuperação de áreas degradadas devido à erosão, invasões biológicas como a acácia e o chorão-das-areias e ação antrópica negativa designadamente espaços de génese ilegal.

Na AIE do Acacial e eucaliptal prioriza a substituição do acacial e eucaliptal por matos dunares e zimbrais com pinhal na planície litoral e na plataforma litoral, bem como a recuperação da estrutura dunar, na planície litoral e a substituição do acacial na arriba por sub-bosque de espécies indígenas e pinhal.

Na AIE da faixa de proteção à arriba identifica-se a necessidade de proteção e valorização da arriba fóssil na Faixa de Proteção da mesma, com eventual necessidade de demolições e renaturalização destas e das áreas de aterro e escavação ou erosão.

Na AIE de requalificação de espaços degradados inclui-se a requalificação dos espaços deteriorados e de edificação dispersa, por vezes de génese ilegal, cujo objetivo consiste na requalificação e renaturalização destas áreas mediante um novo ordenamento do espaço que vise a diminuição do impacto negativo sobre as áreas de proteção total e parcial adjacentes, a recuperação do valor natural e paisagístico e a sua utilização pública.

A promoção de práticas de agricultura sustentável, com foco nas Terras da Costa pretende contribuir ao nível da devida articulação entre entidades presentes na área protegida, para os objetivos de conservação da natureza, de proteção da biodiversidade e de restauro ecológico, designadamente na preservação dos recursos naturais, redução da contaminação do aquífero através da diminuição de fontes poluentes como agroquímicos e fertilizantes, o reforço da estrutura ecológica e corredor ecológico em articulação com as áreas naturais florestais adjacentes e a promoção da atividade económica articulada com a visitação.

Na AIE da Reserva Botânica da Mata dos Medos, para além das ações de gestão florestal e manutenção e apoio à visitação, está indicada a importância de que, em conjunto com as entidades competentes na matéria, a realização de ações específicas regulares de captura de animais domésticos assilvestrados, como cães e gatos, para minoração do impacto desses animais na fauna local.

A realização de estudos periódicos de caracterização e monitorização dos habitats, com especial atenção para os prioritários e para a reserva botânica, é uma medida urgente no eixo comunicação. Estudos que permitam avaliar as condições e alterações nos ecossistemas, facilitando decisões com fundamento técnico-científico e a implementação de estratégias específicas de conservação. Da mesma forma, é imperativo realizar estudos sistemáticos sobre a fauna, abordando a biodiversidade, a dinâmica populacional, a saúde, epidemiologia e as ameaças. A atenção especial às espécies endémicas, prioritárias e ameaçadas é essencial para a preservação da diversidade biológica

na área protegida. Destaca-se ainda a importância da monitorização do parasitismo da vespa da acácia longifolia para controlo dessa invasão biológica,

Importa a promoção de atividades económicas desenvolvidas na área protegida que sejam compatíveis com a proteção dos valores e recursos naturais em presença e contribuir ao nível da devida articulação entre entidades presentes na área protegida, para os objetivos de conservação da natureza, de proteção da biodiversidade e de restauro ecológico.

Avaliar e ordenar a atividade apícola na área protegida com o objetivo de fomentar a atividade e os produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais existentes. A análise da viabilidade e impacto dos apiários como atividade económica na área protegida é um objetivo relevante que visa entender os impactos desta atividade económica em termos de conservação. Avaliação que oferece insights valiosos para decisões futuras.

Assegurar a integridade da área protegida, reforçar a sensibilização, fiscalização e vigilância. Inclui a implementação de medidas práticas que garantam o cumprimento das regras e regulamentos de conservação, bem como a proteção contra atividades com impacto negativo.

A implementação contínua de soluções para controlar e ordenar acessos e visitação é crucial para promover a conservação em áreas sensíveis e interditas. Medidas essenciais para evitar perturbações significativas nos ecossistemas.

A monitorização da capacidade de carga na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos (RBMNM), através de contadores e plataformas digitais, é fundamental para controlar os efeitos negativos da visitação excessiva. Estabelecer uma dinâmica eficiente de monitorização contribui para a gestão sustentável da RBMNM.

Finalmente, a dinamização regular do programa de voluntariado ambiental é uma estratégia valiosa para envolver a comunidade local nas ações de conservação. A participação ativa da comunidade promove um sentido de responsabilidade ambiental e contribui para a execução de tarefas essenciais na preservação da área protegida.

5. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

5.1 Inquérito de auscultação de atores chave e cidadãos

Um PC participativo, necessita da inclusão e cooperação dos interlocutores e utilizadores pelo que, terá que se suportar numa caracterização e diagnóstico prospetivo da área protegida.

A participação pública e o envolvimento de todos os interessados, em especial os residentes e utilizadores da área protegida, devem ser assegurados no desenvolvimento do respetivo modelo de cogestão, nomeadamente, por recurso à realização de um inquérito de opinião (Figura 48).

PAISAGEM PROTEGIDA DA ARRIBA FÓSSIL DA COSTA DA CAPARICA - PPAFCC

Contributos para o Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (PPAFCC); Perceções e Contribuições dos Atores-Chave e cidadãos.

Secção 1

O atual questionário visa obter a contribuição significativa dos atores locais e da comunidade em geral para a elaboração do plano de Cogestão desta área protegida.

As informações recolhidas no formulário destinam-se exclusivamente a recolha de contributos para a elaboração do Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.

A estimativa de tempo para completar este inquérito é de aproximadamente **7 minutos**.

Agradecemos sinceramente a sua participação, pois ela proporcionará uma compreensão mais clara das prioridades percebidas para este território.

O modelo de cogestão das áreas protegidas em âmbito nacional visa promover uma dinâmica colaborativa para valorizar cada área protegida, fundamentada na sustentabilidade. Tendo em vista a promoção de projetos e ações que preservem os valores naturais e atendam às expectativas da sociedade. O objetivo é criar uma relação mais estreita com os cidadãos e as entidades relevantes, promovendo o desenvolvimento sustentável como conservação da natureza, proteção da biodiversidade, restauro ecológico, resiliência do território, gestão de riscos naturais, e na promoção, sensibilização e comunicação dos valores naturais territoriais.

A cogestão da PPAFCC é feita através de uma comissão de cogestão constituída por:

- O Presidente da Câmara Municipal de Almada, que preside à Comissão de Cogestão da PPAFCC;
- O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo- ICNF;
- Representante da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;
- Representantes de duas organizações não-governamentais de ambiente equiparadas, designados pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- Representante da ALA — Associação de Pesca Artesanal, Local e Costeira e de Apoio Social aos Pescadores;
- Representante do Turismo de Portugal — Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa

Figura 48: Capa do inquérito para a recolha de contributos para o Plano de Cogestão da PPAFCC.

5.1.1 Atores chave

Foram identificados os atores chave, interlocutores relevantes na área da PPAFCC e consideradas as atividades predominantes, a usufruição do território e dos seus recursos e potencialidades. O levantamento foi realizado com o apoio da Comissão de Cogestão e da Estrutura de Apoio correspondente. Os atores chave foram categorizados da seguinte forma:

- Entidades governamentais (ligadas ao ambiente, floresta, agricultura, mar, cultura e ordenamento e gestão do território, autarquias, forças de segurança e Proteção Civil, corpos de bombeiros e Capitania);
- Entidades públicas do sector de turismo, organizações e operadores turísticos;
- Associações, Organizações Não Governamentais e comunidades locais, (incluindo comunidades de pescadores artesanais, associação de proprietários, associação e clubes de caça e pesca, associação de produtores e cooperativa agrícola, associações culturais e desportivas e grupos de escoteiros / escuteiros);
- Universidades e instituições de investigação científica;
- Agrupamentos de escolas e instituições de ensino (incluindo associações de pais);
- Órgãos de Comunicação Social.

5.1.2 Resultado do inquérito de auscultação dos atores chave e cidadãos

O inquérito ficou disponível para preenchimento entre os meses de janeiro e março de 2024. A totalidade de respostas recolhidas foi de 250. Do total de 250 respostas foram validadas 245 respostas.

As questões selecionadas para o inquérito podem ser consultadas em anexo, bem como, os dados mais relevantes.

A maior parte dos inquiridos pertencem à categoria de cidadãos, num total de 208. No que respeita aos **atores chave**, foram obtidas 37 respostas (Gráfico 2).



Gráfico 2: Responde ao inquérito como Ator chave ou cidadão.

Todas as **categorias de atores chave** estão representados nas 37 respostas ao inquérito (Gráfico 3):

- 37% - Entidades governamentais (ligadas ao ambiente, floresta, agricultura, mar, cultura e

ordenamento e gestão do território, autarquias, forças de segurança e Proteção Civil, corpos de bombeiros e Capitania);

- 8% - Representando entidades públicas do sector de turismo, organizações e operadores turísticos;
- 37% - Responderam em nome das Associações, Organizações Não Governamentais e comunidades locais, (incluindo comunidades de pescadores artesanais, associação de proprietários, associação e clubes de caça e pesca, associação de produtores e cooperativa agrícola, associações culturais e desportivas e grupos de escoteiros / escuteiros);
- 8% - Universidades e instituições de investigação científica;
- 5% - Agrupamentos de escolas e instituições de ensino (incluindo associações de pais);
- 2% - Órgãos de Comunicação Social.

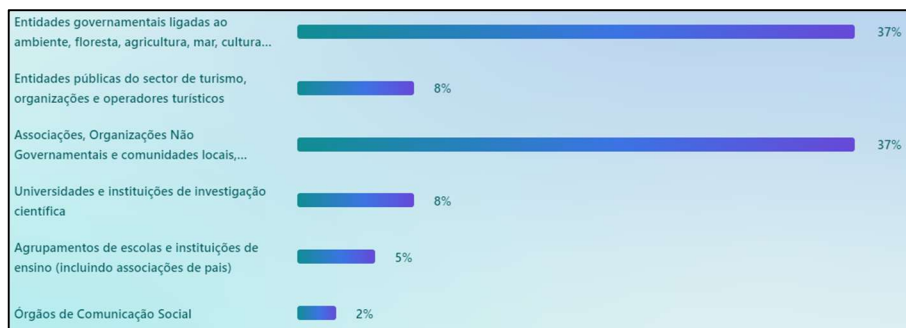


Gráfico 3: Qual grupo de ator chave representa?

Relativamente à **área de residência** dos atores chave e cidadãos inquiridos:

- 182 respostas - concelho de Almada;
- 19 respostas - concelho do Seixal;
- 11 respostas – concelho de Sesimbra.

Na sequência estão os concelhos de: Lisboa (8 repostas), Setúbal (3 respostas), Barreiro, Santarém, Sintra, Odivelas (2 respostas), Albufeira, Amadora, Coimbra, Loures, Melides, Montijo, Odemira, Oeiras, Póvoa do Varzim e Vila Real (1 resposta).

Acerca do **conhecimento dos inquiridos sobre a existência da PPAFCC** (Gráfico 4):

- 136 respostas: têm conhecimento;
- 109 respostas – não têm conhecimento



Gráfico 4: Conhece a PPAFCC?

A questão do conhecimento do inquirido sobre **o que está na base da classificação da PPAFCC** obteve (Gráfico 5):

- 118 respostas positivas;
- 18 respostas negativas.



Gráfico 5: Sabe o motivo da PPAFCC ser uma área protegida?

Acrescenta-se que as respostas se dividiram quanto ao conhecimento dos inquiridos sobre o **motivo de classificação da PPAFCC** (Gráfico 6):

- 14% - Paisagem;
- 28% - Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos;
- 20% - Biodiversidade;
- 33% a Arriba Fóssil;
- 2% - Desconhecimento.



Gráfico 6: Qual ou quais motivos que estiveram na base da criação da PPAFCC?

A questão 'Sabe da existência do **Plano de Ordenamento da PPAFCC**?' (Gráfico 7) obteve:

- 75 respostas afirmativas;
- 61 respostas negativas.



Gráfico 7: Sabe da existência do Plano de Ordenamento da PPAFCC?

Com respeito à ocorrência de atividades exercidas pelos inquiridos dentro da área da PPAFCC (Gráfico 8):

- 37 respostas - a atividade ocorre dentro da área da PPAFCC;
- 90 respostas - a atividade não ocorre dentro da área da PPAFCC;
- 9 respostas - desconhecimento sobre se sua atividade ocorre dentro da área da PPAFCC.

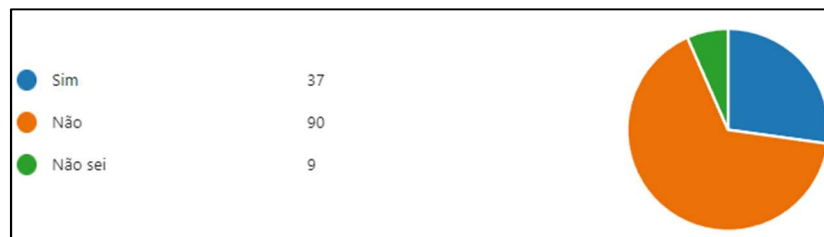


Gráfico 8: A atividade exercida pela entidade que representa ocorre dentro da área ou depende de alguma forma da PPAFCC? (no caso de estar na qualidade de cidadão responda se a sua atividade profissional ocorre dentro da área protegida).

Relativamente à questão que se levanta sobre a **entidade à qual compete a gestão da PPAFCC** (Gráfico 9):

- 93 – respostas afirmativas;
- 43 – respostas negativas

Ainda sobre a mesma questão, os inquiridos com resposta afirmativa consideram que a gestão da PPAFCC é da responsabilidade (Gráfico 10):

- 22% - da Câmara Municipal de Almada;
- 8 % - da Câmara Municipal de Sesimbra;
- 22% - de duas ou mais entidades;
- 46% - do ICNF, I.P..

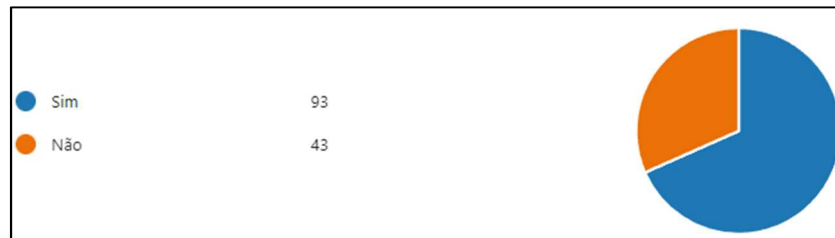


Gráfico 9: Sabe a quem compete a gestão da PPAFCC?

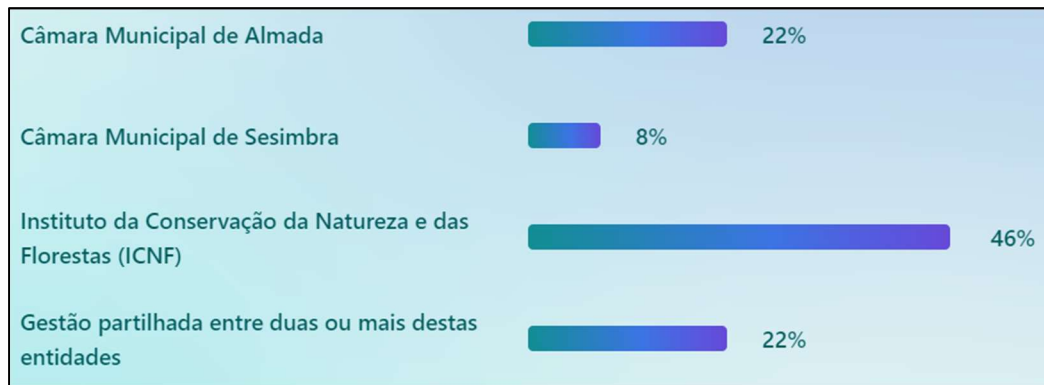


Gráfico 10: Seleccione a(s) entidade(s) que considera que são responsáveis pela gestão da PPAFCC?

Sobre as questões sobre o conhecimento dos inquiridos no âmbito da **visitação e avaliação de equipamento e estruturas de visitação na PPAFCC** (Gráfico 11):

- 199 – Respostas afirmativas quanto a já terem visitado a área protegida;
- 17 - Respostas negativas:



Gráfico 11: Já visitou a PPAFCC?

A maioria dos inquiridos responderam que o **motivo da visita à PPAFCC** está relacionado com atividades lúdicas e de lazer. Contudo, as atividades de voluntariado, turismo, visita à Mata dos Medos (passadiços), atividades de desporto, visitas guiadas, também são motivo de visita à PPAFCC, tal como se pode concluir da nuvem de palavras (Figura 49).



Figura 49: Qual o motivo da visita? (Nuvem de palavras).

Acerca do conhecimento que os inquiridos têm da **existência do equipamento/infraestrutura CIMM**, (Gráfico 12) e qual a sua avaliação sobre o mesmo (Gráfico 12):

- 67 - Respostas afirmativas;
- 52 - Respostas negativas.

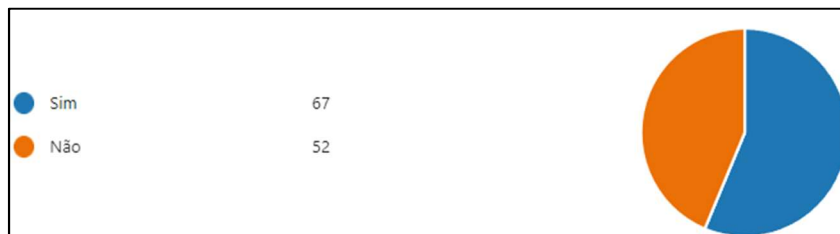


Gráfico 12: Conhece o Centro de Interpretação da Mata dos Medos?

Para questões relacionadas a avaliação de diferentes aspetos da PPAFCC foi utilizada da metodologia Net Promoter Score (NPS). Essa metodologia utiliza de uma escala de 0 a 10, onde:

- Notas 9 e 10 – Promotores (muito satisfeitos);
- Notas 7 e 8 – Neutros (satisfeitos);
- Notas 0 até 6 – Detratores (insatisfeitos).

O gráfico de NPS é uma forma visual de apresentar as respostas dos utilizadores sobre sua probabilidade de recomendar um serviço ou produto a outros.

No caso da questão referente à **avaliação do CIMM** (Gráfico 13), o NPS de -32 é visualizado através da predominância da barra de Detratores, que é significativamente maior que a barra de Promotores, indicando que a maioria dos inquiridos está insatisfeita com o espaço CIMM.



Gráfico 13: Qual a sua avaliação sobre Centro de Interpretação da Mata dos Medos?

Foram solicitadas aos inquiridos **sugestões para melhorar a infraestrutura de visitação CIMM** (Quadro 21).

Melhores Instalações, melhor acessibilidade, centro exposições, cafetaria.
Maior divulgação junto da população.
Qualidade do espaço exterior (mais jogos e atividades), plano de atividades anual com iniciativas de exploração regulares e de qualidade,

oficinas/ateliers, sinalética de identificação do espaço, horário de funcionamento adaptado à realidade de quem quer visitar a PPAFCC.
Maior dinamismo junto da população. Desenvolver projetos à semelhança da "Metáfora"
Melhorar o atendimento ao público.
Publicidade.
Divulgação de atividades.
Ter um espaço para receção de utilizadores com informações úteis sobre a PPAFCC, como panfletos informativos.
Atividades de sensibilização e outras com a comunidade local.
Devia ter uma exposição permanente sobre a AP.
O acesso ao público através de ações educativas e outras, bem planeadas e divulgadas a nível camarário e nas freguesias.
Maior relação entre atividades culturais e educação ambiental.
Mais divulgação e atividades com as escolas.
Mais atividades lúdicas.
Pouca divulgação e carece de melhoria / modernização de conteúdos informativos.
Melhorar a qualidade da informação disponibilizada aos utilizadores, dispor de um centro de documentação acessível aos utilizadores.

Quadro 21: O que considera que pode melhorar no Centro de Interpretação da Mata dos Medos?

À questão sobre o conhecimento dos inquiridos sobre percursos interpretativos na PPAFCC

(Gráfico 14):

- 47 – Respostas afirmativas (têm conhecimento);
- 36 – Respostas negativas (não têm conhecimento);
- 36 - Respostas (conhecimento de alguns percursos).

A **avaliação desses percursos** indica que a experiência dos utilizadores é mais negativa do que positiva (Gráfico 15).

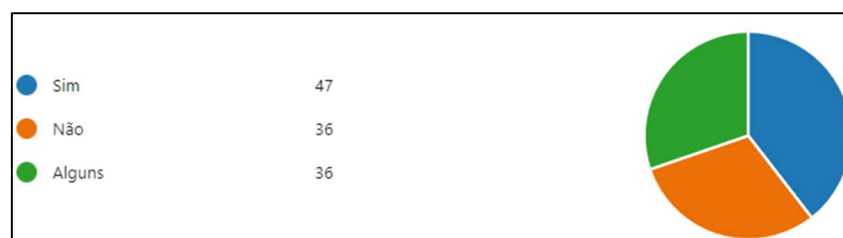


Gráfico 14: Conhece os percursos interpretativos da PPAFCC?



Gráfico 15: Qual a sua avaliação sobre os percursos interpretativos da PPAFCC?

As considerações sobre o que os inquiridos afirmam poder melhorar nos percursos interpretativos podem ser consultadas no Quadro 22.

A sinalética.
Maior divulgação dos mesmos percursos.
Acessos pedonais e cicláveis.
Os percursos no interior da mata têm muito lixo. Talvez mais caixotes ou mais painéis de sensibilização para esta temática.
Manutenção dos passadiços. Reforço da sinalética.
Introdução de mais sinalética de interpretação ambiental e de estações/pontos de interesse educativos.
Visitas guiadas (x / semana), rotas micológicas, ornitológicas, botânicas, fotográficas, escolas. Mais sinalética informativa e antivandalismo. Enriquecimento como alguns pontos de arborismo /baloios / pequeno percurso elevado à cota de copa de árvores.
Aumentar os acessos, por exemplo as praias de modo a prevenir a destruição da fauna, flora e da própria arriba. Melhorar os acessos por transportes públicos para evitar carros. Colocar parque de bicicletas.
Ampliar a sua extensão e uma maior limpeza da de lixos e remoção de construções ilegais.
Identificação das espécies animais e vegetais e ainda elementos escritos e desenhados sobre as formações geológicas do local.

Quadro 22: O que considera que pode melhorar nos percursos interpretativos da PPAFCC?

No que diz respeito aos **passadiços na RBMNM** (Gráfico 16):

- 89 pessoas responderam conhecer os passadiços;
- 20 responderam não conhecer;
- 10 pessoas responderam conhecer alguns dos passadiços.

A avaliação relativa ao conhecimento dos inquiridos sobre os passadiços foi neutra (Gráfico

17).



Gráfico 16: Conhece os passadiços da PPAFCC?



Gráfico 17: Qual a sua avaliação sobre os passadiços da PPAFCC?

Melhorias consideradas pelos inquiridos relativamente aos passadiços da RBMM (Quadro

23).

Manutenção dos passadiços. Instalação de bancos de repouso ao longo dos percursos em passadiço.
Introdução de mais sinalética de interpretação ambiental e de estações/pontos de interesse educativos.
Caixotes do Lixo nos passadiços.
Não sou grande adepto de passadiços, construídos de forma "massiva" na paisagem. Acho que são úteis em locais de difícil passagem (por uma questão de segurança). Sou mais adepto de trilhos que não alterem de demasia a paisagem. Como melhoria, se duvida, a recolha de lixo e a vigilância, devido à enorme afluência.
Remoção dos passadiços.
Não cortar tantas árvores para a colocação dos passadiços.
Vigilância e manutenção. E estendê-los por mais km. Colocar mãos e melhor informação interpretativa. E divulgar-los mais de forma educativa.
Falta no início do percurso um mapa de toda a área protegida e onde seja claramente indicado quem gere esta área protegida.
Sinalização, vigilância, caixotes para recolha de lixos e limitar os utilizadores a um corredor específico, impossibilitando as pessoas a caminhar nas matas de forma anárquica.
Sinalética, segurança e recolha de lixos. Ao mesmo tempo delimitar as zonas de circulação.
Interligação com outros percursos alternativos/complementares, nomeadamente com o percurso GR11-E9 (Grande Rota).

Quadro 23: O que considera que pode melhorar nos passadiços da PPAFCC?

Quanto ao conhecimento dos inquiridos sobre os **miradouros** existentes na PPAFCC (Gráfico 18).

- 82 respostas afirmativas, conhecem os miradouros;
- 14 respostas negativas, não conhecem os miradouros;
- 23 respostas, conhecem parte dos miradouros.

A avaliação sobre o conhecimento dos inquiridos sobre os miradouros é acentuadamente positiva (Gráfico 19).



Gráfico 18: Conhece os miradouros da PPAFCC?

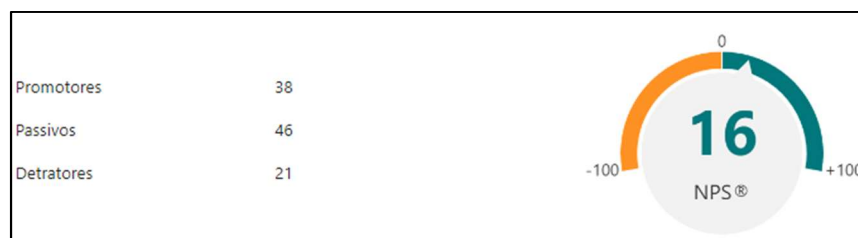


Gráfico 19: Qual a sua avaliação sobre os miradouros da PPAFCC?

A questão levantada sobre os **parques de merendas da PPAFCC** no inquérito, teve um total de (Gráfico 20):

- 73 respostas afirmativas (conhecem os parques de merendas);
- 26 respostas negativas (não conhecem os parques de merendas);
- 20 respostas (conhecem alguns parques de merendas).

O nível de conhecimento dos inquiridos sobre os parques de merendas da PPAFCC foi mais positiva do que negativa (Gráfico 21).

No que diz respeito à **qualidade das infraestruturas parques de merendas** o asseio/higiene foi identificado como o principal fator a necessitar de medidas de beneficiação nos parques de merendas, conforme o demonstra a nuvem de palavras (Figura 50).

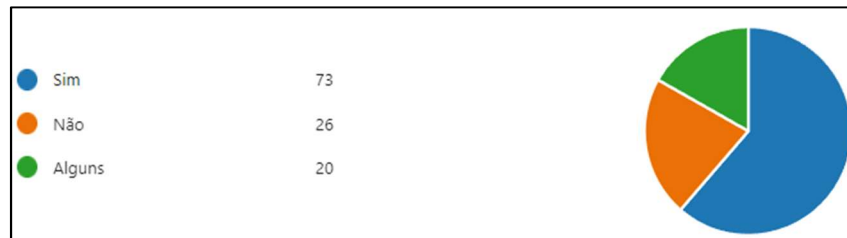


Gráfico 20: Conhece os parques de merendas da PPAFCC?



Gráfico 21: Qual a sua opinião sobre os parques de merendas da PPAFCC?



Figura 50: O que considera que pode melhorar nos parques de merendas da PPAFCC? (Nuvem de Palavras).

Relativamente ao conhecimento dos inquiridos sobre a existência de **sinalética na PPAFCC** (painéis e placas informativos, etc.), obtiveram-se (Gráfico 22):

- 96 respostas afirmativas (conhecem a sinalética da PPAFCC);
- 23 respostas negativas (não conhecem a sinalética da PPAFCC);

No que diz respeito à **sinalética ser suficiente ou insuficiente**, obtiveram-se (Gráfico 23):

- 46 respostas positivas (a sinalética é suficiente);
- 73 respostas negativas (a sinalética é insuficiente);

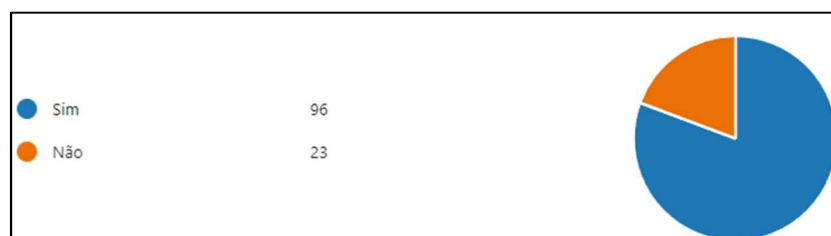


Gráfico 22: Conhece a sinalética (painéis informativos, placas de orientação, etc.) que existem na PPAFCC?

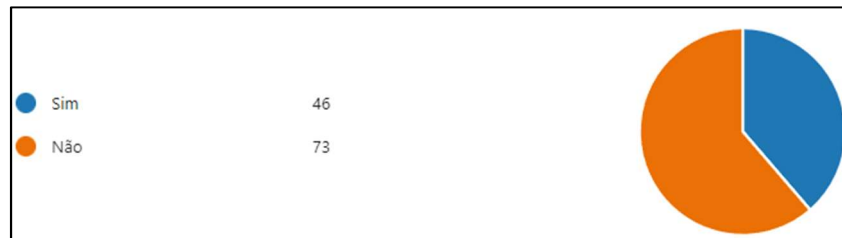


Gráfico 23: Considera suficiente a sinalética (painéis e placas informativos, de orientação, etc.)?

Relativamente à opinião dos inquiridos sobre os **parques de estacionamento automóvel** serem adequados ou inadequados para uso dos equipamentos da PPAFCC, obtiveram-se (Gráfico 24):

- 63 respostas positivas (são adequados);
- 56 respostas negativas (são inadequados).

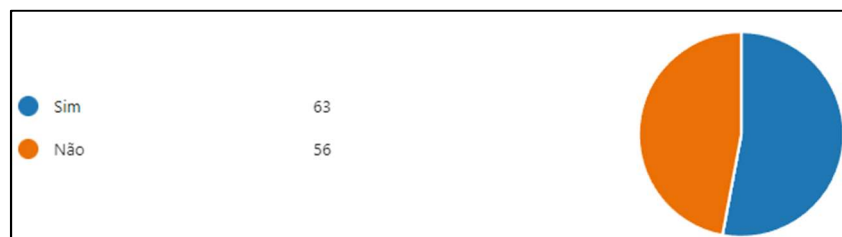


Gráfico 24: Considera que o estacionamento automóvel para o uso dos equipamentos da PPAFCC é adequado?

Sobre a questão '**Reconhece a importância da PPAFCC?**', obtiveram-se (Gráfico 25):

- 132 respostas positivas (reconhecimento da importância da PPAFCC);
- 4 respostas negativas (não reconhecimento da importância da PPAFCC).



Gráfico 25: Reconhece a importância da PPAFCC?

No que diz respeito às questões formuladas acerca da **comunicação da PPAFCC**, foi apurado o seguinte:

Quanto à informação recebida relativa à PPAFCC (Gráfico 26), via e-mail, redes sociais, rádio, televisão, etc.:

- 25 respostas positivas (inquiridos receberam informação);
- 111 respostas negativas (inquiridos nunca receberam informação).

Os principais canais de comunicação apontados pelos inqueridos foram (Gráfico 27):

- 11 respostas: Site da Câmara Municipal de Almada;
- 9 respostas: via E-mail;
- 8 respostas: outros meios de comunicação;
- 7 repostas: Facebook;
- 6 repostas: Instituições de ensino.



Gráfico 26: Recebe ou já recebeu alguma informação sobre a PPAFCC?

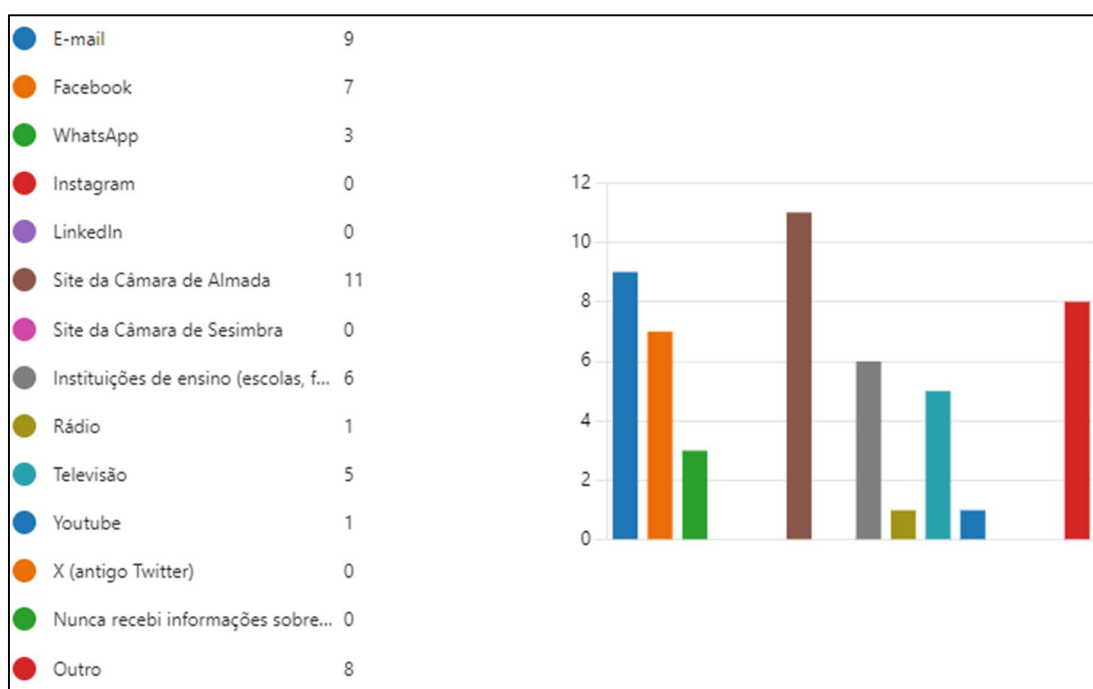


Gráfico 27: Através de que canal? (e-mail, redes sociais, rádio, televisão, etc.)

Sobre as questões acerca de ser suficiente a divulgação que se produz da PPAFCC e da eficácia da divulgação produzida, foi apurado o seguinte:

As repostas ao inquérito indicam que os inquiridos consideram que a divulgação produzida sobre a PPAFCC é insuficiente, da mesma forma que consideram que a divulgação sobre a PPAFCC não é eficaz (Gráfico 28 e Gráfico 29).

As respostas ao inquérito revelam que os meios de comunicação que os inquiridos consideram serem mais importantes para divulgar a PPAFCC são (Gráfico 30):

- Site da Câmara de Almada (84 respostas);
- Instituições de ensino (74 respostas); E-mail (72 respostas);
- Instagram (70 respostas);
- Facebook (66 respostas), entre outras.



Gráfico 28: Considera a divulgação sobre a PPAFCC suficiente?



Gráfico 29: Considera a divulgação sobre a PPAFCC eficiente?

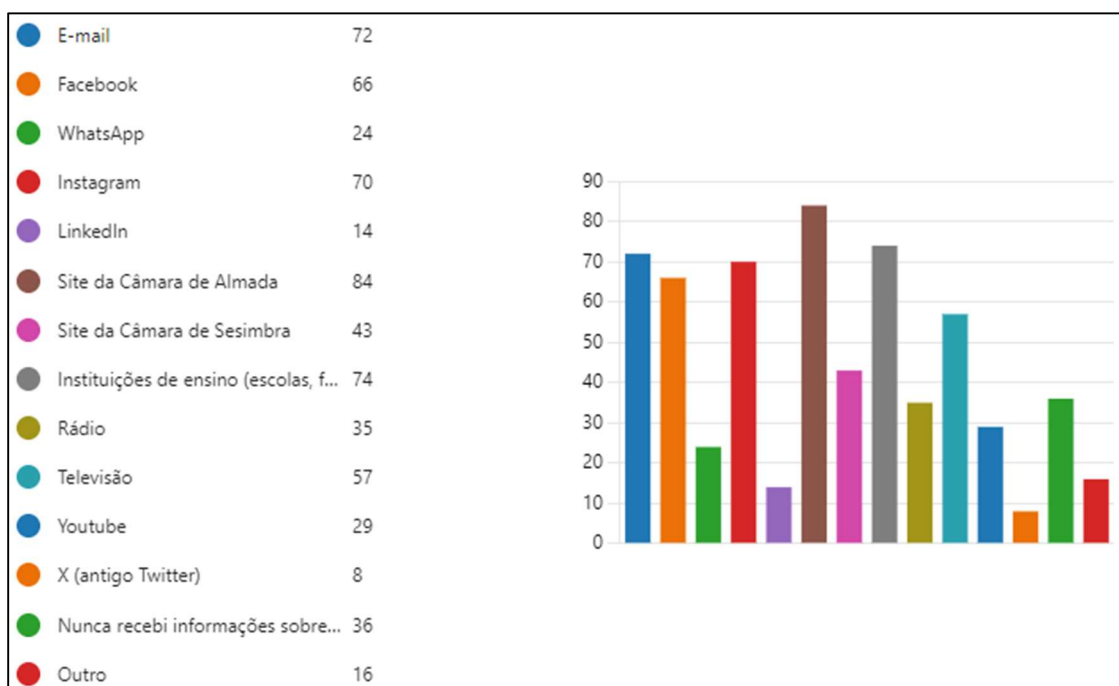


Gráfico 30: Quais são os meios de comunicação que considera mais importantes para receber informações sobre a PPAFCC?

São indicadas no Quadro 24 ações de conservação, valorização e preservação da PPAFCC consideradas prioritárias por parte dos inquiridos.

Apostar na educação e sensibilização do público mais jovem.
Ordenamento que implique retirar construções ilegais existentes e que continuam a surgir.
Fiscalização apertada e consistente.
Sensibilização/ educação da população - mais atividades de lazer na PPAFCC com este fim. Especial atenção às zonas limítrofes onde o desrespeito pela natureza é visível, por exemplo, na deposição de lixo na mata na zona dos Capuchos.
Investigação científica dedicada aos valores naturais e patrimoniais.
Controlo de espécies invasoras e plantações de pinheiros mansos.
Censos e epidemiologia de Fauna com periodicidade para servir como indicador e task-guide. Gestão de espécies invasoras (fauna / flora) e felinos domésticos. Controlo de procecionária. Triturar e espalhar combustíveis florestais caídos /mortos. Diversificar o mosaico de espécies florestais. Charcos temporários. Vigilância churrascos, caça e atividades todo-terreno. Colocação de Morouços (abrigos para coelho-bravo), abrigos para morcegos e ninhos para aves. Passagens de fauna em pontos críticos de estradas e corredor ecológico com as Áreas Protegidas + próximas. Pré-avaliação e estudo para eventual introdução futura de herbívoros domésticos ou silvestres. Vigilância máxima e agilização de protocolos e meios para rápida intervenção em incêndios.
Melhor ordenando território, nomeadamente, fiscalizar de forma efetiva a construção clandestina e proceder à demolição de construções não legalizadas.
Valorizar o papel do ICNF, I.P., melhorar transporte coletivo (metro/transpraia) controlar construções ilegais.
A educação e sensibilização das populações, nomeadamente dos moradores.

Quadro 24: Existe alguma outra ação que considera prioritária para a conservação, valorização e preservação da PPAFCC?

5.3.1 Conclusões do Inquérito de auscultação de atores chave e cidadãos

Com base nas respostas facultadas pelos inquiridos foi possível compreender e tornar mais clara a ideia sobre:

- a relação existente entre a comunidade e a PPAFCC;
- a perceção de dificuldades e oportunidades existentes na PPAFCC;
- os projetos e as ações de conservação, preservação e valorização prioritárias para o território PPAFCC;
- as respostas às questões abertas evidenciaram o interesse dos inquiridos no processo de criação do PC;
- os fatores determinantes para a sustentabilidade da PPAFCC revelados pelos inquiridos (interlocutores e utilizadores).

6. CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública da Proposta de Plano de Cogestão da PPAFCC (2025–2027) foi anunciada por edital municipal da Câmara Municipal de Almada (Figura 51). Teve início no dia 14 de abril de 2025 e decorreu por um período de 22 dias úteis, encerrando-se em 16 de maio de 2025, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto. Após o término da consulta pública, o PC é submetido à aprovação da Comissão de Cogestão e do Conselho Estratégico da PPAFCC.



Figura 51- Edital N.º 95/2025

7. MEDIDAS E AÇÕES DO PLANO DE COGESTÃO DA PPAFCC

7.1 Objetivos estratégicos

Com base nas reuniões setoriais, na análise SWOT e nos encontros realizados com os atores chave e cidadãos durante a elaboração do PC da área protegida na PPAFCC, foram estabelecidos os objetivos para cada um dos eixos (Comunicação, Sensibilização, Valorização e Conservação) do PC.

Os objetivos definidos para cada um destes eixos surgiram de um processo participativo e colaborativo, que envolveu numerosas deliberações e discussões em grupo. Durante este processo, tornou-se evidente que alguns objetivos, inicialmente associados a certos eixos, beneficiariam de uma realocação estratégica noutros eixos para maximizar a eficácia das intervenções propostas e assegurar uma abordagem integrada e coerente.

No eixo Comunicação os objetivos estratégicos pretendem melhorar a comunicação entre todos os interlocutores e utilizadores da PPAFCC, fomentar a disseminação de informações de qualidade sobre a área, através de campanhas informativas e o uso de plataformas digitais, designadamente:

- Objetivo Específico 1. Fomentar Colaborações e Parcerias Sustentáveis;
- Objetivo Específico 2. Manter um registo ativo de atores chave, empresas, entidades e pessoas que tem atividades conexas com a área protegida;
- Objetivo Específico 3. Fortalecer o intercâmbio entre áreas protegidas;
- Objetivo Específico 4. Aumentar a informação aos visitantes com conteúdos de consulta e reforçando a interação digital
- Objetivo Específico 5. Promover a visibilidade da PPAFCC.

Para o eixo da Sensibilização, os objetivos buscam a maior consciência ambiental entre os diversos públicos-alvo, incluindo a população local, visitantes e escolas. A realização de atividades educativas, workshops e programas de voluntariado são algumas das ações previstas para este fim. No processo de elaboração do PC, os objetivos estratégicos que nortearam as ações específicas foram:

1. Promover a Educação e Sensibilização Ambiental na Comunidade;
2. Capacitar agentes locais e profissionais;
3. Incentivar práticas agrícolas sustentáveis;
4. Promover o Uso de Meios de Transporte Sustentáveis;
5. Aumentar a Presença e a Divulgação nas Redes Sociais.

O eixo da Valorização concentra-se em iniciativas que visam realçar os valores naturais e culturais da PPAFCC. Entre os objetivos estabelecidos para esse eixo foram os seguintes:

1. Valorizar as portas de entrada da PPAFCC e conhecer os visitantes;
2. Preservar e Divulgar o Património Cultural e Natural;
3. Melhorar a Infraestrutura para uma Experiência de Visitação Sustentável.

Por fim, o eixo da Conservação é direcionado para a proteção e recuperação dos habitats e espécies que caracterizam a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Os objetivos identificados para esse eixo incluem a implementação de medidas de gestão ecológica, monitorização contínua da biodiversidade e ações de restauro ecológico, estando elencados a seguir:

1. Monitorização e Investigação da Biodiversidade e Geologia da PPAFCC;
2. Avaliação da Capacidade de Carga e Sustentabilidade dos Recursos Naturais;
3. Implementação de Práticas de Gestão Florestal e Ecológica Sustentáveis;
4. Controlo e Gestão de Espécies Invasoras e Animais Assilvestrados.

7.2 Ações prioritárias do PC da PPAFCC

O inquérito de auscultação dos atores chave, as reuniões setoriais e os encontros realizados para a análise SWOT forneceram os subsídios necessários para a determinação das ações prioritárias em cada eixo estratégico do plano. Tabela 1 demonstra os Eixos Estratégicos, Ações prioritárias e o Orçamento previsto para as atividades apresentadas nesta proposta de PC da PPAFCC. Essas ações foram fundamentadas em diversos elementos cruciais, entre os quais o diagnóstico prospetivo do território, os resultados do processo de auscultação pública e os objetivos delineados pela Comissão de Cogestão. Também foram levados em conta o enquadramento de agendas ambientais globais e nacionais, tais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas; A Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030; a Estratégia Nacional e Regional do Programa Portugal 2030; e o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, entre outros. Foram ainda considerados instrumentos de gestão territorial, como o POPPAFCC, PDM, entre outros.

A tabela referente a cada um dos eixos contém informações sobre as ações específicas a serem implementadas. Cada ação é acompanhada pela sua prioridade de execução, classificada em alta, média ou baixa. Além disso, a tabela inclui os indicadores de execução que ajudarão a monitorizar o progresso das ações, bem como as metas estabelecidas para cada uma delas. O período de execução é também apresentado. A Entidade Promotora de cada ação está atribuída, assim como os parceiros envolvidos, o que facilita a gestão e a colaboração entre as partes envolvidas. Por fim, a tabela identifica potenciais financiadores para as ações e apresenta as colunas de estimativa e orçamento, sendo estimativa, os valores das ações ainda sem fontes de financiamento garantidas e, orçamento, os valores de ações que já se tem as fontes de financiamento.

Tabela 1: Eixos estratégicos, Ações específicas e orçamento previsto para o Plano de Cogestão da PPAFCC.

EIXO	MEDIDAS	AÇÕES GERAIS	ESTIMATIVA DE CUSTO
COMUNICAÇÃO	1.1 Dinamização do Modelo de Cogestão	1.1.1 - Dinamização da rede e parceria com atores locais	174.000 €
		1.1.2 Dinamização de eventos de transferência de conhecimento	
	1.2 - Materiais informativos e de divulgação	1.2.1 - Desenvolvimento de conteúdos e suportes de comunicação de apoio à valorização e visitação	
SENSIBILIZAÇÃO	2.1 - Educação, sensibilização ambiental	2.1.1 - Elaboração e divulgação do Plano de Sensibilização e Comunicação e do Calendário de Atividades	97.800 €
		2.1.2 - Dinamizar ações de educação e sensibilização ambiental da PPAFCC	

	2.2 - Formação e capacitação	2.2.1 - Desenvolver e implementar ações de formação e capacitação	
	2.3 - Voluntariado ambiental e envolvimento da comunidade	2.3.1 - Dinamização de campanhas de voluntariado, participação pública e envolvimento das comunidades	
VALORIZAÇÃO	3.1 - Portas de Entrada	3.1.1 - Promoção e valorização das portas e entradas	14.120.409,03 €
	3.2 - Infraestruturas de lazer e visitação	3.2.1 - Requalificação/aquisição de equipamentos e sinalética de visitação	
	3.3 - Rotas e percursos interpretativos	3.3.1 - Criação de rede de rotas e percursos na PPAFCC	
	3.4 -Visitação	3.4.1 - Monitorização da visitação	
		3.4.2 - Ordenamento do estacionamento	
		3.4.3 - Promoção da mobilidade sustentável	
		3.4.4 - Otimizar a gestão de resíduos	
		3.4.5 - Melhoria da fiscalização e segurança na PPAFCC	
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO	4.1 - Investigação e monitorização	4.1.1 - Monitorização da fauna, flora e habitats da PPAFCC, geologia, hidrologia e património paleontológico da PPAFCC	5.228.081,86 €
		4.1.2 - Levantamento do património cultural e histórico a recuperar e sua caracterização	
		4.1.3 - Monitorização da capacidade de carga	
	4.2 - Gestão Florestal.	4.2.1 - Gestão Florestal	
	4.3 - Conserva�o da natureza, controlo de espécies exóticas e restauro de ecossistemas	4.3.1 - Restauro dos sistemas dunares costeiros	
		4.3.2 - Restauro do Acacial da planície litoral e outras áreas com espécies exóticas e invasões biológicas	
		4.3.3 - Restauro ecológico de áreas sujeitas a incêndios	
		4.3.4 - Robustecimento dos corredores ecológicos	
		4.3.5 - Controlo de animais assilvestrados	
	4.4 - Ordenamento e Requalifica�o dos espaços degradados e de edifica�o dispersa, por vezes de génese ilegal	4.4.1 - Ordenamento e Requalifica�o dos espaços degradados e de edifica�o dispersa	
	4.5 - Promo�o da Agricultura sustentável / desenvolvimento sustentável	4.5.1 - Promo�o da sustentabilidade das atividades económicas de agricultura e pesca e desenvolvimento da marca Terras da Costa e do Mar (Agroparque das Terras da Costa e do Mar)	
ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL			19.620.290,89 €

7.3 Eixo 1: Comunicação

Tabela 2: Ações do Eixo 1 - Comunicação

ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO: 174.000€											
Medidas	Ações Gerais	Ações Específicas	Prioridade	Indicadores de execução	Metas	Período	Entidade Promotora	Parceiros	Possíveis Fontes de Financiamento	Estimativa	Orçamento
1.1 Dinamização do modelo de cogestão	1.1.1 - Dinamização da rede e parceria com atores locais	1.1.1.1 - Manter atualizada a rede de atores chave	Média	Lista atualizada dos atores-chave	1 Lista	2025 – 2027	Entidades da Comissão de Cogestão	-	n.a	n.a	
		1.1.1.2 - Dinamizar a rede de atores chave	Alta	Reunião para atores chave; newsletter para atores chave.	1 reunião por ano; newsletter bimensal	2025 – 2027	Entidades da Comissão de Cogestão	-	n.a	n.a	
		1.1.1.3 - Estabelecer parcerias com forças de segurança locais	Alta	Reuniões e ações de fiscalização conjuntas com as forças de segurança	Encontros mensais e número de ações de fiscalização a definir	2025 – 2027	ICNF, I.P. + CMA + CMS	Entidades da Comissão de Cogestão + Forças de segurança	n.a	n.a	
		1.1.1.4 - Estabelecer parcerias com associações, organizações não governamentais, e outras organizações	Média	Realização de parcerias e protocolos para realização de ações do PC PPAFCC	8 ações ano	2025 – 2027	Entidades da Comissão de Cogestão	-	n.a	n.a	
		1.1.1.5 - Promoção de ações em parceria com empresas	Média	Realização de ações de sensibilização e consciencialização com o apoio das empresas	4 ações ano	2025 – 2027	Entidades da Comissão de Cogestão	-	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	6 000,00 €	
	1.1.2 Dinamização de eventos de transferência de conhecimento	1.1.2.1 - Promoção de ações de intercâmbio técnico com outras áreas protegidas	Baixa	Encontros de intercâmbio de experiências	1 encontro por ano.	2025 – 2027	CCDR-LVT + ICNF, I.P.	CMA+CMS+ Centro de Arqueologia de Almada	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	4 500,00 €	

Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica 2025-2027

		1.1.2.2 - Realização de eventos de Promoção da PPAFCC	Alta	Evento anual comemorativo do aniversário; evento promocional da Grande Rota; Evento da Arte Xávega	1 evento por ano.	2025 – 2027	CCDR-LVT + ICNF, I.P. + CMA + CMS	Centro de Arqueologia de Almada + Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa + FCT/UNL + CAA	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	9 000,00 €	
		1.1.2.3 - Promoção e apoio a workshops, palestras, formação relacionadas com a área protegida	Média	Participação da Comissão de cogestão em sessões de formação, palestras e outras ações públicas e participativas em temas relacionados com a área protegida	3 participações por ano	2025 – 2027	CCDR-LVT + ICNF, I.P. + CMA + CMS + FCT/UNL	Centro de Arqueologia de Almada +Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa + Academia	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	4 500,00 €	
1.2 - Materiais informativos e de divulgação da PPAFCC	1.2.1 - Desenvolvimento de conteúdos e suportes de comunicação	1.2.1.1 - Desenvolver material informativo de consulta	Média	Brochura; publicações diversas; guia de atividades; código de conduta	Verificar ficha da ação	2026 - 2027	CCDR-LVT+ICNF, I.P.+CMA+CMS	Centro de Arqueologia de Almada +Entidade regional de turismo da região de Lisboa+FCT/UNL	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	76 000,00 €	
		1.2.1.2 - Criação e manutenção de plataforma digital (site)	Baixa	Desenvolvimento e manutenção da plataforma digital (site)	1 site	2026 - 2027	CCDR-LVT+ICNF, I.P.+CMA+CMS	Centro de Arqueologia de Almada +Entidade regional de turismo da região de Lisboa+FCT/NOVA	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	24 000,00 €	
		1.2.1.3 - Desenvolver aplicação móvel	Baixa	Desenvolvimento da aplicação móvel	Aplicação móvel	2026 - 2027	FCT/UNL	CCDR-LVT+ICNF, I.P.+CMA+CMS	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	50 000,00 €	

7.3.1 Fichas de ações do Eixo Comunicação

Eixo: 1. Comunicação		
Medida: 1.1 Dinamização do modelo de cogestão		
Ação Geral: 1.1.1 - Dinamização da rede e parceria com atores locais.		
Objetivos: Estabelecer um canal de comunicação eficaz com os atores chave que atuam na PPAFCC		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
1.1.1.1 - Manter atualizada a rede de atores chave	2025 – 2027	n.a
1.1.1.2 - Dinamizar a rede de atores chave, designadamente através de reuniões e newsletters	2025 – 2027	n.a
1.1.1.3 - Estabelecer parcerias com forças de segurança locais	2025 – 2027	n.a
1.1.1.4 - Estabelecer parcerias com associações, organizações não governamentais (ONGs), e fundações ambientais	2025 – 2027	n.a
1.1.1.5 - Promoção de ações em parceria com empresas	2025 – 2027	6.000 €
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	Entidades da Comissão de Cogestão	
Entidades parceiras	Entidades da Comissão de Cogestão + Forças de segurança	
Investimento total		
6.000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
2.000 €	2.000 €	2.000 €
Resultados Esperados		
Lista atualizada dos atores-chave; Reunião anual para atores chave; newsletter bimensal para atores chave; Realização de parcerias com as forças de segurança; Realização de parcerias para realização de ações do PC PPAFCC; Realização de ações de sensibilização e consciencialização como apoio das empresas		
Contributos para os ODS		
17 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO		

Eixo: 1. Comunicação		
Medida: 1.1 Dinamização do modelo de cogestão		
Ação Geral: 1.1.2 Dinamização de eventos de transferência de conhecimento relacionados com as áreas protegidas		
Objetivos: Facilitar a troca de conhecimentos e experiências para aprimorar a gestão da área protegida por meio de cooperação técnica com outras regiões; Aumentar a visibilidade e a consciencialização sobre a importância da área protegida; Promover a aprendizagem e o envolvimento em questões ambientais relevantes para a conservação da área protegida		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
1.1.2.1 - Promoção de ações de intercâmbio técnico com outras áreas protegidas	2025 – 2027	4.500 €
1.1.2.2 - Realização de eventos de Promoção da PPAFCC	2025 – 2027	9.000 €
1.1.2.3 - Promoção e apoio a workshops, palestras, formação relacionadas com a área protegida	2025 - 2027	4.500 €
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CCDR-LVT + ICNF, I.P. + CMA + CMS + FCT/UNL	
Entidades parceiras	Centro de Arqueologia de Almada + Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa + Academia	
Investimento total		
18.000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
6.000 €	6.000 €	6.000 €
Resultados Esperados		
Encontros anuais de intercâmbio para troca de experiências; Eventos de promoção da PPAFCC (aniversário, arte-xávega, grande rota); Participação da Comissão de cogestão em sessões de formação, palestras e outras ações públicas e participativas em temas relacionados com a área protegida.		
Contributos para os ODS		
17 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO		

Eixo: 1. Comunicação		
Medida: 1.2 - Materiais informativos e de divulgação		
Ação Geral: 1.2.1 - Desenvolvimento de conteúdos e suportes de comunicação de apoio à valorização e visitação		
Objetivos: Aumentar o conhecimento dos visitantes e população sobre os valores naturais e património cultural material e imaterial da PPAFCC		
Ações propostas	Ano de Implementação	Investimento estimado
1.2.1.1 - Desenvolver material informativo de consulta	2026 - 2027	76.000 €
1.2.1.2 - Criação e manutenção de plataforma digital (site)	2025 - 2027	24.000 €
1.2.1.3 - Desenvolver aplicação móvel, para auxiliar os visitantes na exploração autónoma dos percursos	2026 - 2027	50.000 €
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CCDR-LVT+ICNF, I.P.+CMA+CMS+FCT/UNL	
Entidades parceiras	Centro de Arqueologia de Almada +Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa + FCT/NOVA	
Investimento total		
150.000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
0 €	128.000 €	22.000 €
Resultados Esperados		
Brochura; publicações diversas; guia de atividades; código de conduta; Desenvolvimento e manutenção da plataforma digital (site); Desenvolvimento e impressão de: brochura, publicações diversas, guia de atividades; código de conduta entre outras; Desenvolvimento e manutenção da plataforma digital (site) da Cogestão da PPAFCC; Desenvolvimento da aplicação móvel.		
Contributos para os ODS		
17 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO		

7.4 Eixo 2: Sensibilização

Tabela 3: Ações do Eixo 2 – Sensibilização

EIXO 2: SENSIBILIZAÇÃO – ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO: 97.800€											
Medidas	Ações Gerais	Ações Específicas	Prioridade	Indicadores de execução	Metas	Período	Entidade Promotora	Parceiros	Possíveis Fontes de Financiamento	Estimativa	Orçamento
2.1 - Educação, sensibilização ambiental	2.1.1 - Elaboração e divulgação do Plano de Sensibilização e Comunicação e do Calendário de Atividades	2.1.1.1 - Elaboração, aprovação e execução do plano de sensibilização e comunicação	Alta	Plano de sensibilização e comunicação	1 Plano de sensibilização e comunicação	2025 – 2027	Entidades da Comissão de Cogestão	-	n.a	n.a	
		2.1.1.2 - Comunicação do plano e atividades para sensibilização	Alta	Número de publicações em redes sociais e sites e newsletters	12 publicações por ano	2025 – 2027	Entidades da Comissão de Cogestão	-	n.a	n.a	
	2.1.2 - Dinamizar ações de educação e sensibilização ambiental da PPAFCC	2.1.2.1 – Dinamização de sessões regulares para o público escolar	Alta	Número de ações por ano	8 ações por ano	2025 – 2027	CCDR- LVT +ICNF, I.P.+CMA+CMS	Centro de Arqueologia de Almada +FCT-NOVA + Agrupamentos de escola + Associação Almada Mundo + ALA + Bela Associação de Cacilhas	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios) e ONG	65 400,00 €	
		2.1.2.2 – Dinamização de sessões regulares o público em geral	Alta	Número de ações por ano	2 ações por ano	2026 – 2027	CCDR – LVT + ICNF, I.P.+CMA+CMS	Centro de Arqueologia de Almada +FCT-NOVA+ALA	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	10 000,00 €	

Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica 2025-2027

2.2 - Formação e capacitação	2.2.1 - Desenvolver e implementar ações de formação e capacitação	2.2.1.1 - Formação para agentes que desenvolvem atividades de formação, sensibilização, turismo ou outras	Baixa	Número de formações por ano	1 formação	2025 – 2027	ICNF, I.P.+CMA+CMS	Centro de Arqueologia de Almada + Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa +FCT-NOVA+CAA+ALA + Centros de formação + Academia	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	9 000,00 €	
		2.2.1.2. Constituição de grupo de trabalho para avaliar o potencial da PPAFCC como área natural para a promoção da saúde e bem-estar e desenvolvimento de Ecoterapias.	baixa	Criação do Grupo de Trabalho	1 relatório	2027	Entidades da Comissão de Cogestão	-	n.a	n.a	
2.3 - Voluntariado ambiental e envolvimento da comunidade	2.3.1 - Dinamização de campanhas de voluntariado, participação pública e envolvimento das comunidades	2.3.1.1 - Realização de campanhas de voluntariado ambiental	Média	Número de campanhas	8 campanhas por ano	2025 – 2027	CMA + CMS + ICNF, I.P.	Outras Entidades da Comissão de Cogestão	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	4 500,00 €	
		2.3.1.2 – Ações de Voluntariado com a Proteção Civil (Jovem para a Natureza e Florestas e Banco Voluntários Proteção Civil)	Alta	relatório anual	1 programa anual	2025 - 2027	CMA	Instituto Português do Desporto e Juventude	Instituto Português do Desporto e Juventude	8 900,00 €	

7.4.1 Fichas de ações Eixo Sensibilização

Eixo: 2. Sensibilização		
Medida: 2.1 - Educação, sensibilização ambiental		
Ação Geral: 2.1.1 - Elaboração e divulgação do Plano de Sensibilização e Comunicação e do Calendário de Atividades		
Objetivos: Criar e implementar um plano integrado de sensibilização e comunicação, alinhado com as atividades dos Centros de Interpretação, para promover a consciencialização ambiental e o envolvimento com a área protegida; Divulgar o plano de sensibilização e as atividades da área protegida por meio de meios de comunicação tradicionais e digitais		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
2.1.1.1 - Elaboração, aprovação e execução do plano de sensibilização e comunicação e programa de atividades coordenado para os Centros de Interpretação	2025 - 2027	n.a
2.1.1.2 - Comunicação do plano e atividades para sensibilização e divulgação da PPAFCC, incluindo gestão dos média e redes sociais	2025 - 2027	n.a
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	Entidades da Comissão de Cogestão	
Entidades parceiras	-	
Investimento total		
n.a		
Possíveis fontes de financiamento		
n.a		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
n.a	n.a	n.a
Resultados Esperados		
Elaboração, aprovação e execução do Plano de sensibilização e comunicação do Plano de Cogestão da PPAFCC; Divulgação das atividades do Plano de Cogestão e dinamização nas redes sociais.		
Contributos para os ODS		
		
		

Eixo: 2. Sensibilização				
Medida: 2.1 - Educação, sensibilização ambiental				
Ação Geral: 2.1.2 - Dinamizar ações de educação e sensibilização ambiental da PPAFCC				
Objetivos: Aumentar a literacia sobre os valores culturais e ambientais, em parcerias escolas e público em geral				
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado		
2.1.2.1 - Dinamização de sessões regulares para o publico escolar, adaptadas aos conteúdos curriculares dos vários ciclos. Ex. Projeto “Morcego essas Notáveis Criaturas” (promover e divulgar o conhecimento das populações de morcegos); Projeto “Borboletas” (atividade de expressão artística de transformação e identidade com os valores naturais e culturais da PPAFCC); Projeto “A Viagem” (estudos sobre as áreas protegidas em Cogestão da LVT)	2025 – 2027	64.400 €		
2.1.2.2 – Dinamização de sessões regulares para o público em geral. Ex. o projeto “Metáfora” (exercício fotográfico criativo que confronta a cultura com a natureza)	2025 - 2027	10 000 €		
Entidades envolvidas:				
Entidade Promotora	CCDR – LVT + ICNF, I.P.+CMA+CMS			
Entidades parceiras	Centro de Arqueologia de Almada +FCT-NOVA + Agrupamentos de escola + Associação Almada Mundo + ALA + Bela Associação de Cacilhas			
Investimento total				
75.400 €				
Possíveis fontes de financiamento				
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios) + ONG				
Cronograma Financeiro				
2025	2026	2027		
21.800 €	26.800 €	26.800 €		
Resultados Esperados				
Dinamizar sessões de forma regular para o público em geral e para o público escolar.				
Contributos para os ODS				
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	13 COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	14 PROTEGER A VIDA MARINHA	15 ECOSSISTEMAS TERRESTRES E BIODIVERSIDADE	17 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Eixo: 2. Sensibilização				
Medida: 2.2 - Formação e capacitação				
Ação Geral: 2.2.1 - Desenvolver e implementar ações de formação e capacitação para promover a sustentabilidade das atividades económicas, turismo e lazer				
Objetivos: Capacitar agentes locais para atuar de forma eficiente na promoção da educação ambiental, turismo sustentável e sensibilização pública, fortalecendo a gestão integrada da área protegida				
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado		
2.2.1.1 - Formação para agentes que desenvolvem atividades de formação, sensibilização, turismo ou outras	2025 – 2027	9.000 €		
2.2.1.2. Constituição de grupo de trabalho para avaliar o potencial da PPAFCC como área natural para a promoção da saúde e bem-estar e desenvolvimento de Ecoterapias.	2027	n.a		
Entidades envolvidas:				
Entidade Promotora	ICNF, I.P.+CMA+CMS			
Entidades parceiras	Centro de Arqueologia de Almada +Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa +FCT-NOVA+CAA+ALA + Centros de formação + Academia			
Investimento total				
9.000 €				
Possíveis fontes de financiamento				
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)				
Cronograma Financeiro				
2025	2026	2027		
3.000 €	3.000 €	3.000 €		
Resultados Esperados				
Capacitar diferentes agentes que atuam no território da PPAFCC.				
Contributos para os ODS				
				

Eixo: 2. Sensibilização		
Medida: 2.3 - Voluntariado ambiental e envolvimento da comunidade		
Ação Geral: 2.3.1 - Dinamização de campanhas de voluntariado, participação pública e envolvimento das comunidades		
Objetivos: Mobilizar e envolver a sociedade civil na preservação e recuperação da área protegida, promovendo a consciencialização ambiental e fortalecendo a participação comunitária; Incentivar o protagonismo das comunidades locais na gestão da área protegida, fomentando a corresponsabilidade e o conhecimento local na tomada de decisões e implementação de práticas sustentáveis		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
2.3.1.1 - Realização de campanhas de voluntariado ambiental.	2025 - 2027	4.500€
2.3.1.2 – Ações de Voluntariado com a Proteção Civil (“Jovens para a Natureza e Florestas” e Banco Voluntários da Proteção Civil de Almada)	2025 - 2027	8.900 €
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CMA	
Entidades parceiras	Outras Entidades da Comissão de Cogestão + Instituto Português do Desporto e Juventude	
Investimento total		
13.400 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios) + Instituto Português do Desporto e Juventude		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
4.150 €	4.450 €	4.800 €
Resultados Esperados		
Realização de campanhas de voluntariado ambiental e ações de voluntariado com a Proteção Civil.		
Contributos para os ODS		
		
		

7.5 Eixo 3: Valorização

Tabela 4: Ações do Eixo 3 - Valorização

EIXO 3: VALORIZAÇÃO– ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO: 13.656.567,33 €											
Medidas	Ações Gerais	Ações Específicas	Prioridade	Indicadores de execução	Metas	Período	Entidade Promotora	Parceiros	Possíveis Fontes de Financiamento	Estimativa	Orçamento
3.1 - Portas de Entrada	3.1.1 - Promoção e valorização das portas de entrada	3.1.1.1 - Definição das portas de entrada	Alta	Relatório	1 relatório	2025	CCDR – LVT +ICNF, I.P. + CMA + CMS	CAA+Entidade regional de turismo da região de Lisboa	n.a	n.a	
		3.1.1.2 - Requalificação / aquisição de painéis e totens e outras estruturas	Média	Nr de estruturas produzidas / instaladas	Portas de entrada com identificação	2026 – 2027	CCDR – LVT + ICNF, I.P. +CMA + CMS	CAA+Entidade regional de turismo da região de Lisboa	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	15 000,00 €	
		3.1.1.3 - Disponibilização de material de comunicação e informação	Alta	Nr. de materiais disponibilizados	Materiais disponíveis em todas as portas de entrada	2026 – 2027	CCDR – LVT +ICNF, I.P. + CMA + CMS	CAA+Entidade regional de turismo da região de Lisboa	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	n.a	
3.2 - Infraestruturas de lazer e visitação	3.2.1 - Requalificação/aquisição de equipamentos e sinalética de visitação	3.2.1.1 - Beneficiação e instalação de equipamentos como bancos, estacionamento de bicicletas, bebedouros, painéis informativos e placas e marcações para pontos de interesse e estadia.	Alta	Investimento realizado	Reposição de equipamentos danificados e obras de manutenção	2026- 2027	ICNF, I.P. + CMA + CMS	CAA+Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa + CIMO	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	75 000,00 €	
		3.2.1.2 - Requalificar o CIMM	Alta	Investimento realizado	Reposição de equipamentos danificados e obras de manutenção	2026	CCDR – LVT + ICNF, I.P.	a definir	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	50 000,00 €	

		3.2.1.3 - Reabilitação do Centro Operacional e de interpretação da Praia da Rainha	Baixa	Projetos de reabilitação	Elaboração do Projeto de reabilitação	2026 – 2027	CMA+ICNF, I.P.	a definir	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	A definir	
		3.2.1.4 - Requalificação da Bateria da Raposa	Alta	Projeto de requalificação	Projeto e obra de requalificação	2025 – 2027	CMA	GNR + Bombeiros	CMA	5 790 391,24 €	
		3.2.1.5 – Requalificação de edifício do ICNF, I.P. na Bateria da Raposa	Média	Projeto de requalificação Autos de vistoria de obra	Conclusão do Projeto e obra de requalificação	2027	ICNF, I.P.		A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	917 700,00 €	
		3.2.1.6 - Requalificação da envolvente do Convento dos Capuchos	Alta	Projeto de requalificação	Projeto e obra de requalificação	2026-2027	CMA		CMA	0,00 €	
		3.2.1.7 - Projetar e implementar o Viveiro de Polinizadores nos viveiros municipais dos Capuchos	Média	Projeto de requalificação Autos de vistoria de obra	Conclusão do Projeto e obra de requalificação	2026 - 2027	CMA	ICNF, I.P.	CMA	500 000,00 €	
3.3 - Rotas e percursos interpretativos	3.3.1 - Criação de rede de rotas e percursos na PPAFCC	3.3.1.1 - Requalificação da rede de rotas e percursos existentes, designadamente a GR11-E9 entre o Cabo Espichel e a Trafaria.	Alta	km cobertos	GR sinalizada	2026	ICNF, I.P. + CMA + CMS	Entidade regional de turismo da região de Lisboa+CAA+ Centro de Arqueologia de Almada	CMS		45 000,00 €
		3.3.1.2 - Projetar o Percorso Panorâmico que liga o Convento dos Capuchos com o Agroparque	Alta	Projeto de execução	1 Projeto	2025	CMA	Entidades da Comissão da Cogestão	CMA	100 000,00 €	
		3.3.1.3 - Articulação com entidades para projetar o percurso	Baixa	n.a	n.a	2025 – 2027	CMA	Entidades da Comissão de Cogestão	n.a	n.a	

		entre a Quinta de Santa Teresa e as Terras da Costa em articulação com vala de Santa Teresa.									
3.4 -Visitação	3.4.1 - Monitorização da visitação	3.4.1.1 - Inquérito a visitantes da PPAFCC	Média	Realização do inquérito	Relatório do inquérito	2025 – 2027	Entidades da Comissão de Cogestão	FCT/UNL	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	5 000,00 €	
		3.4.1.2 - Manter uma lista de entidades que promovem atividades na área protegida	Baixa	A definir	A definir	2025 – 2027	Entidades da Comissão de Cogestão	-	n.a	n.a	
	3.4.2 - Ordenamento do estacionamento	3.4.2.1 - Valorização e manutenção dos espaços de estacionamento	Média	Projeto de execução	Manutenção dos espaços de estacionamento	2026 – 2027	ICNF, I.P. + CMA + CMS	-	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	50 000,00 €	
		3.4.2.2 - Identificação de bolsas potenciais de estacionamento fora da área de reserva botânica	Média	Mapeamento	Mapa dos locais com potencial de estacionamento.	2025	CMA	ICNF, I.P.	n.a	n.a	
	3.4.3 - Promoção da mobilidade sustentável	3.4.3.1 - Projetos da rede ciclável de Almada ou complementares, para vias associadas à PPAFCC. (Ex: designadamente na zona de Aroeira e Charneca para Fonte da Telha, Mata dos Medos e Lagoa de Albufeira)	Alta	A definir	A definir	2025	CMA	ICNF, I.P.+CAA	CMA		6 547 317,79 €

		3.4.3.2 - Articulação com a Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML)	Média	Identificação de pontos de visitação e de interesse na PPAFCC nas paragens, apeadeiros e informação os transportes coletivos	Relatório	2025	CMA+Entidade regional de turismo da região de Lisboa	ICNF, I.P.+TML	n.a	n.a	
		3.4.3.3 - Realizar campanhas de promoção dos transportes coletivos e da visitação na área protegida	Média	Campanha de promoção dos transportes públicos para visitação na PPAFCC	1 campanha por ano	2025 – 2027	CMA+Entidade regional de turismo da região de Lisboa	ICNF, I.P.	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	5 000,00 €	
		3.4.3.4 - Diagnosticar o acesso automóvel direto à Fonte da Telha, tendo em vista uma proposta de regulação, minimização de riscos e impactos.	Média	Realização do diagnóstico	1 Relatório	2027	Entidades da Comissão de Cogestão	-	n.a	n.a	
	3.4.4 - Otimizar a gestão de resíduos	3.4.4.1 - Promover a gestão eficaz da recolha de resíduos	Alta	Número de reuniões de articulação por ano	1 plano anual	2025 – 2027	CMA+CMS	AMARSUL, JF	n.a	n.a	
	3.4.5 - Melhoria da fiscalização e segurança na PPAFCC	3.4.5.1 - Manutenção das cancelas e interdições a locais de maior proteção	Alta	Delimitação e cancelas em funcionamento e em bom estado de conservação	Toda as cancelas recuperadas	2025 – 2027	ICNF, I.P.+CMA	CAA	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	20 000,00 €	
		3.4.5.2 - Promover um sistema articulado de fiscalização e segurança com as várias entidades municipais, ICNF, I.P., GNR ou outros	Alta	Realização de reuniões com as entidades; avaliação de propostas de reforço de vigilância e	A definir	2025 - 2027	ICNF, I.P. + CMA + CMS	GNR	n.a	n.a	

				fiscalização e segurança							
--	--	--	--	-----------------------------	--	--	--	--	--	--	--

7.5.1 Fichas de ações Eixo Valorização

Eixo: 3. Valorização		
Medida: 3.1 - Portas de Entrada.		
Ação Geral: 3.1.1 - Promoção e valorização das portas e entradas		
Objetivos: Articular o CIMM, o Centro de Interpretação do Agroparque das Terras da Costa (planeado) e o Centro de Interpretação da Praia da Rainha como as Portas de entrada diretas da PPAFCC, com temáticas dedicadas respetivamente às Florestas e Arriba Fóssil, Sistemas dunares e Mar e Terras Agrícolas; Identificar e fortalecer portas de entrada fora da PPAFCC nos concelhos de Almada e Sesimbra e nos concelhos limítrofes.		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
3.1.1.1 - Definição das portas da PPAFCC	2025	n.a
3.1.1.2 - Requalificação / aquisição de painéis e totens e outras estruturas de comunicação e estadia para as portas de entrada da PPAFCC, incluindo maquetes topográficas	2026 – 2027	15.000 €
3.1.1.3 - Disponibilização de material de comunicação e informação nas portas de entrada	2026 – 2027	n.a.
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CCDR – LVT + ICNF, I.P. + CMA + CMS	
Entidades parceiras	CAA + Entidade regional de turismo da região de Lisboa	
Investimento total		
15.000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
n.a	7.500 €	7.500 €
Resultados Esperados		
Definir e equipar as portas de entrada da PPAFCC com disponibilização de materiais de comunicação.		
Contributos para os ODS		
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		



Eixo: 3. Valorização		
Medida: 3.2 - Infraestruturas de lazer e visitação		
Ação Geral: 3.2.1 - Requalificação/aquisição de equipamentos e sinalética de visitação		
Objetivos: Requalificação das infraestruturas de lazer e visitação, incluindo os centros de interpretação, parques de merendas e miradouros		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
3.2.1.1 - Beneficiação e instalação de equipamentos como bancos, estacionamento de bicicletas, bebedouros, painéis informativos e placas e marcações para pontos de interesse e estadia.	2025	75.000 €
3.2.1.2 - Requalificar o CIMM como espaço de visitação da PPAFCC, designadamente a manutenção da infraestrutura, espaço exterior e aquisição de equipamentos	2026	50.000 €
3.2.1.3 - Requalificação do Centro Operacional e de interpretação da Praia da Rainha	2025 – 2027	A definir
3.2.1.4 - Requalificação da Bateria da Raposa como Centro Operacional, museológico e de interpretação	2025 – 2027	5.790.391,24€
3.2.1.5 – Requalificação de edifício do ICNF, I.P. na Bateria da Raposa	2025 - 2027	917.700 €
3.2.1.6 - Requalificação da envolvente do Convento dos Capuchos	2026	A definir
3.2.1.7 - Projetar e implementar o Viveiro de Polinizadores nos viveiros municipais dos Capuchos	2026 – 2027	500.000 €
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CMA + CMS + CCDR – LVT + ICNF, I.P.	
Entidades parceiras	CAA +Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa + CIMO + GNR + Bombeiros	
Investimento total		
7.333.091,24 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
1.447.597,81€	3.270.195,62 €	1.697.597,81 €
Resultados Esperados		
Manutenção e instalação de equipamentos na PPAFCC; Requalificação do CIMM e Bateria da Raposa.		
Contributos para os ODS		
 		

Eixo: 3. Valorização		
Medida: 3.3 - Rotas e percursos interpretativos		
Ação Geral: 3.3.1 - Criação de rede de rotas e percursos na PPAFCC.		
Objetivos: Reforçar a rede de percursos de visitação e interpretação do território articulados com GR, percursos municipais e outros nas áreas adjacentes.		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
3.3.1.1 - Requalificação da rede de rotas e percursos existentes, designadamente a GR11-E9 entre o Cabo Espichel e a Trafaria.	2026	45.000 €
3.3.1.2 - Projetar o Percorso Panorâmico que liga o Convento dos Capuchos e Hotel Crowne Plaza Caparica com o Agroparque – Via Panorâmica.	2026 - 2027	100.000 €
3.3.1.3 – Articulação entre entidades para projetar o percurso entre a Quinta de Santa Teresa e as Terras da Costa em articulação com o restauro ecológico da vala de Santa Teresa.	2025 - 2027	n.a
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	ICNF, I.P. + CMA + CMS	
Entidades parceiras	Entidades da Comissão da Cogestão	
Investimento total		
145.000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
CMA + CMS		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
100.000 €	45.000 €	0 €
Resultados Esperados		
Requalificar a rede de rotas e percursos; Articulação entre diferentes entidades para avaliar e projetor novos percursos na PPAFCC e proximidades, nomeadamente a ligação sobre a IC20, Via Panorâmica e Quinta Santa Teresa com as Terras da Costa.		
Contributos para os ODS		
 		

Eixo: 3. Valorização		
Medida: 3.4 -Visitação		
Ação Geral: 3.4.1 - Monitorização da visitação		
Objetivos: Acompanhar e avaliar o perfil, comportamento e impacto dos visitantes na área; Recolher dados qualitativos e quantitativos sobre a experiência, expectativas e necessidades dos visitantes para melhorar a gestão da área e promover um turismo mais responsável; Estabelecer uma rede de comunicação e colaboração com entidades organizadoras de atividades.		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
3.4.1.1 - Inquérito a visitantes da PPAFCC.	2025 - 2027	5.000 €
3.4.1.2 - Manter uma lista de entidades que promovem atividades na área protegida.	2025 - 2027	n.a
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	Entidades da Comissão de Cogestão	
Entidades parceiras	FCT / UNL	
Investimento total		
5.000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
5.000 €	0 €	0 €
Resultados Esperados		
Realização de inquérito com os visitantes da PPAFCC para obtenção de dados como: Padrões de visitação e seus impactos na área protegida; indicadores sobre a satisfação dos visitantes; pontos de melhoria nas infraestruturas e serviços, entre outros. Manutenção de lista atualizada e funcional de entidades parceiras que atuem na PPAFCC.		
Contributos para os ODS		
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 15 ECOSSISTEMAS TERRESTRES E BIODIVERSIDADE		

Eixo: 3. Valorização		
Medida: 3.4 -Visitação		
Ação Geral: 3.4.2 - Ordenamento do estacionamento.		
Objetivos: Garantir a organização eficiente dos espaços de estacionamento, promovendo a conservação ambiental e melhorando a experiência dos visitantes na área protegida; Aprimorar a infraestrutura de estacionamento existente dentro da Reserva Botânica, assegurando a funcionalidade e a harmonia com o meio ambiente; Reduzir o impacto ambiental identificando e criando novos espaços de estacionamento fora das áreas sensíveis.		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
3.4.2.1 - Valorização e manutenção dos espaços de estacionamento da PPAFCC, especialmente nas bolsas existentes na Reserva Botânica.	2025 - 2027	50.000 €
3.4.2.2 - Identificação de bolsas potenciais de estacionamento fora da área de reserva botânica e locais mais sensíveis.	2025	n.a
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CMA + CMS + ICNF, I.P.	
Entidades parceiras	Entidades da Comissão de Cogestão	
Investimento total		
50.000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
0 €	25.000 €	25.000 €
Resultados Esperados		
Manutenção dos espaços de estacionamento e mapeamento de locais com potencial uso de estacionamento para utilização da PPAFCC.		
Contributos para os ODS		
 		

Eixo: 3. Valorização		
Medida: 3.4 -Visitação		
Ação Geral: 3.4.3 - Promoção da mobilidade sustentável.		
Objetivos: Facilitar o acesso e a circulação na área protegida através de opções de transporte sustentável; Criar e integrar ciclovias conectadas à rede urbana; Otimizar o transporte público com novas rotas e paragens estratégicas; Aumentar a consciencialização e a adesão ao uso de transportes públicos		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
3.4.3.1 - Projetos da rede ciclável de Almada ou complementares, para vias associadas à PPAFCC. (Ex: designadamente na zona de Aroeira e Charneca para Fonte da Telha, Mata dos Medos e Lagoa de Albufeira).	2026	6.547.317,79€
3.4.3.2 - Articulação com a Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) para aferir trajetos e pontos de paragem para entrada e circulação na PPAFCC.	2025	n.a
3.4.3.3 - Realizar campanhas de promoção nos transportes coletivos.	2025 - 2027	5.000 €
3.4.3.4 - Diagnosticar o acesso automóvel direto à Fonte da Telha. tendo em vista uma proposta de regulação, minimização de riscos e impactos.	2027	n.a
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CMA + Entidade regional de turismo da região de Lisboa	
Entidades parceiras	ICNF, I.P. + TML + CAA	
Investimento total		
6.552.317,79 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
6.548.817,79 €	1.500 €	2.000 €
Resultados Esperados		
Realização de campanha de promoção da PPAFCC nos transportes coletivos; Identificação de pontos de visitação de interesse na PPAFCC nas paragens, apeadeiros e informações nos transportes coletivos.		
Contributos para os ODS		
		

Eixo: 3. Valorização		
Medida: 3.4 -Visitação		
Ação Geral: 3.4.4 - Otimizar a gestão de resíduos		
Objetivos: Redução da acumulação de resíduos e sua dispersão por áreas naturais.		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
3.4.4.1 - Promover a gestão eficaz da recolha de resíduos com as Juntas de Freguesia, AMARSUL e Câmaras Municipais.	2025 - 2027	n.a
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CMA+CMS	
Entidades parceiras	AMARSUL, JF	
Investimento total		
0 €		
Possíveis fontes de financiamento		
n.a		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
n.a	n.a	n.a
Resultados Esperados		
Formalizar protocolo com a AMARSUL, Juntas de Freguesia e Câmaras municipais.		
Contributos para os ODS		
		

Eixo: 3. Valorização		
Medida: 3.4 -Visitação		
Ação Geral: 3.4.5 - Melhoria da fiscalização e segurança na PPAFCC.		
Objetivos: Aumentar a vigilância e segurança da PPAFCC, para as disposições específicas dos regimes de proteção e com especial atenção à Reserva Botânica da Mata, quanto às atividades identificadas no regulamento do POPPAFCC; Limitar o acesso a áreas da PPAFCC e ordenar a visitação da área protegida.		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
3.4.5.1 - Manutenção das cancelas e interdições a locais de maior proteção.	2025 - 2027	20.000 €
3.4.5.2 - Promover um sistema articulado de fiscalização e segurança com as várias entidades municipais, ICNF, I.P., GNR ou outros.	2025 - 2027	n.a
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CMA+CMS+ICNF, I.P.	
Entidades parceiras	GNR + CAA	
Investimento total		
20.000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
7.000 €	7.000 €	6.000 €
Resultados Esperados		
Realizar a manutenção das cancelas e delimitar as áreas de maior proteção. Realização de reuniões com as entidades; avaliação de propostas de reforço de vigilância e fiscalização e segurança		
Contributos para os ODS		
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 15 ECOSSISTEMAS TERRESTRES E BIODIVERSIDADE		

7.6 Eixo 4: Articulação Institucional para a Conservação da Natureza, Restauro Ecológico e Resiliência do Território

Tabela 5: Ações do Eixo 4 - Conservação

EIXO 4: ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO– ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO: 5.228.081,86 €											
Medidas	Ações Gerais	Ações Específicas	Prioridade	Indicadores de execução	Metas	Período	Entidade Promotora	Parceiros	Fontes de Financiamento	Estimativa	Orçamento
4.1 - Investigação e monitorização	4.1.1 - Monitorização da fauna, flora e habitats da PPAFCC, geologia, hidrologia e património paleontológico da PPAFCC	4.1.1.1 - Monitorização dos processos de erosão e alterações do perfil da arriba fóssil	Média	Relatório de monitorização	1 relatório	2026 – 2027	ICNF, I.P. + FCT/UNL	CMA + CMS + Academia	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	A definir	
		4.1.1.2 - Monitorização dos cursos de água e aquíferos na área da PPAFCC	Média	Relatório de monitorização	1 relatório	2025 – 2027	ICNF, I.P. + FCT/UNL	CMA + CMS + Academia	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	A definir	
		4.1.1.3 - Monitorização da Flora e vegetação, estado de conservação e ameaças aos habitats naturais	Média	Relatório de monitorização	1 relatório	2026 – 2027	ICNF, I.P. + FCT/UNL	CMA + CMS + Academia	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	A definir	
		4.1.1.4 - Monitorização da Fauna	Média	Relatório de monitorização	1 relatório	2026 – 2027	ICNF, I.P. + FCT/UNL	CMA + CMS + SEPNA + Academia	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	A definir	
		4.1.1.5 - Monitorização, controlo, armadilhas e eliminação de ninhos da Vespa Asiática	Média	Relatório das ações	1 relatório	2025 - 2027	CMA	ICNF, I.P.	CMA		2 250,00 €
		4.1.1.6 – Acompanhamento de descobertas paleontológicas	Baixa	Estudo paleontológico	Relatório	n.a	Centro de Arqueologia de Almada + FCT/UNL	CMA+CMS+ Academia + ICNF, I.P.	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	A definir	

	4.1.2 - Levantamento do património cultural e histórico a recuperar e sua caracterização	4.1.2.1 - Diagnóstico do património cultural	Média	Estudo diagnóstico	Relatório	2026 - 2027	Centro de Arqueologia de Almada	CMA + CMS	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	A definir	
		4.1.2.2 - Realização do levantamento do moinho da Chibata	Baixa	Levantamento	Relatório	2026	Centro de Arqueologia de Almada	CMA	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	2 500,00 €	
		4.1.2.3 – Acompanhamento de descobertas arqueológicas	Baixa	Estudo arqueológico	Relatório	n.a	Centro de Arqueologia de Almada + CMA + CMS	ICNF, I.P. + Academia	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	A definir	
	4.1.3 - Monitorização da capacidade de carga	4.1.3.1 - Monitorização da capacidade de carga da PPAFCC	Média	Estudo de Capacidade de Carga	Relatório	2025 - 2027	ICNF, I.P.	Academia	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	A definir	
4.2 - Gestão Florestal.	4.2.1 - Gestão Florestal	4.2.1.1 – Promoção do PROFLVT	Alta	A definir	A definir	2025 - 2027	ICNF, I.P.	CMA+CMS+FCT/UNL+CAA	A definir	n.a	
		4.2.1.2 - Gestão Florestal da Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos e da Mata Nacional dos Medos de Albufera	Alta	A definir	A definir	2025 - 2027	ICNF, I.P.	CMA+CMS+FCT/UNL+CAA	A definir	A definir	
		4.2.1.3 – Gestão Integrada dos Fogos Rurais	Alta	Relatório das ações	Cumprimento do PSRAGIFR	2025 - 2027	ICNF, I.P. + CAA	CMA + CMS + Bombeiros	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais) + Entidades promotoras	A definir	
4.3 - Conservação da natureza, controlo de espécies exóticas e restauro de ecossistemas	4.3.1 - Restauro dos sistemas dunares costeiros	4.3.1.1 - Conservação e preservação do sistema dunar de proteção costeira	Média	Área de intervenção (ha)	Programa	2025 - 2027	CMA+ICNF, I.P.	FCT/UNL	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	100 000,00 €	

	4.3.2 - Restauro do Acacial da planície litoral e outras áreas com espécies exóticas e invasões biológicas	4.3.2.1 - Restauro do Acacial na Planície litoral e do acacial e eucaliptal na plataforma litoral	Média	Área de intervenção (ha)	Programa	2025 - 2027	ICNF, I.P.	FCT/UNL + CMA	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	100 000,00 €	
		4.3.2.2 - Restauro do Acacial na Arriba com promoção do sub-bosque de pinhal e zimbral litoral	Média	Área de intervenção (ha)	Programa	2025 - 2027	ICNF, I.P.	FCT/UNL + CMA	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	100 000,00 €	
		4.3.2.3 - Controlo de invasoras na Reserva Botânica e outras áreas	Alta	Área de intervenção (ha)	Controlo da invasão de Acacia spp. e Carpobrotus edulis na reserva botânica (relatório de ações de controlo)	2025 - 2027	ICNF, I.P.	FCT/UNL + CMA + CMS	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	100 000,00 €	
	4.3.3 - Restauro ecológico de áreas sujeitas a incêndios	4.3.3.1 - Restauro ecológico de áreas ardidas	Alta	Área de intervenção (ha)	Restauro nas zonas ardidas (Relatório de ações de restauro nas zonas ardidas)	2025 - 2027	ICNF, I.P.	CMA + CAA + CMS	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	A definir	
	4.3.4 - Robustecimento dos corredores ecológicos	4.3.4.1 - Ações de promoção do corredor litoral atlântico ao longo da arriba fóssil	Média	Número de ações; Área de intervenção (ha)	2 Projetos	2025 - 2027	Entidades da Comissão de Cogestão	APA + outras entidades	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)	A definir	
		4.3.4.2 - Planeamento do restauro ecológico da Bacia da Foz do Rego e da continuidade ecológica entre margens	Média	Programa de restauro	1 Programa de restauro	2025 - 2027	CMA	ICNF, I.P.	n.a.	n.a	
	4.3.5 - Controlo de animais assilvestrados.	4.3.5.1 - Monitorização dos animais domésticos assilvestrados	Média	Relatório de Monitorização (nr de animais identificados, nr de animais recolhidos, nr de animais nos	Identificação e acompanhamento das matilhas	2025 - 2027	CMA + CMS	SEPNA + ICNF, I.P. + CAA	n.a.	n.a	

				parques de matilhas)						
		4.3.5.2 – Projeto do Centro de Bem-Estar animal	Alta	Projeto	1 Projeto	2025 - 2026	CMA	CMA + ICNF, I.P.	CMA	2 965 038,00 €
		4.3.5.3 – Parques Matilha para captura e controle dos animais domésticos assilvestrados	Alta	Quantidade de parques de matilhas	4 parques de matilhas	2025 - 2027	CMA	CMA + ICNF, I.P. + SEPNA	CMA	69 850,59 €
		4.3.5.4 - Ações de esterilização e adoção de animais domésticos assilvestrados	Alta	A definir	Esterilização de animais domésticos assilvestrados	2025-2027	CMA	CMA + ICNF, I.P. + SEPNA	CMA	10 620,00 €
4.4 - Ordenamento e Requalificação dos espaços degradados e de edificação dispersa, por vezes de génese ilegal	4.4.1 - Ordenamento e Requalificação dos espaços degradados e de edificação dispersa	4.4.1.1 - Proteção da Arriba Fóssil, incluindo mitigação de efeitos erosivos antrópicos na descida para a praia da Adiça a partir da reserva botânica;	Média	Programa de intervenções	1 programa de intervenções	2025 - 2027	ICNF, I.P.	FCT/UNL	A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)	A definir
		4.4.1.2 - Realização de programas de intervenção em áreas degradadas e de génese ilegal	Alta	Nr ações	1 ação de intervenção	2025	CMA	ICNF, I.P.	CMA	670 814,74 €
		4.4.1.3 - Identificação do impacto das atividades desportivas e pressão nos locais preferenciais	Alta	Relatório	1 Relatório	2026	CMA	ICNF, I.P.	n.a	n.a
Medida 4.5 - Promoção da Agricultura	Oção - Promoção da sustentabilidade das atividades	4.5.1.1 - Ecoedifício Agroparque	Alta	Projeto	Conclusão do edifício.	2025	CMA	EDA	PRR - OIL	609 247,38 €

sustentável / desenvolvimento sustentável	económicas de agricultura e pesca e desenvolvimento da marca Terras da Costa e do Mar (Agroparque das Terras da Costa e do Mar)	4.5.1.2 - Definição e instalação dos percursos do Agroparque das Terras da Costa e do Mar	Alta	Projeto de execução	Conclusão dos percursos.	2025	CMA	EDA	PRR - OIL		36 900,00 €
		4.5.1.3 - Fortalecimento da continuidade ecológica no Agroparque Terras da Costa e do Mar	Alta	Área de intervenção (ha)	Rede de corredores apoiada nas sebes de compartimentação	2025	CMA	ICNF, I.P.	PRR - OIL		127 710,00 €
		4.5.1.4 - Estabelecer acordos com os agricultores para o uso da marca Terras da Costa e do Mar	Média	Estabelecer acordo com os agricultores	40 agricultores	2025	CMA	AIP + EDA	PRR - OIL	n.a	
		4.5.1.5 - Promover ações de sensibilização e orientação dos agricultores, para práticas conservativas e regenerativas	Média	Ações de sensibilização	Ações para 40 agricultores	2025	CMA	AIP + EDA	PRR - OIL		19 680,00 €
		4.5.1.6 - Formação para produtos agrícolas sustentáveis	Alta	Número de formações	1 formação	2025	CMA	AIP + EDA	PRR - OIL		14 781,15 €
		4.5.1.7 - Levantamento da atividade de apicultura nas Terras da Costa e Reserva Botânica	Baixa	Cadastro dos apicultores	Documento de cadastro	2025 - 2027	CMA	AIP + EDA	PRR - OIL	n.a	
		4.5.1.8 - Promoção da circularidade do lixo marinho e resíduos de pesca	Alta	Realização ações de monitorização	10 ações	2025	CMA	FCT/UNL + ISEL.ID + ALA	PRR - OIL		6 150,00 €

	4.5.1.9 - Promoção da cavala através de conservas (ProjetoTERRA~MAR Comercializa +- PRR Terras da Costa)	Alta	Desenvolver sistemas experimentais	3 sistemas implementados	2025	CMA	FCT/UNL + ALA	PRR - OIL	4 920,00 €
	4.5.1.10 - Criação de um código de conduta e boas práticas de pesca	Média	Código de conduta	Código de conduta	2025	CMA	FCT/UNL + ALA	PRR - OIL	17 220,00 €
	4.5.1.11 - Sistema de localização de artes de pescas	Média	Desenvolvimento do sistema	1 sistema	2025 - 2027	CMA	FCT/UNL + ISEL.ID	PRR - OIL	112 000,00 €
	4.5.1.1 - Gestão do Agroparque das Terras da Costa e do Mar	Alta	Plano de Actividades	Entidade gestora	2026 - 2027	CMA	ICNF, I.P.	CMA + ICNF, I.P.	158 400,00 €

7.6.1 Fichas de ações do Eixo Articulação Institucional para a Conservação da Natureza, Restauro Ecológico e Resiliência do Território

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO		
Medida: 4.1 - Investigação e monitorização		
Ação Geral: 4.1.1 - Monitorização da fauna, flora e habitats da PPAFCC, geologia e património paleontológico da PPAFCC		
Objetivos: Garantir o acompanhamento contínuo da biodiversidade e do património geológico da área protegida; Identificar mudanças nas populações de flora; Acompanhar as espécies prioritárias para entender suas dinâmicas populacionais e epidemiológicas; Registrar e avaliar novas descobertas paleontológicas;		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
4.1.1.1 - Monitorização dos processos de erosão e alterações do perfil da arriba fóssil	2026 - 2027	A definir
4.1.1.2 - Monitorização dos cursos de água e aquíferos na área da PPAFCC	2025 - 2027	A definir
4.1.1.3 - Monitorização da Flora e vegetação, estado de conservação e ameaças aos habitats naturais, com prioridade às espécies protegidas e de conservação prioritária	2026 - 2027	A definir
4.1.1.4 - Monitorização da Fauna e dinâmicas populacionais (inclui monitorização da população de animais assilvestrados)	2026 - 2027	A definir
4.1.1.5 - Monitorização, controlo, armadilhas e eliminação de ninhos da Vespa Asiática (Plano Municipal de Monitorização e Controlo da vespa asiática)	2025 - 2027	2.250 €
4.1.1.6 - Acompanhar descobertas paleontológicas e avaliar necessidades de intervenção	2025 - 2027	A definir
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	ICNF, I.P. + FCT/UNL + CMA + Centro de Arqueologia de Almada	
Entidades parceiras	CMS + SEPNA + Academia	
Investimento total		
2.250 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
0 €	2.550 €	0 €
Resultados Esperados		
Relatórios de monitorização dos processos de erosão e alterações no perfil da arriba. Relatórios de monitorização da flora e fauna. Relatório de acompanhamento de descobertas paleontológicas (quando necessário).		
Contributos para os ODS		
 		

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO		
Medida: 4.1 - Investigação e monitorização		
Ação Geral: 4.1.2 - Levantamento do património cultural e histórico a recuperar e sua caracterização		
Objetivos: Identificar, mapear e documentar os elementos do património cultural da área; Monitorizar descobertas arqueológicas e garantir uma avaliação contínua das condições e necessidades de intervenção, para proteger e conservar os achados		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
4.1.2.1 - Diagnóstico do património cultural existente, recolha de informação histórica e do seu estado de conservação	2026 - 2027	A definir
4.1.2.2 - Realização do levantamento do moinho da Chibata e sua história	2026	2.500 €
4.1.2.3 - Acompanhar descobertas arqueológicas e avaliar necessidades de intervenção	2025 - 2027	A definir
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	Centro de Arqueologia de Almada + CMA + CMS	
Entidades parceiras	Academia + ICNF, I.P.	
Investimento total		
12.500 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
0€	5.500 €	0 €
Resultados Esperados		
Relatório do diagnóstico do património cultural existente, recolha de informação histórica e do seu estado de conservação; Relatório de acompanhamento de descobertas arqueológicas (quando necessário).		
Contributos para os ODS		
 		

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO		
Medida: 4.1 - Investigação e monitorização		
Ação Geral: 4.1.3 - Monitorização da capacidade de carga		
Objetivos: Avaliar a capacidade de carga para assegurar a sustentabilidade do uso e evitar a superlotação; Implementar indicadores digitais, como QR codes, para monitorar o fluxo de visitantes e o uso de recursos da área protegida		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
4.1.3.1 - Monitorização da capacidade de carga da PPAFCC, a partir de indicadores, como por exemplo número de utilizações de QRcodes presentes na sinalética, ou outros	2025 - 2027	A definir
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	ICNF, I.P.	
Entidades parceiras	Academia	
Investimento total		
A definir		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
A definir	A definir	A definir
Resultados Esperados		
Dados consistentes sobre o número de visitantes e uso de áreas específicas da PPAFCC; Relatório de estudo da capacidade de carga da PPAFCC.		
Contributos para os ODS		
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 15 ECOSSISTEMAS TERRESTRES E BIODIVERSIDADE		

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO		
Medida: 4.2 - Gestão Florestal		
4.2.1 - Gestão Florestal da Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos e da Mata Nacional dos Medos de Albufeira		
Objetivos: Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística; Preservação dos valores fundamentais do solo e da água; Ordenamento dos espaços florestais de recreio; Melhoria da qualidade das pastagens, desde que não colida com a conservação de habitats naturais e espécies classificados		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
4.2.1.1 - Atividades de instalação, manutenção, beneficiação e exploração florestal de acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROFLVT) promovendo a proteção dos núcleos de comprovado interesse ecológico, em particular os sistemas florestais que se encontram associados a importantes valores da flora e vegetação, de que são exemplo os zimbrais e pinhais dunares e todo o elenco vegetal associado	2025 - 2027	A definir
4.2.1.2 - Gestão Florestal da Reserva Botânica da Mata dos Medos e da Mata Nacional dos Medos de Albufeira que favoreça a regeneração natural e a resiliência dos habitats naturais, através da atualização e implementação do Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional dos Medos e Mata Nacional dos Medos de Albufeira, e de acordo com o definido para a Área de Intervenção Específica da Reserva Botânica da Mata dos Medos no Regulamento da PPAFCC	2025 - 2027	A definir
4.2.1.3 – Gestão Integrada dos Fogos Rurais (Plano Sub-regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais da AML – adaptação à escala municipal)	2025 – 2027	A definir
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	ICNF, I.P. + CAA	
Entidades parceiras	CMS+FCT/ UNL+ CMA + Bombeiros	
Investimento total		
A definir		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais) + Entidades promotoras		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
A definir	A definir	A definir
Resultados Esperados		
Manutenção do piso e gestão de combustível na zona da PPAFCC.		
Contributos para os ODS		
 		

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO		
Medida: 4.3 - Conservação da natureza, controlo de espécies exóticas e restauro de ecossistemas		
Ação Geral: 4.3.1 - Restauro dos sistemas dunares costeiros		
Objetivos: Realização de intervenções de valorização, salvaguarda, recuperação, reabilitação ou reconversão, tendo como objetivo o aumento ou a recuperação do seu valor em termos de conservação da natureza e da biodiversidade		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
4.3.1.1 - Conservação e preservação do sistema dunar de proteção costeira incluindo restauro do sistema dunar à medida que se estabelece a localização recuada dos apoios de praia de acordo com o POC-ACE, designadamente o projeto ReDuna	2025 - 2027	100.000 €
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CMA+ICNF, I.P.	
Entidades parceiras	FCT/ UNL	
Investimento total		
100.000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
30.000 €	30.000 €	40.000 €
Resultados Esperados		
Relatório de ações de restauro do sistema dunar presenta na área da PPAFCC e de influência.		
Contributos para os ODS		
		
		

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO		
Medida: 4.3 - Conservação da natureza, controlo de espécies exóticas e restauro de ecossistemas		
Ação Geral: 4.3.2 - Restauro do Acacial da planície litoral e outras áreas com espécies exóticas e invasões biológicas		
Objetivos: Recuperar áreas degradadas de acacial e eucaliptal na planície e plataforma litorais; Promover a regeneração de ecossistemas nativos, como dunas, matos e zimbrais; Promover o crescimento de sub-bosques nativos, como o pinhal e zimbral, visando aumentar a diversidade e resiliência ecológica; Controlar e erradicar espécies invasoras que ameaçam a flora nativa; Minimizar a propagação de plantas invasoras em áreas vulneráveis, favorecendo a regeneração de espécies endêmicas		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
4.3.2.1 - Restauro do Acacial na Planície litoral e do acacial e eucaliptal na plataforma litoral, com promoção de comunidades dunares, matos e zimbrais	2025 - 2027	100.000 €
4.3.2.2 - Restauro e o Acacial na Arriba com promoção do sub-bosque de pinhal e zimbral litoral	2025 - 2027	100.000 €
4.3.2.3 - Controlo de invasoras na Reserva Botânica e outras áreas dispersas afetadas	2025 - 2027	100.000 €
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	ICNF, I.P.	
Entidades parceiras	CMS + FCT/UNL + CMA + APA	
Investimento total		
300.000 €		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
90.000 €	90.000 €	120.000 €
Resultados Esperados		
Relatório de ações de restauro do acacial e relatório de ações de controlo de invasoras na reserva botânica e outras áreas dispersas afetadas.		
Contributos para os ODS		
		
		

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO		
Medida: 4.3 - Conservação da natureza, controlo de espécies exóticas e restauro de ecossistemas		
Ação Geral: 4.3.3 - Restauro ecológico de áreas sujeitas a incêndios		
Objetivos: Promover a recuperação de espécies nativas e o restauro de ecossistemas degradados, aumentando a diversidade biológica nas áreas ardidas		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
4.3.3.1 - Restauro ecológico de áreas ardidas e acompanhamento dos processos de sucessão secundária para habitats maduros, especialmente habitats prioritários	2025 - 2027	A definir
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	ICNF, I.P.	
Entidades parceiras	CMA + CAA + CMS	
Investimento total		
A definir		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
A definir	A definir	A definir
Resultados Esperados		
Realização de ações de restauro ecológico de áreas ardidas.		
Contributos para os ODS		
		
		

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO		
Medida: 4.3 - Conservação da natureza, controlo de espécies exóticas e restauro de ecossistemas		
Ação Geral: 4.3.4 - Robustecimento dos corredores ecológicos		
Objetivos: Promoção da conetividade dos habitats naturais e seminaturais da PPAFCC com áreas conexas na Estrutura Ecológica Municipal, Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
4.3.4.1 - Ações de promoção do corredor litoral atlântico ao longo da arriba fóssil	2025 - 2027	A definir
4.3.4.2 - Planeamento do restauro ecológico da Bacia da Foz do Rego e da continuidade ecológica entre margens	2025 - 2027	A definir
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	Entidades da Comissão de Cogestão	
Entidades parceiras	APA + Outras entidades	
Investimento total		
A definir		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
A definir	A definir	A definir
Resultados Esperados		
Realização de ações de promoção do corredor litoral atlântico ao longo da arriba fóssil; Relatório de planeamento do restauro ecológico da Bacia da Foz do Rego.		
Contributos para os ODS		
		
		

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO			
Medida: 4.3 - Conservação da natureza, controlo de espécies exóticas e restauro de ecossistemas			
Ação Geral: 4.3.5 - Controlo de animais domésticos assilvestrados			
Objetivos: Controlo dos animais domésticos assilvestrados			
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado	
4.3.5.1 – Monitorização dos animais domésticos assilvestrados	2025 - 2027	n.a	
4.3.5.2 – Projeto do Centro de Bem-Estar animal	2025 – 2026	2.965.038€	
4.3.5.3 – Parques de Matilhas para captura e controlo dos animais domésticos assilvestrados	2025 – 2027	69.850,59 €	
4.3.5.4 - Ações de esterilização e adoção de animais domésticos assilvestrados	2025 - 2027	10.620 €	
Entidades envolvidas:			
Entidade Promotora	CMA + CMS		
Entidades parceiras	SEPNA + ICNF, I.P. + CAA		
Investimento total			
3 045 508,59 €			
Possíveis fontes de financiamento			
CMA			
Cronograma Financeiro			
2025	2026	2027	
3.038.428,59€	3.540€	3.540€	
Resultados Esperados			
Relatório de monitorização dos animais domésticos Finalização do projeto do Centro de Bem-Estar Animal; Implementação dos parques de matilhas e controlo de animais domésticos assilvestrados; Realização de ações de esterilização de animais domésticos assilvestrados.			
Contributos para os ODS			
			

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO		
Medida: 4.4 - Ordenamento e Requalificação dos espaços degradados e de edificação dispersa, por vezes de génese ilegal		
Ação Geral: 4.4.1 - Ordenamento e Requalificação dos espaços degradados e de edificação dispersa, por vezes de génese ilegal		
Objetivos: Renaturalização de áreas sujeitas a demolições, aterros, escavações e áreas ocupadas por materiais de construção, no âmbito da intervenção prevista na Área de Intervenção Específica da Faixa de Proteção à Arriba Fóssil do regulamento do POPPAFCC; Reordenamento, redefinição de índices de edificabilidade, ordenamento dos acessos, renaturalização de áreas sujeitas a demolições, aterros, escavações e ocupadas por materiais de construção, no âmbito das intervenções previstas para a Área de Intervenção Específica para a Requalificação dos Espaços Degradados do regulamento do POPPAFCC.		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
4.4.1.1 - Realização de intervenções de conservação e proteção da Arriba Fóssil, incluindo mitigação de efeitos erosivos antrópicos na descida para a praia da Adiça a partir da reserva botânica;	2025 - 2027	n.a.
4.4.1.2 - Realização de programas de intervenção em áreas degradadas e de génese ilegal (Terras do Lello e Abreu)	2025	670.814,74€
4.4.1.3 - Caracterização do impacto das atividades desportivas e da pressão nos locais preferenciais	2026	n.a
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	ICNF, I.P. + CMA	
Entidades parceiras	FCT/UNL	
Investimento total		
670 814,74€		
Possíveis fontes de financiamento		
A definir (Programas de financiamento nacionais, internacionais e municípios)		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
670.814,74€	n.a.	n.a.
Resultados Esperados		
Relatório das atividades de intervenções de conservação e proteção da Arriba Fóssil. Relatório dos programas de intervenção em áreas degradadas de génese ilegal. Identificação das atividades desportivas e delimitação dos locais mais adequados para a prática desportiva.		
Contributos para os ODS		
		
		

Eixo:4. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, RESTAURO ECOLÓGICO E RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO		
Medida: Medida 4.5 - Promoção da Agricultura sustentável / desenvolvimento sustentável		
Ação Geral: 4.5.1 - Promoção da sustentabilidade das atividades económicas de agricultura e pesca e desenvolvimento da marca Terras da Costa e do Mar (Agroparque das Terras da Costa e do Mar)		
Objetivos: Compatibilizar a atividade agrícola com a manutenção dos valores naturais e estrutura da paisagem, designadamente na área agrícola das Terras da Costa (produção hortícola intensiva de regadio), Áreas agrícolas entre a Ribeira da Foz do Rego e Descida das Vacas (mosaico de hortícolas de regadio e sequeiro) e áreas agrícolas a sul da Descida das Vacas, ao longo da Azinhaga das perdizes (culturas arvenses sequeiro, prados, pastagens)		
Ações Específicas	Ano de Implementação	Investimento estimado
4.5.1.1 - Ecoedifício Agroparque	2025	609.247,38€
4.5.1.2 - Definição e instalação dos percursos do Agroparque das Terras da Costa e do Mar	2025	36.900€
4.5.1.3 - Fortalecimento da continuidade ecológica no Agroparque Terras da Costa e do Mar, através de bosquetes e sebes de compartimentação agrícola	2025	127.710€
4.5.1.4 - Estabelecer acordos com os agricultores para o uso da marca Terra da Costa e do Mar em que têm de cumprir regras para a prática agrícola sustentável (mínimo modo produção integrada)	2025	n.a
4.5.1.5 - Promover ações de sensibilização e orientação dos agricultores, para práticas conservativas e regenerativas como a agricultura biológica, a proteção integrada e a produção integrada, sempre de acordo com a legislação em vigor	2025	19.680€
4.5.1.6 - Desenvolver formação para produtos agrícolas sustentáveis, em articulação com o Agroparque Terras da Costa e do Mar e com a marca Natural.PT (projeto iniciado em 2024 com final em 2025)	2025	14.781,15 €
4.5.1.7 - Levantamento da atividade de apicultura nas Terras da Costa	2025	n.a
4.5.1.8 - Promoção da circularidade do lixo marinho e resíduos de pesca	2025	6.150€
4.5.1.9 - Promoção da cavala através de conservas	2025	4.920€

(ProjetoTERRA~MAR Comercializa +- PRR Terras da Costa)		
4.5.1.10 - Criação de um código de conduta e boas práticas de pesca.	2025	17.220€
4.5.1.11 - Sistema de localização de artes de pescas (redes, embarcações e outros equipamentos)	2025	112.000€
4.5.1.12 – Gestão do Agroparque Terras da Costa e do mar	2026-2027	158.400€
Entidades envolvidas:		
Entidade Promotora	CMA	
Entidades parceiras	ICNF, I.P. + AIP + EDA + FCT/UNL + ALA + ISEL.ID	
Investimento total		
1.107.008,53 €		
Possíveis fontes de financiamento		
PRR – OIL + CMA + ICNF, I.P.. Para os anos de 2026 e 2027: CMA 60 000€/ano (Estimativa de receitas das rendas de património rústico da CMA) e ICNF, I.P. 19 200€/ano (Através de contrato de cogestão a celebrar, com alocação das receitas das rendas do património rústico para a entidade gestora (CMA), a ser investido na gestão do Agroparque, ação 4.5.1.12		
Cronograma Financeiro		
2025	2026	2027
948.608,53 €	79.200 €	79.200 €
Resultados Esperados		
Construção do ecoedifício do Agroparque; Relatório de definição e instalação dos percursos do Agroparque; Relatório da intervenção com bosquetes e sebes; Relatório da realização das formações e ações de sensibilização e orientação com os agricultores; Relatório do levantamento das atividades de apicultura nas Terras da Costa; Relatório das atividades de promoção da circularidade do lixo marinho; Relatório das atividades de promoção da cavala através de conservas; Documento do código de conduta e boas práticas de pesca; Relatório das atividades do sistema de localização de artes de pescas.		
Contributos para os ODS		
		
		

8 FINANCIAMENTO

De acordo com o n.º 1, do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto ‘No financiamento das medidas e das ações constantes no plano de cogestão aplicam-se os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade’, sendo que, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, ‘O financiamento deve, ainda, obedecer a princípios de sustentabilidade económica num horizonte de médio prazo’.

O financiamento segue metas objetivas e pode ser complementado com verbas disponibilizadas pelo Fundo Ambiental, Fundo Azul ou outras fontes com missões compatíveis. Consideram-se ainda como outras fontes de financiamento possíveis:

- Receitas próprias das entidades representadas na comissão de cogestão;
- Receitas de ações de valorização e divulgação da área protegida;
- Receitas de mecenato ambiental;
- Contribuições de fundos privados nacionais ou estrangeiros;
- Planos de investimento focados na valorização do património natural e cultural, como o Programa Valorizar (Despacho Normativo n.º 9/2016);
- Contribuições da União Europeia, sujeitas às orientações dos planos operacionais e regulamentos nacionais e europeus, incluindo Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

As candidaturas a financiamentos nacionais ou da União Europeia para medidas do plano de cogestão devem receber coeficientes de majoração na avaliação.

A comissão de cogestão, com o suporte do conselho estratégico, procurará identificar os melhores instrumentos e linhas de financiamento para apoiar a execução do PC da PPAFCC.

9 MONITORIZAÇÃO

A Portaria n.º 67/2021 de 17 de março aprova um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização, a integrar nos planos de cogestão, que de acordo com os n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 16 do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, terão que ser aplicáveis à área protegida para o período da sua vigência, mensuráveis anualmente e que permitam comparar a situação do momento com a situação de referência anterior à execução de medidas e ações previstas.

De acordo com a Portaria n.º 67/2021 de 17 de março, os indicadores de realização obrigatórios deverão estar alinhados com os projetos e ações prioritárias discriminadas no n.º 3, do art.º 13º, do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

Cada comissão de cogestão é responsável por adotar medidas específicas adaptadas a cada território.

A monitorização do PC é conduzida pelas entidades que compõem a Comissão de Cogestão, com supervisão do Conselho Estratégico da PPAFCC. Conforme previsto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, são elaborados os seguintes instrumentos de gestão:

- Plano Anual de Atividades e Orçamento que define as ações a serem realizadas;
- Relatório Anual de Execução de Atividades, elaborado no final de cada ano para avaliação dos indicadores de realização, permitindo comparar a situação do momento com a situação de referência anterior à execução de medidas e ações previstas do PC.

Os referidos instrumentos de gestão devem ter por referência o plano ou programa especial da área protegida, os respetivos regulamentos e demais elementos aprovados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e a legislação aplicável na área da conservação da natureza e da biodiversidade.

9.1 Indicadores de realização - Portaria n.º 67/2021, de 17 de março

O conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização aplicáveis à PPAFCC (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março) previstos no PC da PPAFCC podem ser consultados na Tabela 6:

Tabela 6- Indicadores de realização e metas a alcançar - Portaria n.º 67/2021

Temática	Indicadores de Realização	Unidade de Medida	Situação de referência (2024)	Meta Plano de Cogestão (2025 - 2027)		Contributo do Plano de Cogestão para o Indicador (Ações)	
Porta de entrada	1	Porta(s) de entrada da AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes.	N	1	9	3.1.1 - Promoção e valorização das portas e entradas; 3.2.1 - Requalificação/aquisição de equipamentos e sinalética de visitaçao;	

Infraestruturas de lazer e visitação	2	Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).	N	7	7	3.1.1 - Promoção e valorização das portas e entradas; 3.2.1 - Requalificação/aquisição de equipamentos e sinalética de visitação; 3.4.2 - Ordenamento do estacionamento;
Materiais de divulgação	3	Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).	N	3	6	1.2.1 - Desenvolvimento de conteúdos e suportes de comunicação de apoio à valorização e visitação; 3.1.1 - Promoção e valorização das portas e entradas;
Rotas e percursos interpretativos	4	Rotas e/ou percursos interpretativos pedestres operacionais na AP.	n	4	=	3.1.1 - Promoção e valorização das portas e entradas; 3.2.1 - Requalificação/aquisição de equipamentos e sinalética de visitação; 3.3.1 - Criação de rede de rotas e percursos na PPAFCC; 3.4.2 - Ordenamento do estacionamento;
Sinalização	5	Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).	n	Sem referência.		3.2.1 - Requalificação/aquisição de equipamentos e sinalética de visitação; 3.3.1 - Criação de rede de rotas e percursos na PPAFCC; 3.4.2 - Ordenamento do estacionamento;
Visitação	6	Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros.	n	Sem referência.	+ 10 % após estudos de contabilização	3.4.1 - Monitorização da visitação; 4.1.3 - Monitorização da capacidade de carga;
	7	Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza.	n	Sem referência.	+ 10 % após estudos de contabilização	3.4.1 - Monitorização da visitação; 4.1.3 - Monitorização da capacidade de carga;
	8	Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas/n.º total de reclamações recebidas).	%	Sem referência.	n/a	
Natural.Pt	9	Novos aderentes à marca Natural.pt.	n	Sem referência.	+ 10 % após estudos de contabilização	4.5.1 - Agroparque das Terras da Costa e do Mar; 4.5.2 - Valorização de práticas apícolas sustentáveis; 4.5.3 - Promoção da circularidade do lixo marinho e resíduos de pesca;



	10	Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt.	n	Sem referência.	2	4.5.1 - Agroparque das Terras da Costa e do Mar; 4.5.2 - Valorização de práticas apícolas sustentáveis; 4.5.3 - Promoção da circularidade do lixo marinho e resíduos de pesca;
Novas atividades e produtos	11	Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP.	n	0	2	4.3.5 - Criação de viveiro de plantas nativas para ações de plantação nos territórios em restauro ecológico; 4.5.1 - Agroparque das Terras da Costa e do Mar; 4.5.2 - Valorização de práticas apícolas sustentáveis; 4.5.3 - Promoção da circularidade do lixo marinho e resíduos de pesca;
	12	Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.	n	1	9	4.3.5 - Criação de viveiro de plantas nativas para ações de plantação nos territórios em restauro ecológico; 4.5.1 - Agroparque das Terras da Costa e do Mar; 4.5.2 - Valorização de práticas apícolas sustentáveis; 4.5.3 - Promoção da circularidade do lixo marinho e resíduos de pesca;
Inovação	13	Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP.	n	0	1	1.2.1 - Desenvolvimento de conteúdos e suportes de comunicação de apoio à valorização e visitação; 4.1.1 - Monitorização da fauna, flora e habitats da PPAFCC, geologia e património paleontológico; 4.1.2 - Levantamento do património cultural e histórico a recuperar e sua caracterização; 4.5.1 - Agroparque das Terras da Costa e do Mar; 4.5.3 - Promoção da circularidade do lixo marinho e resíduos de pesca;
Educação e sensibilização ambiental	14	Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP.	n	Sem referência.	10	1.1.2 Dinamização de eventos de transferência de conhecimento; 2.1.1.1 - Elaboração e divulgação do Plano e Calendário de Actividades; 2.1.2 -

						Dinamizar ações de educação e sensibilização ambiental da PPAFCC;
	15	Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.	n	Sem referência.	20	1.1.1 - Dinamização da rede e parceria com atores locais; 1.1.2 Dinamização de eventos de transferência de conhecimento; 1.2.1 - Desenvolvimento de conteúdos e suportes de comunicação de apoio à valorização e visitação; 2.1.2 - Dinamizar ações de educação e sensibilização ambiental da PPAFCC; 2.2.1 - Desenvolver e implementar ações de formação e capacitação; 3.4.4 - Otimizar a gestão de resíduos;
Participação pública no processo de Cogestão	16	Iniciativas de participação pública no âmbito da Cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e networking).	N	1 (Inquérito do Plano de Cogestão).	6	1.1.1 - Dinamização da rede e parceria com atores locais; 1.1.3 - Reforço dos recursos humanos; 1.1.2 Dinamização de eventos de transferência de conhecimento; 1.1.3 - Reforço dos recursos humanos;
	17	Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da Cogestão da AP.	N	250 (Respostas ao inquérito do Plano de Cogestão).	350	1.1.1 - Dinamização da rede e parceria com atores locais; 1.1.3 - Reforço dos recursos humanos;
Avaliação do processo de Cogestão	18	Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e Municípios).	N	6	10	1.1.1 - Dinamização da rede e parceria com atores locais; 2.1.2 - Dinamizar ações de educação e sensibilização ambiental da PPAFCC;
	19	Envolvimento das entidades parceiras na Cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ n.º total de iniciativas de participação pública).	%	90	90	1.1.1 - Dinamização da rede e parceria com atores locais;

	20	Financiamento do Plano de Cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário).	%	0	70	
	21	Execução de projetos e ações previstos no Plano de Cogestão da AP — execução física e financeira.	%	0	70	

9.2 Indicadores de realização - Portaria n.º 67/2021, de 17 de março

Respondendo ao solicitado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), na comunicação dirigida por email de 4 de fevereiro de 2021, o Município de Almada apresentou uma proposta de indicadores de realização, a integrar nos planos de cogestão das áreas protegidas (para além daqueles que foram previamente indicados). Relativamente aos indicadores de realização, considera-se que, para além daqueles que foram apresentados, é necessário a identificação de outros que respondem de forma mais eficaz aos problemas associados à gestão da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, e que poderão ser transversais a todas as áreas protegidas.

Com efeito, para a valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural, que incide, de acordo com o Decreto-Lei 116/2019 de 21 de Agosto, especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação, é premente a resolução de um conjunto de problemas identificados pelo Município que condicionam o modelo de cogestão da área protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, dada a diversidade de territórios que abrange, a ocupação descontrolada daquele território e os problemas urbanísticos e de ordenamento associados.

Nestes termos, a proposta do Município de Almada traduziu os seguintes indicadores (

Tabela 7) de realização que se mostram na tabela abaixo e que acrescentam e complementam os que já se encontram identificados na publicação na portaria nº 67/2021 de 17 de Março pelos membros do governo responsáveis pela “Modernização do Estado e da Administração Pública e Ambiente e Ação Climática”, e que serão avaliados anualmente (conforme artº16º do Dec.Lei 116/2019 de 21 de agosto).

Tabela 7- Indicadores de realização Município de Almada

Temática		Indicadores de realização		Unidade de medida	Situação de referência (2024)	Metas Plano de Cogestão (2025 - 2027)	Contributo do Plano de Cogestão para o Indicador (Ações)
RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL: Objetivos: Prevenção dos riscos de incêndios e riscos naturais		1	Tempo médio de resposta a incêndios florestais	Minutos	sem referência	a definir	4.2.1 - Gestão Florestal
		1.1	Execução de faixas de gestão de combustível	ha/anos	sem referência	a definir	4.2.1 - Gestão Florestal
		2	Número de ocorrências	nº/ano	sem referência	a definir	4.2.1 - Gestão Florestal
		3	Área ardida	ha/ano	sem referência	a definir	4.3.3 - Restauro ecológico de áreas sujeitas a incêndios
		3.1	Tipo de incêndio	Tipo	sem referência	a definir	4.2.1 - Gestão Florestal
		4	Evolução da linha de costa	ha/ano	sem referência	a definir	
GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL	Objetivo: Regularização e desconformidades com os IGTs	5	Intervenções de regularização (AUGI; demolições de edifícios ilegais; adaptação de apoios de praia)	nº/ano	sem referência	a definir	4.4.1 - Ordenamento e Requalificação dos espaços degradados e de edificação dispersa
		6	Parcela com utilização autorizada / regularizada	nº/ano	sem referência	a definir	
		7	Unidades de execução / Planos	nº/ano	sem referência	a definir	
		8	Construção / reabilitação (equipamentos , edifício de apoio a atividades, infraestruturas ...)	nº/ano e área / ano	sem referência	a definir	4.5.1 - Agroparque das Terras da Costa e do Mar; 3.4.2 - Ordenamento do estacionamento; 3.2.1 - Requalificação/aquisição de equipamentos e sinalética de visitação; 3.1.1 - Promoção e valorização das portas de entrada
	Objetivo: Investimento municipal em ações de requalificação	9	Recolha de lixos (ações, área abrangida, quantidade recolhida)	nº / ano, ha / ano, ton / ano	sem referência	a definir	3.4.4 - Otimizar a gestão de resíduos

		10	Controlo de espécies infestantes (ações, área abrangida)	nº / ano, ha / ano	sem referência	a definir	4.1.1 - Monitorização da fauna, flora e habitats da PPAFCC, geologia e património paleontológico da PPAFCC ; 4.3.2 - Restauro do Acacial da planície litoral e outras áreas com espécies exóticas e invasões biológicas; 4.3.5 - Controlo de animais assilvestrados.;
		11	Restauro de sistemas dunares (área plantada, área recuperada, ordenamento de acessos)	ha/ano	sem referência	a definir	4.3.1 - Restauro dos sistemas dunares costeiros
		12	Prevenção de riscos de incêndios nos espaços florestais (ações, área abrangida)	nº / ano, ha / ano	sem referência	a definir	4.2.1 - Gestão Florestal
		13	Proteção dos ecossistemas (fragmentação, acesso rodoviário)	ha/ano	sem referência	a definir	4.3.4 - Robustecimento dos corredores ecológicos
		14	Literacia sobre os valores dos ecossistemas (escolas, empresas, comunidades)	nº/ano	sem referência	a definir	1.1.2 Dinamização de eventos de transferência de conhecimento; 1.2.1 - Desenvolvimento de conteúdos e suportes de comunicação; 2.1.2 - Dinamizar ações de educação e sensibilização ambiental da PPAFCC; 2.3.1 - Dinamização de campanhas de voluntariado, participação pública e envolvimento das comunidades; 4.1.2 - Levantamento do património cultural e histórico a recuperar e sua caracterização;
		15	Projetos com impacto na área protegida	nº/ano	sem referência	a definir	
ATIVIDADES ECONÓMICAS Objetivos: Regularização e dinamização económica		16	Empresas de animação turística	nº/ano	sem referência	a definir	2.2.1 - Desenvolver e implementar ações de formação e capacitação;
		17	Explorações agrícolas (empresas, área abrangida, VAB)	nº / ano, ha / ano %	sem referência	a definir	4.5.1 – Agroparque das Terras da Costa e do Mar



	18	Escolas de atividades desportivas	nº/ano	sem referência	a definir	2.2.1 - Desenvolver e implementar ações de formação e capacitação;
--	----	-----------------------------------	--------	----------------	-----------	--

10 PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO

10.1 Publicitação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida

De forma a garantir o conhecimento a todo o tempo pelo público em geral, a divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da PPAFCC, incluindo a informação relativa aos instrumentos de participação (financiamento das medidas e das ações constantes no plano de cogestão), é feita nos sites do ICNF, I.P., dos municípios que integram a PPAFCC e das entidades que compõem a Comissão de Cogestão

As intervenções e atividades realizadas no âmbito da cogestão serão divulgadas nos sítios oficiais da Câmara Municipal de Almada, Câmara Municipal de Sesimbra, do ICNF, I.P., dos respetivos parceiros e integrantes da comissão de cogestão.

A divulgação da informação relativa à visita (Oferta educativa) estará disponível no site do ICNF, I.P., (Natural.pt) e no site da CCDR-LVT.

A promoção e divulgação das atividades a realizar serão feitas através dos sítios oficiais dos municípios e das entidades que compõem a Comissão da Cogestão.

10.2 Divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida

As intervenções e atividades realizadas no âmbito da Cogestão da PPAFCC, bem como a promoção e divulgação das futuras ações, serão divulgadas nos sítios oficiais das Câmaras Municipais e do ICNF, I.P., assim como nas redes sociais pertinentes e nas plataformas dos membros da Comissão de Cogestão e seus parceiros.

A brochura 'Modelo de Cogestão' e outros assuntos referentes à Cogestão da PPAFCC estão disponíveis no site oficial do ICNF, I.P.

BIBLIOGRAFIA

CM de Almada (2023). Disponível online em <https://www.cm-almada.pt/passear/almada-natural/paisagem-protegida-da-arriba-fossil-da-costa-da-caparica>. Consultado a 15 de fevereiro de 2023.

CM de Sesimbra (2024). Disponível online em: <https://www.sesimbra.pt/> . Consultado a 15 de março de 2024.

Costa, H.; Benevides, P.; Moreira, F.D.; Moraes, D.; Caetano, M., 2022. Spatially Stratified and Multi-Stage Approach for National Land Cover Mapping Based on Sentinel-2 Data and Expert Knowledge. Remote Sensing, 14, 1865, doi:10.3390/rs14081865 (<https://doi.org/10.3390/rs14081865>)

Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto. Diário da República n.º 159/2019, Série I. Define o Modelo de Cogestão das áreas protegidas. Presidência do Conselho de Ministros. Vol. n.º 124, 2-12. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/116-2019-124097546>. Consultado a 8 de outubro de 2023.

Decreto-Lei n.º 168/84 de 22 de maio. Diário da República n.º 118/1984, Série I. Cria a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Presidência do Conselho de Ministros. 1646 – 1648. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/168-1984-383996>. Consultado a 5 de setembro de 2023.

Despacho n.º 7996/2023 de 3 de março. Diário da República n.º 150/2023, Série II. Determina a composição da Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Estuário do Tejo. Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ambiente e Ação Climática - Gabinetes dos Secretários de Estado do Ensino Superior e da Conservação da Natureza e Florestas. Vol. n.º150, 72 – 73. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/7996-2023-216643633>. Consultado a 22 de setembro de 2023.

Despacho n.º 6066/2015 de 4 de junho. Diário da República n.º 108/2015, Série II. Designa os membros do Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza. Vol. n.º108, 14468 – 14468. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/6066-2015-67397572>. Consultado a 07 de setembro de 2023.

ICNF, I.P. (2008). Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (POPPAFCC). Disponível online em: <https://www.icnf.pt/conservacao/ordenamentoogestao/planosdeordenamentodeareasprotegidas>. Consultado a 05 de setembro de 2023.

ICNF, I.P. (2023). Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Disponível em: <https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/paisagensprotegidas/paisagemprotegidaarriba-fossil-da-costa-da-caparica>. Consultado a 20 de agosto de 2023.

Lei n.º 63/2023 de 16 de novembro. Diário da República n.º 222/2023, Série I. Revê o Modelo



de Cogestão de áreas protegidas, para melhorar a sua eficácia e garantir maior responsabilização, alterando o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto. Assembleia da República. Vol. nº222, 5-8. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/63-2023-224366836>. Consultado a 20 de dezembro de 2023.

Portaria n.º 67/2021 de 17 de março. Diário da República n.º 53/2021, Série I. Aprova o conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização a integrar nos planos de Cogestão das áreas protegidas. Modernização do Estado e da Administração Pública e Ambiente e Ação Climática. Vol. n.º 53, 42-44. Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/67-2021-159614844>. Consultado a 30 de setembro de 2023.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 178/2008, de 24 de novembro. Diário da República n.º 228/2008, Série I. Aprova o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (POPAFCC). Disponível online em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/178-2008-440075>. Consultado a 24 de setembro de 2023